

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CARTAS PARA AGAMENON:  
INTERVENTORIA, TRABALHADORES E EDUCAÇÃO FORMAL NO LIMIAR DO  
ESTADO NOVO EM PERNAMBUCO (1937-1939)**

**NATHALIA CAVALCANTI DA SILVA**

**RECIFE  
2016**

**NATHALIA CAVALCANTI DA SILVA**

**CARTAS PARA AGAMENON:  
INTERVENTORIA, TRABALHADORES E EDUCAÇÃO FORMAL NO LIMIAR DO  
ESTADO NOVO EM PERNAMBUCO (1937-1939)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, no curso de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Maria Paulo da Silva

**RECIFE  
2016**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Andréia Alcântara, CRB-4/1460

S586c

Silva, Nathalia Cavalcanti da.

Cartas para Agamenon: Interventoria, trabalhadores e educação formal no limiar do Estado Novo em Pernambuco (1937-1939) / Nathalia Cavalcanti da Silva. – 2016.

148 f. ; 30 cm.

Orientadora: Adriana Maria Paulo da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2016.

Inclui Referências.

1. Educação - História - Pernambuco. 2. Trabalho – História. 3. Brasil - História - Estado Novo. 4. UFPE - Pós-graduação. I. Silva, Adriana Maria Paulo da. II. Título.

370.9 CDD (22. ed.)

UFPE (CE2016-82)

**NATHALIA CAVALCANTI DA SILVA**

**CARTAS PARA AGAMENON:  
INTERVENTORIA, TRABALHADORES E EDUCAÇÃO FORMAL NO LIMIAR DO  
ESTADO NOVO EM PERNAMBUCO (1937-1939)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, no curso de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação da Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovada em: 25/08/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Maria Paulo da Silva (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Lucas Víctor Silva (Examinador Externo)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tanya Maria Pires Brandão (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

À costureira Paula Galdino e ao pedreiro Romeu Cavalcanti: meus pais. Minhas duas maiores inspirações como trabalhadores, exemplos de honestidade e dedicação.

## **AGRADECIMENTOS**

Das muitas experiências emocionantes que este trabalho me trouxe, talvez escrever os agradecimentos seja uma das maiores. É neste momento em que tudo se acalma e podemos trazer à mente as memórias das vivências nesse período de formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de pesquisa, imprescindível para o desenvolvimento do trabalho.

Meus pais Romeu e Paula, a quem eu dedico todo e qualquer esforço que faça, porque é neles onde encontro o maior amor do mundo. Minhas irmãs Gabriella e Gabrielle, por todo o apoio que sempre me deram, por ouvirem minhas reclamações e tentarem compreender a presença da pós-graduação na minha vida. Minha sobrinha Heloísa, tia hoje é uma professora melhor porque aprende sempre que está com você, aprende da vida! Por entenderem todas as ausências nesse tempo e simplesmente por serem quem são: minha família!

Meu amigo, companheiro, amor e marido Felipe. Obrigada por ter escutado todas as minhas dúvidas, angústias, frustrações e as inúmeras vezes em que eu falei e falei da pesquisa. Por ter ajudado como pôde, ser sempre o meu colo em todos os momentos e acreditar na minha capacidade. Te amo!

Meus filhos felinos Txaizinha, Txaizinho e Txaicorita. Três seres que refletem o amor e foram presenças garantidas na mesa de estudos pedindo ou dando o carinho mais fofo do universo.

Aos amigos que ganhei nos tempos de graduação e carrego pro resto da minha vida aqui no coração, Olívia e Fred. Meus amores, sei da torcida de vocês por esse trabalho, agradeço todos os pensamentos positivos enviados.

Ao querido Kleydson, amigo e companheiro de labuta que ganhei no mestrado. Obrigada pela sua disponibilidade e boa vontade em sempre me ouvir e ajudar.

À minha família Daimista Céu Encantado, meus companheiros de doutrina, trabalhadores pelo Amor, Harmonia, Verdade e Justiça.

À minha antiga casa, a UFRPE, sobretudo aos professores que fizeram parte da minha formação. Ao fim da graduação, com uma pesquisa e carreira pela frente é que lembramos muitos dos conselhos, das aulas e das aprendizagens.

À minha atual casa, a UFPE, seus professores e funcionários, por sempre estarem dispostos a ouvir e nos ajudar em nossas pesquisas.

Aos funcionários do APEJE, pelo esforço diário de vocês em manter esse local acessível e confortável para o nosso trabalho, em especial a Hildo Leal e Emerson pela disposição em sempre me ajudar.

Aos colegas do grupo de pesquisa “Práticas educativas no mundo ibero-americano contemporâneo”, pela recepção e por terem sempre me incentivado muito a buscar esse trabalho, em especial à Aline, Dayana e Yan.

Aos membros da banca, pelo aceite do convite. Em especial, ao professor Jorge Ferreira por todas as colocações na banca de qualificação. Suas críticas e sugestões foram uma luz para este trabalho. Infelizmente, por problemas financeiros que atingem nosso Programa de Pós-graduação, não pudemos tê-lo em nossa banca. Em todo caso, é uma honra saber que minha pesquisa foi lida pelo senhor. Muito obrigada!

Ao professor Lucas Victor Silva, meu querido orientador na graduação. Com muita alegria eu conto com sua presença em minha banca, pois sei do tamanho de sua torcida por mim. Obrigada por ter acreditado e incentivado meus voos.

À professora Tanya Brandão pela disponibilidade em analisar nossa pesquisa na banca de defesa e, principalmente, pelo cuidado nos elogios e críticas. Foi uma lisonja contar com suas colocações.

À minha querida e amada orientadora Adriana. A senhora não sabe o quanto eu sou grata a Deus por ter me colocado em suas mãos. Sim, como um “chaveirinho”, como a senhora mesmo me chama. Muito obrigada, professora, por nunca ter dito sequer uma palavra negativa sobre mim ou sobre meu trabalho, por estar sempre atenta aos meus embargos e disposta a me ajudar, me colocando no caminho certo enquanto pesquisadora, e, sobretudo, como professora. Sua força e sua ética é uma inspiração para mim. Essa vitória é nossa!

Finalmente, a Deus, à Santa Maria e a toda Corte Celestial que me acompanha. À doutrina do Santo Daime, que habita o meu coração, minha

inspiração para muito do que eu fiz neste trabalho, e de onde eu tiro forças pra começar e terminar tudo.

Em oração pelo fim de mais essa etapa, digo sempre: “as Vibrações dos meus pensamentos são Forças de Deus em mim, que aqui ficam armazenadas e que daqui se irradiam para todos os seres, constituindo este lugar um centro de emissão e recepção de tudo quanto é Bom, Alegre e Próspero”. (Consagração do Aposento)

Gratidão!

“Chamo o tempo, eu chamo o tempo  
Para ele vir me ensinar  
Aprender com perfeição  
Para eu poder ensinar”.

(Mestre Raimundo Irineu Serra)

## RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise das cartas enviadas pelas pessoas vinculadas à educação formal ao interventor federal Agamenon Magalhães durante os anos de 1937 a 1939, início do Estado Novo em Pernambuco. A partir de um vasto conjunto documental encontrado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), realizamos a foto digitalização e catalogação das fontes, de onde obtivemos dados gerais do conjunto e os perfis dos missivistas. Verificamos que uma grande parte se tratava de correspondências enviadas por pessoas comuns, dessas, elencamos algumas enviadas por trabalhadores para analisar os caminhos percorridos por estes ao dialogarem com o governador. Para a Interventoria Agamenosiana, a educação foi elemento fundamental para o regime lançar seus objetivos propagandísticos e, assim, tentar cooptar as mentes da população. Essa perspectiva não passou despercebida e foi aproveitada pelas pessoas que escreveram para narrar seus casos, pedindo, reclamando ou denunciando as questões do mundo educacional. Por meio dessas narrativas, criamos categorias temáticas para os conjuntos de cartas de remetentes do setor educacional que apresentavam em comum demandas, profissões ou pertenciam a uma mesma instituição, são elas: dos funcionários dos centros de ensino secundário Ginásio Pernambucano e Ginásio de Vitória; os requerimentos de Inspeção Preliminar; dos professores e professoras (atuantes no ensino público e privado); dos pais de alunos; e duas cartas enviadas por um Delegado de ensino e o diretor da Escola Profissional Masculina que trouxeram demandas trabalhistas, mas não se encaixam nas categorias anteriores. Nos ancoramos na consagrada historiografia do Estado Novo, na historiografia que advoga ter havido no Brasil a “invenção do trabalhismo”, em várias teses e dissertações relacionadas à história da educação em Pernambuco, e outras que utilizaram cartas como fontes primárias para a realização de pesquisas sobre o período estudado. Concluímos, em concordância com várias pesquisas, que os missivistas em Pernambuco, durante o período estudado, possuíam demandas próprias (não eram, de maneira nenhuma “manobrados” ou submissos ao interventor) e utilizaram as cartas como uma tática para denunciar e superar vários dos seus problemas cotidianos, como as difíceis condições de trabalho, baixos salários, a falta de fiscalização das leis trabalhistas, “desvios” práticos de determinações oficiais, e encaminhamentos com relação à educação no estado.

Como uma particularidade das comunicações por cartas entre a população e a Interventoria, encontramos um exemplo irreverente de solicitação dos trabalhadores, característico da historicidade de Pernambuco e relacionado ao Carnaval. Logo, além das lutas, as cartas dos trabalhadores também trataram das suas expectativas de festejos e amenidades com relação a uma das Interventorias da ditadura recém-instaurada no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação em Pernambuco. História do Trabalho em Pernambuco. Estado Novo.

## RÉSUMÉ

Cette investigation se propose à une analyse de la lettre envoyait pour les personnes de mêmes groupe qu'il son lié à l'éducation formel proche au gouverneur du Pernambuco, Agamenon Magalhaes, pendant les années de 1937 à 1939, le début de l'État Nouveau au Pernambuco. Alors, à partir d'un grand groupe documentaire a trouvé dans Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE); au Brésil, au Pernambuco, à Recife. Là-bas, nous avons effectué la numérisation des photos et cataloguer sources, où nous avons obtenu beaucoup d'information général de l'ensemble et du profil de les auteurs de la lettres. Nous avons constaté que la majeure partie de la correspondance, il a été envoyé par des gens ordinaires, ceux-ci, nous énumérer quelques-uns envoyés par les travailleurs pour analyser les chemins empruntés par eux pour le dialogue avec le gouverneur. Pour la durée de l'intervention Agamenosiana, l'éducation est un élément clé pour le système lancer leurs fins de propagande et d'essayer ainsi de coopter les esprits de la population. Cette perspective n'a pas passé inaperçu et a été utilisé par les gens qui ont écrit pour raconter leur cas, demandant, se plaindre ou de rapporter les problèmes du monde éducatif. Nous créons des thèmes pour les ensembles de lettres provenant d'expéditeurs dans le secteur de l'éducation qui avait des revendications communes, professions ou appartenaient à la même institution, ils sont: le personnel des centres d'enseignement secondaire 'Ginásio Pernambucano' et 'Ginásio de Victoria'; les exigences d'inspection préliminaires; les enseignants et les enseignants (travaillant dans l'enseignement public et privé); les parents d'élèves; et deux lettres envoyées par un délégué de l'école et le directeur de l'école professionnelle masculine qui a amené les revendications du travail, mais ne rentrent pas dans les catégories ci-dessus. L'étude a été basée sur dans l'historiographie consacrée du 'État nouvelle' dans l'historiographie que dit qu'au Brésil il y a une 'invention du travail' dans diverses thèses et mémoires relatifs à l'histoire de l'éducation à Pernambuco, et d'autres qui utilise des cartes comme sources primaires pour mener des recherches sur la période étudiée. Enfin, en accord avec plusieurs études que les correspondants à Pernambuco, au cours de la période d'étude, avaient leurs propres exigences (ils ne sont pas, en aucune façon "manoeuvré" ou soumis à l'intervenant) et utilisé les cartes comme une tactique pour exposer et de surmonter un grand nombre de leurs problèmes quotidiens, tels que les conditions de travail difficiles, les

bas salaires, le manque d'application des lois du travail, "écarts" déterminations officielles pratiques et des références en matière d'éducation dans l'état. En fonction des communications par lettres entre la population et le gouvernement, nous avons trouvé une demande d'échantillon irrévérencieuse des travailleurs, caractéristique de l'historicité du Pernambuco et liées de la folie. Alors, au-delà des luttes, les cartes de travailleurs ont également porté sur leurs festivités attentes et des équipements en ce qui concerne l'un des parties de la dictature nouvellement établie dans le pays.

**Mots-clés:** Histoire de l'éducation en Pernambuco. Histoire du travail au Pernambuco. Nouveau État.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Carta enviada pelo médico Rodomark Cavalcanti Albuquerque, em 19 de junho de 1938, do estado da Bahia, solicitando de pagamento dos vencimentos atrasados desde dezembro de 1937.	37
<b>Figura 2</b>	Carta com assinatura ilegível, enviada em 27 de janeiro (sem ano), localidade não informada, sugerindo a criação de uma escola profissional.	38
<b>Figura 3</b>	Carta enviada pelo estudante Lourival Alvez de Moura Guedes, em 30 de março de 1938, da cidade de João Pessoa, parabenizando o governador pelos artigos no jornal “União” da Paraíba, e Pedindo conselhos sobre carreira profissional.	39
<b>Figura 4</b>	Carta enviada por Aprígio Santos, em 6 de abril de 1938, da cidade de Garanhuns, pedindo de colocação no estado.	39
<b>Figura 5</b>	Carta enviada por Carlos Brasil de Araújo, em 24 de fevereiro de 1938, da cidade de Niterói, agradecendo resposta de correspondência.	40
<b>Figura 6</b>	Carta enviada pelo funcionário público João Ferreira Navães, em 16 de julho de 1938, da cidade de Bom Jardim, como resposta aos esclarecimentos prestados pelo Prefeito da cidade sobre o pedido feito pelo trabalhador para o pagamento de seus salários atrasados.	41
<b>Figura 7</b>	Carta enviada pelo operário Egídio José de Moura, em 8 de janeiro de 1938, da cidade do Recife, pedindo emprego.	48
<b>Figura 8</b>	Carta enviada pela professora Maria do Carmo Pugliesi em 21 de fevereiro de 1938, do distrito de Glycerio, cidade de Canhotinho, solicitando interferência do governador em seu caso, queixando-se de sofrer perseguição pelo prefeito da cidade.	96

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

<b>Gráfico 1</b>	Variação percentual pela localidade dos remetentes	32
<b>Gráfico 2</b>	Variação percentual pelo sexo dos remetentes	32
<b>Gráfico 3</b>	Variação percentual pelo ano de envio das cartas	42
<b>Tabela 1</b>	Participação no mercado de trabalho	33
<b>Tabela 2</b>	Interesses motivadores das cartas	34
<b>Tabela 3</b>	O lugar social/assuntos dos remetentes e correspondências	35

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2. COM A PALAVRA, OS TRABALHADORES!</b>	19
2.1 Compreendendo a Era Vargas pelas cartas de populares: o que nos fala a historiografia?	19
2.2 Trabalhadores pernambucanos em diálogo com Agamenon Magalhães	31
<b>3. POR CARTAS, A EDUCAÇÃO CHEGA ÀS VISTAS DO INTERVENTOR</b>	54
3.1 Ensino Secundário	55
3.2 Inspeção Preliminar	72
3.3 Professores (públicos e privados)	79
3.4 Pais de alunos	115
3.5 Demandas “exclusivas”	117
<b>4. NEM SÓ DE TRABALHO VIVE O HOMEM E A MULHER</b>	123
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	128
<b>6. FONTES CITADAS NO TEXTO</b>	136
<b>7. REFERÊNCIAS</b>	138

## 1. INTRODUÇÃO

Ao ingressar no mestrado, o projeto defendido e aprovado tinha como objetivo um estudo sobre o ensino de História durante o Estado Novo a partir dos Programas de ensino oficiais e dos Jornais escolares. Após conversas reflexivas sobre as fontes documentais que dispúnhamos, notamos a limitação delas para o alcance daquilo que queríamos encontrar e, por isso, decidimos ir em busca de novos horizontes. Tendo a curiosidade e o prazer pela investigação desse período e estando inserida num grupo de pesquisa intitulado de “Práticas educativas no mundo ibero-americano contemporâneo”, notamos a ausência de trabalhos em Pernambuco sobre as relações entre a Interventoria de Agamenon Magalhães e os trabalhadores, precisamente sobre os pertencentes ao setor educacional. Com esse norte em mente, fomos em busca da documentação.

A historiadora Maria das Graças Almeida<sup>1</sup>, relatou em seu livro as diversas medidas administrativas tomadas pelo Departamento Educação pernambucano no combate a possíveis resistências ao governo, dentre elas, o ato de exonerar e aposentar forçadamente os funcionários em desacordo com as ações da Interventoria, inclusive os do setor educacional. Unindo essa informação às nossas intenções, começamos a investigação pelo jornal “Folha da Manhã”, reconhecido pela historiografia como “porta-voz” do governo em Pernambuco. Naquele início não obtivemos sucesso pelo fato dos diversos volumes do periódico estarem interditados, inclusive aquele referente à metade do mês no qual, segundo a autora, havia indicações a este respeito (fevereiro de 1938)<sup>2</sup>. O Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE – possui quantidade limitada de documentos referentes à administração do setor educacional do século XX. Encontramos os livros de Atos e Decretos<sup>3</sup>, presentes no Fundo da Interventoria, os quais continham informações a respeito das nomeações, demissões, afastamentos, licenças,

---

<sup>1</sup> ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo. Humanitas/FFLCH/USP. 2001.

<sup>2</sup> Maria das Graças Almeida nos diz que “as listas diárias de exonerações de professores foram apresentadas com destaque na *Folha da Manhã*, em fevereiro de 1938” (p. 54). Infelizmente, a autora não teve o cuidado de indicar precisamente uma edição do jornal com tais listas. Esse ponto, além da interdição deste jornal e das fontes, limitou as nossas buscas.

<sup>3</sup> PERNAMBUCO. Livros de atos e decretos do governo do estado. Palácio do Governador do Estado de Pernambuco. Recife, 1938.

exonerações e aposentadorias dos funcionários públicos do estado. De fato, encontramos um quadro muito intenso de mudanças dentro do setor, tanto com relação aos funcionários da educação, quanto aos outros ramos da administração pública. Contudo, os registros encontrados não apresentavam as razões daquelas ações por parte do governo e estávamos interessadas em encontrar os funcionários públicos exonerados por Agamenon Magalhães, interventor de Vargas em Pernambuco.

Ao lermos o *Estatuto dos Funcionários Público Civis* de 1941, aprendemos que, naquele período, a efetivação das demissões/exonerações teria que ser precedida de processos administrativos, nos quais haveria a apuração dos “fatos”, o encaminhamento das acusações e a oportunidade de defesa dos réus. Ou seja, devia haver uma documentação gerada a propósito daqueles processos e bastava que nós a encontrássemos<sup>4</sup>. Mesmo com essa informação em mãos, não pudemos avançar na pesquisa documental visto o APEJE não possuir essa documentação e o Arquivo do Tribunal de Justiça de Pernambuco (instituição que suspeitávamos estar de posse daqueles registros) não comportar em seu acervo quaisquer processos administrativos. Pensamos que o único local provável para encontrar aquelas fontes seria a Secretaria de Educação de Pernambuco.

Para o nosso lamento, o arquivo da instituição é gerido por uma empresa privada, prestadora do serviço de organização do acervo. Por se tratar de um serviço privado e terceirizado, o acervo existente não se encontra aberto a pesquisadores. Sentimos espanto e lástima em saber que registros públicos referentes à educação pernambucana sofreram uma espécie de privatização, de restrição ao público e pesquisadores em geral, aos quais deveriam estar disponíveis.

Após bastante trabalho localizamos um tesouro bem maior do que supúnhamos poder encontrar. Ao invés dos processos, encontramos no fundo documental denominado “Secretaria do Governo” – com mais de três mil volumes ainda em processo de organização no APEJE – o nosso “baú do tesouro”: encontramos as cartas escritas pelos trabalhadores de Pernambuco ao interventor

---

<sup>4</sup> O Estatuto de 1941 diz em seu Cap. IV. ART. 239. PARAG. ÚNICO: “O processo administrativo precederá sempre à demissão do funcionário” (p. 49).

Agamenon Magalhães! Dentre estas cartas, encontramos aquelas escritas pelos funcionários da educação do período. Diante deste achado redirecionamos nossos interesses.

Nossa pesquisa se direcionou, em geral, a analisar como foram estabelecidas as relações entre o interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães e as pessoas vinculadas à educação formal em Pernambuco, dentre elas, os trabalhadores.

Nossas fontes principais, além de numerosas, nos informam sobre as condições de trabalho, as demandas salariais, as dificuldades de conseguirem empregos, denúncias relacionadas à gestão de escolas, denúncias de professores que não seguiam os programas de ensino, participação dos pais na vida escolar, concepções de ensino e questões sobre o funcionamento das instituições responsáveis pela regulação e inspeção da educação. O contato com o interventor foi um dos mecanismos encontrados pelos trabalhadores para denunciarem suas situações de vida e trabalho, solicitarem ajuda e cobrarem o princípio de assistência tão defendido pelo estadonovismo.

O conjunto documental encontrado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano consiste em 450 cartas enviadas ao gabinete do interventor Agamenon Magalhães. Dessas 450, 415 estão presentes no Fundo da Secretaria do Governo e 35 no Fundo da Interventoria. A partir do encontro, fotocopiamos e catalogamos todas as cartas, elencando 24 para analisar neste trabalho. Quatro são correspondências identificadas como representantes de diversas outras do conjunto, ou com certo nível de peculiaridade diante no acervo encontrado. As outras vinte foram selecionadas em função dos lugares sociais de seus remetentes: as pessoas vinculadas à educação formal durante Estado Novo em Pernambuco.

Estabelecemos como objetivos específicos os seguintes:

1. Analisar os conteúdos das cartas escritas para Agamenon Magalhães por parte das pessoas vinculadas à educação formal do estado de Pernambuco;
2. Analisar as expectativas dos trabalhadores a respeito das práticas e da gestão da educação em Pernambuco, à luz da historiografia da educação sobre o período;

3. Caracterizar e analisar os perfis dos remetentes (sócio-econômico-cultural);
4. Caracterizar e analisar o formato e a linguagem utilizada nas cartas.

O recorte temporal foi definido entre 1937 e 1939 pelo fato de nossas fontes datarem deste período. A partir da leitura dos documentos, entendermos que a limitação desses anos pode ter condicionado a aparição de alguns assuntos nas missivas em detrimento de outros, além do uso de determinadas táticas serem coerentes com o momento da mudança de governo.

Foram muitas as questões que nos mobilizaram: como as políticas da Interventoria e do regime varguista foram “apropriadas” pelos sujeitos que as viviam cotidianamente? Quais eram suas atitudes, suas reações às decisões governamentais? Como aqueles trabalhadores apresentavam em seus discursos o setor educacional e suas políticas públicas? Quais eram as demandas daqueles trabalhadores nas correspondências? Quais papéis atribuíam ao Interventor, quais eram suas expectativas, expressas nas cartas, com relação a ele? Quais as concepções de docência/educação/profissão que eles defendiam?

Nossa pesquisa não privilegiou a análise das propostas políticas governamentais, conforme ocorre com grande parte dos trabalhos historiográficos sobre este período. Privilegiamos analisar como os trabalhadores da educação pública de Pernambuco, os quais se corresponderam com o Interventor, lidaram com tais políticas e quais demandas defenderam para si.

Por muito tempo a literatura especializada tradicional, como Weffort (1978), Ianni (1975), Cancelli (1991), tratou os trabalhadores em geral enquanto meros “objetos” das políticas varguistas – entendendo suas ações por meio dos conceitos de populismo ou totalitarismo –, as quais foram explicadas sempre referidas a dois meios de atuação do Estado: pela repressão (por meio da violência física) ou pela manipulação (pela violência ideológica). Em outras palavras, as ações dos trabalhadores foram compreendidas ou por eles terem sido “reprimidos” ou por terem sido “manipulados”.

Nosso trabalho não adota esta perspectiva e dialoga com uma renovada historiografia defensora da existência de práticas políticas autônomas por parte dos trabalhadores. Dialogamos com as pesquisas que conectaram o discurso varguista

do pós-30 às demandas dos trabalhadores no pré-30; e os que trouxeram à tona aspectos contidos nas relações de troca entre governantes e governados, considerando esses dois lugares sociais como igualmente atuantes do processo de construção e conscientização da identidade coletiva da classe trabalhadora<sup>5</sup>. Investimos nossos esforços na construção de um trabalho alinhado justamente a esta historiografia, que rompeu com a ideia de que os trabalhadores foram apenas sujeitos consumidores e reprodutores da propaganda governista (como “massa de manobra”), destituídos de posicionamentos políticos próprios.

Dialogamos, desde o início, com Angela de Castro Gomes, segundo a qual o pacto estabelecido entre classe trabalhadora e Estado, característico do período, não deve ser submetido a uma análise utilitarista, medidora dos custos e benefícios daquele pacto para ambas as partes. Muitas pesquisas que destacaram a importância da legislação do trabalhista na larga aceitação da classe trabalhadora ao projeto trabalhista são coerentes, mas esse destaque ainda é insuficiente para explicar o processo como um todo.

Consideramos, juntamente a Castro, que a constituição da identidade coletiva dos trabalhadores articulou tanto expectativas de ganhos materiais (os quais abrangeram os ganhos da legislação social), quanto ganhos simbólicos (valores e tradições). Nesse sentido, “o processo de constituição da classe trabalhadora em ator coletivo [foi] é um fenômeno político-cultural capaz de articular valores, ideias, tradições e modelos de organização através de um discurso em que o trabalhador [foi] é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto”<sup>6</sup>. Na dinâmica de construção da identidade dos trabalhadores pretendida pelo Estado, toda a memória de suas lutas em anos anteriores ao regime foi “apagada”, entretanto, o Estado passou a utilizar os elementos básicos constitutivos do discurso operário desde o século XIX, reelaborando-os em outro contexto. De acordo com Gomes, o argumento segundo o qual a “palavra” estava apenas com o Estado desconhece que o mesmo não atuou sobre sujeitos destituídos de um passado, os quais não eram folhas em branco. Reconheçamos a intervenção do Estado, mas também a posição e atuação dos

---

<sup>5</sup> GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005; FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2011.

<sup>6</sup> FERREIRA, *op. cit.*, p. 25.

trabalhadores. A grande questão é entender a natureza de criação dos laços que serviram de base para o estabelecimento do pacto no qual as duas instâncias (Estado e Trabalho) se definiram e passaram a atuar. Sendo assim, a:

(...) ruptura que teria ocorrido entre a “palavra operária” e a proposta do Estado é, portanto, relativa, uma vez que se observa que não só os interesses materiais dos trabalhadores, como também muitos dos seus valores e tradições, foram incorporados em outro contexto discursivo. Considerar tal processo histórico espúrio, menos natural ou legítimo por ter sofrido intervenção estatal é postura teórica menos profícua<sup>7</sup>.

A variedade dos termos utilizados para interpretar a história da atuação dos trabalhadores na Era Vargas passeia entre repressão, manipulação, propaganda, doutrinação, ausência de consciência de classe, cálculos utilitários, demagogia, entre outros. E tendo em vista tal variedade, dialogamos também com Jorge Ferreira<sup>8</sup> ao argumentar que, por mais devastadora e grandiosa tenha sido a prática propagandista no período, ela não garantiu pleno sucesso do governante. Não há propaganda que cause a transformação social de um homem em um líder político sem que suas ações atinjam a vida material e simbólica da população a qual lidera. Isso não significa desprezar as intenções de manipulação e nem a sofisticação das ideias efetivadas pela propaganda como fatores importantes nas ações de legitimação do governo. Contudo, por mais fortes que tenham sido, não apagaram as memórias de lutas, crenças, ideias e valores que construíram a cultura e os valores populares.

Consideramos esta proposta de pesquisa relevante por interessar-se pelas práticas cotidianas dos trabalhadores no período, expressas por meio das suas próprias narrativas (suas cartas), dos seus posicionamentos diante do regime, das formas escolhidas para falarem de si, de suas categorias profissionais e do governo e seus representantes. As pesquisas com este recorte espaço-temporal quase sempre se dedicaram ao estudo dos agentes sociais atuantes “sobre” os trabalhadores. Os próprios trabalhadores dificilmente têm “voz” na maioria das

---

<sup>7</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 27.

<sup>8</sup> FERREIRA, *op. cit.*

pesquisas, quase sempre, pela ausência de fontes documentais por eles mesmos produzidas.

Objetivamos nos centrar nos discursos das pessoas ligadas à educação formal de Pernambuco falando de si mesmos, com suas próprias expressões e palavras: como concebiam suas profissões, suas relações com a Interventoria, suas condições de vida e trabalho, suas manifestações de classe, etc. Sujeitos reais, de carne e osso, desejos, emoções e esperanças, expressando com suas próprias letras, sua história cotidiana e, quem sabe, seus sonhos.

Seguindo o texto, o segundo capítulo, intitulado “*Com a palavra, os trabalhadores!*” foi dedicado à apresentação do conjunto documental e à introdução da análise das cartas. Inicialmente, na sessão “*Compreendendo a Era Vargas pelas cartas de populares” o que nos fala a historiografia?*”, apontamos as pesquisas realizadas no Brasil que fizeram o uso das correspondências de pessoas comuns para analisarem suas relações com o regime varguista, no intuito de situar o nosso trabalho dentro desse contexto historiográfico. Posteriormente, em *Trabalhadores pernambucanos em diálogo com Agamenon Magalhães*, analisamos as características gerais do fundo documental trabalhado, traçando o perfil sócio-econômico-cultural de quem escreveu ao interventor, suas demandas/reclamações/sugestões mais comuns e mais excepcionais, particularizando a análise de algumas correspondências em especial.

No terceiro capítulo, “*Por cartas, a Educação chega à mesa do Interventor*”, apresentamos as cartas de quem escreveu à Agamenon Magalhães para tratar de assuntos relacionados à educação, identificando os caminhos escolhidos por esses remetentes para narrarem ao interventor suas problemáticas e seus casos pessoais. Para organizar nossas análises, categorizamos tematicamente as missivas em conjuntos que apresentavam demandas ou instituições comuns, são elas as cartas: dos funcionários dos centros de ensino secundário Ginásio Pernambucano e Ginásio de Vitória; os requerimentos de Inspeção Preliminar; dos professores e professoras (atuantes no ensino público e privado); dos pais de alunos; e duas cartas enviadas por um Delegado de ensino e o diretor da Escola Profissional Masculina que trouxeram demandas trabalhistas, mas não se encaixam nas categorias anteriores.

No quarto e último capítulo, *“Nem só de trabalho vive o homem (e a mulher)”*, discutimos o que consideremos ser uma ousadia (a qual não imaginávamos ser possível) dos trabalhadores missivistas: um abaixo-assinado enviado por vários funcionários públicos do estado solicitando o pagamento antecipado de seus salários para brincarem o Carnaval! Esperamos demonstrar como os trabalhadores, por sua parte, também souberam usar o regime a seu favor, tendo em vista aproveitarem o reinado de Momo (tão importante na nossa cultura popular) e, quem sabe, serem felizes.

## CAPÍTULO II

### COM A PALAVRA, OS TRABALHADORES!

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê (Arthur Schopenhauer).

#### 2.1 Compreendendo a Era Vargas pelas cartas de populares: o que nos fala a historiografia?

As pesquisas produzidas no Brasil, com esse recorte temporal e que se valeram da análise deste tipo de fontes para criar suas interpretações sobre o governo de Getúlio Vargas e seus interventores estaduais ainda são poucas.

O trabalho pioneiro na área foi a pesquisa de Jorge Ferreira, em seu livro *“Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)”*<sup>9</sup>. O historiador analisou as relações estabelecidas entre o Estado e os trabalhadores. Sua abordagem privilegiou uma compreensão das dinâmicas dessas relações analisando as ações, apropriações, práticas políticas e táticas de vida elaboradas pelos trabalhadores daquele tempo em meio a seu cotidiano; ou seja, como foram atingidos pelos atos do Governo a respeito das questões sociais e como agiram.

Neste sentido, o autor analisou as cartas enviadas pelos trabalhadores de várias partes do Brasil ao presidente Getúlio Vargas, investigando suas demandas, reclamações, concordâncias e discordâncias com o regime. Sua abordagem sustentou a ideia segundo a qual houve a construção de um pacto entre o povo e o presidente, no qual ambos se reconheceram e reconheceram seus lugares de fala. Ferreira optou por uma abordagem histórico-cultural do fenômeno – utilizando autores como Robert Darnton, Natalie Zemon Davis, Carlo Ginzburg, E. P. Thompson, Roger Chartier, Peter Burke –, negando que as “classes dominantes” tenham sempre o monopólio da produção das ideias em circulação e sejam capazes de anular a elaboração das crenças, valores, códigos comportamentais e

---

<sup>9</sup> FERREIRA, op. cit.

concepções dos outros setores das sociedades, considerados como tabula rasa. Este autor defendeu, tendo por base os referenciais anteriormente citados e as cartas escritas pelos trabalhadores, que as camadas populares se apropriaram das mensagens e ideias veiculadas pelo governo Vargas, reformulando-as e ressignificando-as da forma que lhes foi mais conveniente.

Os trabalhadores, durante o primeiro governo getulista, foram representados por uma historiografia tradicional, como pessoas que tiveram garantidos seus direitos sociais e trocaram esses benefícios por obediência e doutrinação. Esse consumo passivo tornava-os pessoas desprovidas de uma história recheada de lutas, reivindicações e organização, os quais passaram a cultuar a figura do presidente e seus representantes sem questionamentos sobre seus atos políticos.

Ferreira interpretou as cartas enviadas pelos trabalhadores como expressões da cultura política popular da época. Conceituou cultura como “o conjunto de atitudes, representações sociais e códigos de comportamento que forma as crenças, ideias e valores socialmente reconhecidos por um setor, grupo ou classe social”<sup>10</sup>. Tal conjunto é resultado das experiências vividas pelos sujeitos por vias econômicas, sociopolíticas, ideológicas, religiosas, etc., e pode ser expressa por meio da linguagem.

O autor enfatizou que as cartas apresentaram certa homogeneidade no que era proferido, demonstrando possuírem um padrão cultural: normalmente os remetentes descreviam suas situações de vida (a pobreza e as dificuldades sociais nas quais viviam) para, a partir disso, pedirem algo como um emprego ou melhoria de salário, por exemplo. Ao descreverem suas situações e demonstrarem o objetivo de superá-las, os trabalhadores deixaram registradas, em correspondências, suas formas de pensar, de interpretar o momento político vivido, de compreender o funcionamento das relações de poder e suas percepções sobre o mundo que os cercava.

Os conteúdos das correspondências pesquisadas foram categorizados por meio dos assuntos relativos às demandas proferidas, demonstrando os caminhos percorridos pelos remetentes para alcançarem seus objetivos. O autor apresentou

---

<sup>10</sup> FERREIRA, *op. cit.*, p. 32.

correspondências escritas por mães e pais desempregados, os quais, ao pedirem empregos a Vargas, utilizavam argumentos morais que envolviam uma determinada concepção de família (compartilhada com o regime), chamando a atenção para o compromisso que o governo dizia ter assumido com a preservação desta instituição. Outra alegação presente nas cartas dos desempregados remetentes, escrevendo para pedirem empregos, foi o quanto eles (também) valorizavam o trabalho e acreditavam na sua possibilidade de ascensão à condição de cidadãos por meio dele. Estes foram considerados exemplos de cobranças feitas pelos trabalhadores, as quais demonstram, não submissão ou temor ao governo, mas sim, reconhecimento de seu lugar político. Portanto, o alinhamento dos trabalhadores com o discurso oficial não foi uma demonstração da docilidade (ou passividade ou convencimento) do povo, mas, antes, uma tática para lograrem êxito em suas vidas.

Segundo Ferreira, a Revolução de 1930 foi tratada pelo Estado Novo e pela historiografia tradicional como o ponto referencial definidor da justiça e da injustiça nas relações entre o Estado e a classe trabalhadora. De acordo com esta perspectiva, o Estado era considerado um ente justo, pertencente a todos os brasileiros (e não apenas aos poderosos), cujo objetivo era amparar as vítimas dos abusos ocorridos durante a Primeira República (vista como uma época de políticos interesseiros e personalistas). Pois bem, Ferreira demonstrou que os remetentes, apesar de utilizarem argumentos semelhantes e de criticarem o regime anterior, utilizavam os posicionamentos e as visões políticas do governo vigente para atingirem os seus objetivos e terem seus pedidos atendidos.

Uma das suas observações mais interessantes foi perceber que, mesmo apoiando o regime varguista, os trabalhadores não estavam alheios aos fatos políticos ocorridos no país e nem tinham opiniões políticas indiferentes e vagas. Ao escreverem, ao relatarem seus dilemas, sempre demonstravam interesses nos caminhos políticos tomados pela nação, fazendo críticas ao mundo no qual viviam e deixando claro que a propaganda política tão exaltada pelo regime nem sempre tinha o efeito esperado. Seu aparente silêncio sobre determinados temas, como por exemplo, prisões arbitrárias, perseguições aos comunistas, repressão política, tortura policial, não ocorreu por uma questão de desconhecimento, mas porque a população sabia o que se passava e escolhia, estrategicamente, as questões a

serem destacadas ou silenciadas. A seleção era feita tendenciosamente, de acordo com aquilo que poderia beneficiá-la: a legislação trabalhista, os discursos que apresentavam o Estado como amparador, a valorização do trabalho para o progresso, o bem-estar comum, etc. Havia uma percepção dos limites das palavras. Os trabalhadores apropriavam-se dos discursos governamentais e construíam táticas para avançar na conquista das suas demandas.

Destacamos ainda o trabalho de Joel Wolf<sup>11</sup>, o qual propõe uma análise entre os discursos trabalhistas de Vargas (em seus vários períodos como presidente) e seu consumo pelos trabalhadores operários paulistas. Opondo-se às explicações de cooptação das classes populares para os projetos políticos – feitas na tentativa de desmobilizar a classe trabalhadora a partir de relações clientelistas e paternalistas –, o autor destaca o cuidado em tratar com singularidade o contexto de emergência dos líderes considerados “populistas”. Para ele, mesmo sendo impossível determinar a forma que cada brasileiro pensava sobre o presidente ou sobre os líderes políticos, as possibilidades estão em dar destaque a determinados grupos sociais, analisando suas relações com o regime.

Na sua perspectiva, as avaliações a respeito da figura do presidente variavam de acordo com as experiências de vida dos trabalhadores, os quais, muitas vezes, não aceitavam os programas políticos varguistas e passavam a usar os discursos trabalhistas para interpretar e reformular essa ordem primeira. As cartas possibilitam ver como os governantes apresentavam as classes trabalhadoras e como essas se apresentavam para eles, assim como o questionamento a cerca do consumo do discurso estadista e as medidas da popularidade do regime e seus líderes. O estabelecimento dessa comunicação demonstrou ao autor “os meios empregados pelos trabalhadores no sentido de se tornarem componentes da retórica do regime – também como dos problemas políticos de Vargas – em seu próprio benefício”<sup>12</sup>.

As narrativas dos operários variavam entre críticas às autoridades locais, denunciadas como empecilhos para os operários desfrutarem das políticas trabalhistas desenvolvidas por Vargas e queixas sobre as formas de tratamento

---

<sup>11</sup> WOLF, Joel. “Pai dos pobres” ou “mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: **Revista Brasileira de História** – Brasil, 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. P. 27-60.

<sup>12</sup> WOLF, *op. cit.*, p. 45.

recebidas dos empregadores, que se opunham às determinações legais, colocando-os em condições de trabalho perigosas e extensas. A partir desses casos, as missivas apontam que mesmo havendo problemáticas nas condições das classes trabalhadoras, estes não sucumbiram à retórica getulista. Nas palavras do autor, “os trabalhadores urbanos não abraçavam os discursos trabalhistas de Vargas como uma procuração para certas atitudes, pois eles já tinham desenvolvido um vocabulário para interpretar as suas condições”<sup>13</sup>.

Joel Wolf ainda destaca as correspondências femininas enviadas ao Presidente com objetivo de obter ajuda para famílias na educação de filhos, muitas vezes, pedindo para enviar-lhes a escolas particulares e defendendo a educação como um caminho para livrá-los da fábrica. Pediam também a proteção aos bairros nos quais moravam; restrição dos trabalhos noturnos e denúncias dos assédios sofridos por parte de patrões, por meio de chantagens, nas quais suas permanências em cargos ou seus salários dependeriam de obrigações sexuais. O fato de escreverem para reclamar e denunciar mostrava a consciência existente entre as missivistas de que, mesmo trabalhando em um ambiente majoritariamente ocupado por homens, isso não retirava o direito de controlar sua própria sexualidade, pois “operárias não eram mulheres 'decaídas', mas pessoas que deviam trabalhar para o sustento de suas famílias”<sup>14</sup>.

Desafiando as noções do trabalho enquanto atividade viril, as mulheres reivindicaram melhores condições de trabalho, igualdade salarial e fizeram questão de informar seu estado civil: mães solteiras ou casadas, rejeitando o estereótipo restrito de serem donas de casa, enquanto os homens provedores do sustento familiar. Ao decidirem se comunicar e narrar esses pontos, notamos junto com o autor que as “conceituações de comportamentos apropriados para homens e mulheres (isto é, definições de sexos) eram discutidas abertamente em uma carta de uma trabalhadora para o ditador do Brasil”<sup>15</sup>. O fato de concordarem ou não com o enquadramento dos cargos destinados para esse ou àquele gênero, não anula a importância da discussão, do diálogo e do questionamento sobre essas ideias.

---

<sup>13</sup> WOLF, *op. cit.*, p. 53.

<sup>14</sup> WOLF, *op. cit.*, p. 52.

<sup>15</sup> WOLF, *op. cit.*, p. 52

De acordo com as cartas analisadas por Wolf, os missivistas ainda construíram argumentos para lhes beneficiar no período da guerra, usando a estratégia de associar seus empregadores à simpatizantes do Eixo. Algumas denúncias relatadas foram investigadas e, sobre as questões políticas, nada foi verificado, no entanto, as explorações sofridas pelos trabalhadores eram confirmadas. A escolha da retórica nacionalista e o fato do Brasil estar em guerra eram usados para o fortalecimento de suas reivindicações, pois sabiam que se não recorressem a uma denúncia política de ameaça nacional, provavelmente suas queixas não teriam obtido resposta alguma.

Os trabalhadores de São Paulo denunciaram as elites e os patrões e ofereceram a Vargas, em troca de ajuda, seu apoio. Barganhas explícitas e implícitas. Wolf alertou que as cartas não devem ser lidas como súplicas de indivíduos sem poder para poderosos. Segundo sua compreensão, com a qual concordamos, percebendo os problemas existentes entre Vargas e as elites paulistas, os trabalhadores se ofereciam como apoio ao presidente em troca de melhorias.

A autora Marlene Fáveri<sup>16</sup> discutiu em sua tese as vivências da população de Santa Catarina, durante a Segunda Guerra Mundial, analisando as representações do cotidiano, as resistências e os papéis sociais vividos por homens e mulheres, brasileiros e estrangeiros, avaliando suas relações com a repressão e os tempos de medo. Para isso fez uso de ofícios, leis, processos criminais, jornais e cartas, além de depoimentos orais de indivíduos sobreviventes da época, com o objetivo de mostrar uma outra perspectiva historiográfica da guerra representada por quem a viveu daqui.

O uso das cartas em seu trabalho serviu para esclarecer as comunicações feitas entre os indivíduos e as autoridades no questionamento sobre demissões, exonerações, extorsões e apreensões feitas pelo Estado nas residências de pessoas suspeitas de serem simpatizantes do Eixo, assim como as denúncias sobre o controle da imprensa.

---

<sup>16</sup> FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC/UNIVALI, 2005.

As tensões e o medo das transformações ocasionadas pela guerra aparecem por meio de vários receios: da perda do emprego, das desapropriações e extorsões dos bens acumulados pela população, ações impostas e reguladas por meio de leis e decretos.

Ao passo em que as empresas suspeitas pelo Estado eram obrigadas a demitirem seus funcionários estrangeiros e contratarem somente brasileiros natos, o medo das autoridades desconfiarem de espionagem, levava à modelagem dos discursos dos estrangeiros e naturalizados residentes do estado catarinense, os quais apelavam em suas cartas para a integridade e sobrevivência de suas famílias ao serem afastados dos empregos. Quando nem o tempo de serviço e nem suas qualificações profissionais lhes davam segurança para continuarem nos cargos, recorriam aos argumentos da situação de miserabilidade de suas mulheres e filhos. Além disso, como uma das consequências dessas demissões apresentadas nas cartas analisadas pela autora, ocorria o afastamento dos demitidos para zonas interioranas do estado, gerando agravamento da situação econômica e a desestruturação de suas famílias.

As cartas mostram que as palavras deviam ser comedidas e cuidadosamente elaboradas para 'tocar' no coração do presidente, provocar a benevolência e conseguir clemência para situações em que pulsavam dor, medo, insegurança, e onde os *filhos da pátria* não deviam ser esquecidos<sup>17</sup>.

José Roberto Franco Reis, em sua tese intitulada “*Não existem mais intermediários entre o governo e o povo: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)*”<sup>18</sup>, analisou as missivas destinadas ao presidente sob a perspectiva de uma *comunicação política*, na tentativa de compreender o comportamento político dos homens e mulheres comuns e suas percepções a respeito do funcionamento do poder. O objetivo de Reis foi ver essa comunicação

---

<sup>17</sup> FÁVERI, *op. cit.*, p. 230.

<sup>18</sup> REIS, José Roberto Franco. “**Não existem intermediários entre o governo e o povo**”: correspondência a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). 2002. 310 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

como um espaço com força simbólica para os dois lados: de quem escrevia e de quem recebia as cartas.

Segundo o autor, apesar da prática do envio de cartas ao governante ser algo anterior ao período, as políticas varguistas de aproximação com a população, por meio da viabilização de determinados canais comunicativos, estimulou o envio das correspondências, notadamente pelo aumento do número das cartas enviadas ao presidente durante esse período e a diminuição em seus anos finais. A expressividade dos números “dá bem a dimensão da sua importância, podendo refletir simultaneamente a ausência de canais legais de representação, sobretudo a própria intensificação simbólica do regime”<sup>19</sup>. Dessa forma, as missivas [re]inauguraram um veículo comunicativo e, naquele momento, transformaram-se em mecanismo representativo por meio do conteúdo e da forma de suas escritas, as quais considerou uma “peculiar e quase rara oportunidade de participação, dadas as reduzidas possibilidade de se manifestar por outros meios”<sup>20</sup>.

O autor buscou a investigação dos argumentos e das justificativas expostas pelos remetentes a partir “da forma como eles aparecem lidando com os diversos temas do 'varguismo’”, sobretudo em relação às normas e valores ressaltados pela propaganda do regime: os modos de vida, a figura do cidadão-trabalhador, as vivências familiares, o nacionalismo, a moralidade pública, a visão de política e cidadania, etc. Além destes, as possibilidades oferecidas pelas cartas para expressarem representações e noções de participação política e a existência de uma *cultura política* nessa prática, analisando as questões do paternalismo, da troca de favores, do clientelismo, do personalismo e de uma singular consciência de direitos.

Dentro dessa perspectiva, assinala Reis, a concepção do poder tornou-se algo “tutelar e personalizado, sugerindo uma relação claramente assimétrica e atravessada pela hierarquia e pelo personalismo”<sup>21</sup>, por muitos vista somente como solicitação de favores e não como briga pelo cumprimento de direitos. No entanto, as manifestações presentes nas reivindicações das cartas vão de contra a quaisquer

---

<sup>19</sup> REIS, *op. cit.*, p. 15.

<sup>20</sup> REIS, *op. cit.*, p. 16.

<sup>21</sup> REIS, *op. cit.*, p. 292.

definições de submissão ou omissão, deixando à mostra as exigências por respeito, direitos e justiça ao mesmo tempo em que buscam obter vantagens, “denotando um forte senso de oportunidade e de percepção da situação política brasileira, convivendo, e aqui o mais interessante, ambas atitudes num mesmo indivíduo ou grupo”<sup>22</sup>.

A pesquisa de Vanderlei Vazelesk Ribeiro<sup>23</sup> comparou a inclusão dos trabalhadores rurais nos projetos de desenvolvimento dos governos de Getúlio Vargas e do argentino Juan Domingo Perón, analisando por quais meios as burocracias estatais regulamentaram as relações trabalhistas nos meios agrários.

Inserindo na categoria denominada “camponês” os arrendatários, assalariados, moradores e posseiros, Ribeiro identificou os principais assuntos das cartas girando em torno dos conflitos de terra, pedidos de lotes de terra, de dinheiro para adquiri-las e ajuda material para permanecer no trabalho rural. Mesmo sendo direcionadas ao governo central, a maioria das cartas solicitando um lote de terra, por exemplo, eram direcionadas aos governos estaduais, pois cabia à administração estadual a regulamentação de terras devolutas locais. Uma das diferenças verificadas pelo autor é a forma de direcionar o pedido ao Presidente: enquanto no Brasil os rogos foram feitos a título de caridade, como “a esmola de um auxílio” ou por correção de injustiças; no contexto argentino houve mais um senso reivindicatório e a cobrança dos direitos, justificado pela maior presença no país vizinho de sindicatos e associações representativas dos trabalhadores.

De acordo com o autor, mesmo entre os missivistas cujos pedidos não foram atendidos, havia a crença de que os chefes das nações – tanto no Brasil, quanto na Argentina –, poderiam resolver aqueles problemas e eram suas últimas esperanças. No caso brasileiro, o governo teve o cuidado de não deixá-los sem respostas; na Argentina, as respostas foram obtidas indiretamente, por meio da indicação de órgãos nos quais os remetentes deveriam procurar recebê-las. O objetivo do autor não foi contar a validade das cartas em relação aos pedidos realizados, mas as repetitivas tentativas dos indivíduos, os quais, mesmo distantes das capitais,

---

<sup>22</sup> REIS, *op. cit.*, p. 292.

<sup>23</sup> RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **A roça y la campana**: a questão agrária sob o varguismo e o peronismo em perspectiva comparada. 2006. 249 f. Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2006.

apropriaram-se do discurso de seus governantes e caracterizaram seus inimigos pessoais enquanto inimigos do regime. A pesquisa de Ribeiro contribui para a reflexão sobre a participação dos roceiros dentro dos projetos agrários de ambos os países, os quais, nesse período, costumam ser estigmatizados nas pesquisas enquanto subservientes à tutela dos fazendeiros, sem acesso aos meios de comunicação e desinteressados em inserirem-se nos meios econômicos e políticos do poder público.

Investigando as solicitações para o recebimento do abono familiar – definido pelo Decreto-lei n. 3.200 de 1941 – através das cartas de populares, Ana Paula Martins<sup>24</sup> analisou as correspondências enviadas por pais e mães, incentivados pela política familiar definida desde a Constituição de 1937, os quais escreviam ao Presidente para relatar seus dramas de pobreza e para “provar como estavam adequados à política demográfica e social do governo”<sup>25</sup>.

Um dos aspectos mais importantes da política voltada à família estabelecida no Estado Novo foi o pagamento de um abono familiar, dirigido aos chefes de famílias numerosas com dificuldades para sustentar suas casas de forma básica. Para conseguir o abono, era necessário provar às autoridades, por meio de documentação, a responsabilidade do chefe de família com relação às questões físicas, morais e intelectuais dos dependentes. A autora encontrou fotografias familiares anexas às cartas enviadas na tentativa de provarem número extensivo de filhos e reforçarem o pedido de ajuda, assim como registro de nascimento de filhos, cartas de prefeitos ou de alguém que “atestasse” a verdade dos relatos dos missivistas.

Segundo a autora, apesar das narrativas registrarem diferentes graus de dificuldades e carência enfrentadas pelas famílias, em geral os escritos apresentaram singulares noções de justiça e cidadania, relacionadas à vida familiar e à necessidade de manutenção desta instituição “consoantes com a política social e familiar do Estado Novo”<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. **Revista Diálogos**. DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 2 e 3, 2008. p. 209-235.

<sup>25</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 209.

<sup>26</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 213.

Mesmo sendo uma transferência de renda do poder público para o povo, ressalta Martins, o abono familiar não contribuiu para sua melhoria de vida, pois partia de uma concepção demográfica do problema. Apesar de identificarem no auxílio uma forma de melhorar as condições de vida, as correspondências também evidenciaram as dificuldades dos pais, “colocando em relevo que a equação a ser resolvida não era a pobreza e tamanho da família, mas sim, a incapacidade dos salários em prover a subsistência”<sup>27</sup>.

A interpretação de Martins sobre os casos a fez considerar que se tratavam mais de indivíduos despossuídos e impotentes, do que passivos ou conformados, em suas palavras, “retratos de famílias pobres, mas não resignadas”<sup>28</sup>. Uma dessas características esteve presente, principalmente, pela recorrência na escrita de termos que identificavam uma súplica de “filhos” para um “pai”, por exemplo, pelas expressões religiosas. O uso desse vocábulo significava um traço da cultura popular dessas pessoas, muitos acostumados a verem-se no limite da sobrevivência e não uma expressão de alienação, pois “para muitos missivistas a única forma de pedir algo para alguém que tem o poder, seja ele divino ou político, era a súplica, de joelhos e de mãos cruzadas”<sup>29</sup>.

O trabalho defendido por Cleyton Hackenhaar<sup>30</sup> investigou a influência e a atuação que as oligarquias regionais tiveram para a consolidação da figura de Nereu Ramos durante o Estado Novo, identificando por quais meios o interventor formou pactos com esses grupos para auxiliá-lo na conquista política das regiões habitadas por imigrantes europeus de Santa Catarina, e como as determinações federais sofreram uma readaptação e instrumentalização para atingir os objetivos de conquistar e eliminar seus adversários políticos.

Ao avaliar a escrita de pessoas comuns, o autor procurou encontrar em que medida os missivistas usaram o discurso estadonovista de eliminação de outras formas de pensamento, como o integralismo e o comunismo, na qual as demandas

---

<sup>27</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 221.

<sup>28</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 233.

<sup>29</sup> MARTINS, *op. cit.*, p. 232.

<sup>30</sup> HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945):** política, trabalho e terra. 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

particulares, nas correspondências, foram transformadas em questões de ameaça pública. Além disso, a apropriação e o redirecionamento das leis trabalhistas para solucionarem seus casos, e os conflitos que envolviam os despejos dos posseiros ocupantes de terras devolutas.

Relativizando a perspectiva de centralização do regime, o historiador critica o exagero personalista construído pela historiografia a respeito da pessoa do interventor como um sujeito meramente reprodutor estadual das determinações federais. Ao contrário, discutiu as práticas de poder das ações e da autonomia local, das negociações que o interventor precisou fazer para se consolidar no governo do estado. Nesses termos, não só concordamos com ele, mas também objetivamos demonstrar o quanto, em Pernambuco, a participação popular foi ativa, mesmo camuflada e readaptada a um novo contexto, marcado pela repressão e violência de quem se voltava contra o regime.

O corpo documental analisado pelo pesquisador assemelha-se ao que utilizamos neste trabalho, contemplando também muitas respostas enviadas pelo interventor e sua secretaria aos missivistas, indicando quais atitudes foram, e quando foram, tomadas a partir das demandas recebidas, demonstrando de quais formas ambos os lados utilizavam as leis em seu benefício. Os assuntos trazidos nas cartas envolveram denúncias contra autoridades estatais, comerciantes, fazendeiros, empresários e a conivência das autoridades públicas com as ações desses; trabalhadores exigentes de equipamentos básicos para execução de suas funções e a negligência das autoridades estaduais sobre isso; além de casos que contaram os despejos sofridos por moradores de terras devolutas, muitas vezes realizados com o apoio do governo.

A pesquisa de Hackenhaar nos mostra, entre outros aspectos, que a obediência aos projetos políticos varguistas – também do setor educacional –, dentro das Interventorias, deve ser algo relativizado e, no caso de Santa Catarina, visto a partir dos seus rearranjos locais. No caso da Interventoria analisada, houve um redirecionamento dos ordenamentos centralizadores federais, que serviram como justificativa para a perseguição dos adversários políticos do governador Nereu Ramos.

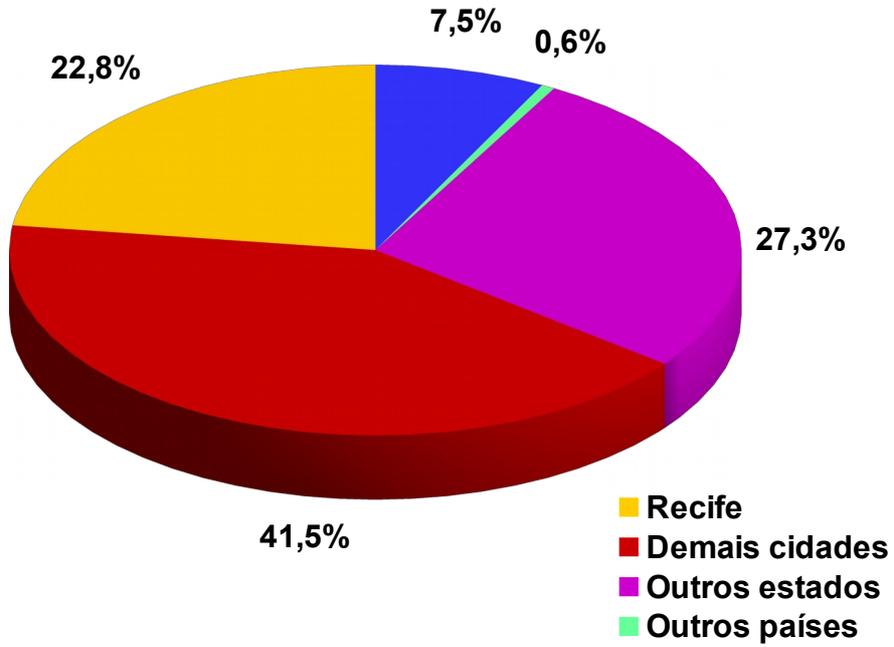
## **2.2 Trabalhadores pernambucanos em diálogo com Agamenon Magalhães**

As correspondências analisadas nesse trabalho estão localizadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), no fundo da Secretaria de Governo, volume 764. Este conjunto documental, tem como recorte temporal os anos finais do século XIX e o início da década de 1990, abriga grande parte da documentação referente ao governo do estado no que se refere aos ofícios recebidos e expedidos pelas secretarias e pelas câmaras, portarias, atos, decretos, ordens de pagamento, relatórios, petições, requerimentos, inquéritos, documentos da contabilidade, recibos, processos, boletins da receita e sobre as despesas municipais, telegramas e cartas. Também foram localizadas cartas no fundo da Interventoria, localizado no APEJE, volume I53, conjunto com diversos documentos oficiais, entre 1938 e 1945, relativos a protocolos, ofícios, telegramas, livros-caixa, petições, atos, decretos, inquéritos, requerimentos, talões de passagens, papeletas, boletins, portarias e recortes de jornais.

Metodologicamente, realizamos fotocópias de todas as cartas dos volumes e catalogamos todas as missivas, identificando seus remetentes, destinatários, data, local e os assuntos tratados. A partir desta catalogação e sistematização das 450 cartas, elaboramos alguns gráficos e quadros para compreender o perfil desses remetentes.

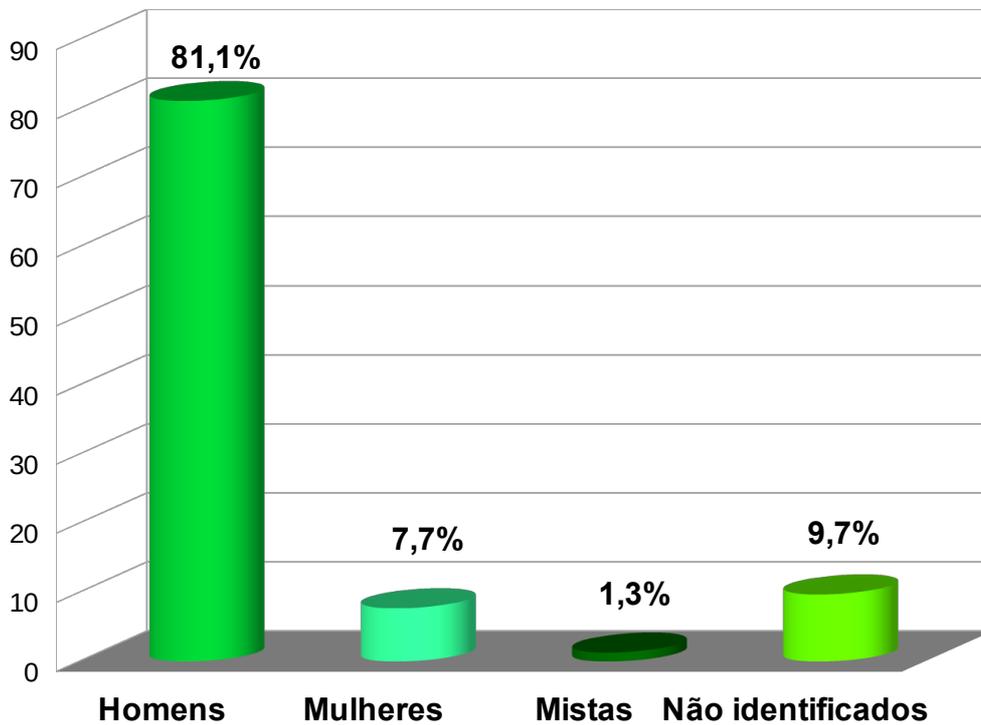
**Gráfico 1**

Variação percentual pela localidade dos remetentes



**Gráfico 2**

Variação percentual pelo sexo dos remetentes



É importante frisar que esse dado não pode ser associado a uma ausência das mulheres no mercado de trabalho ou como usuárias da prática do envio de cartas, pois o assunto de muitas das correspondências eram casos de trabalhadoras, contados por um parente, marido, pai ou “padrinho”.

**Tabela 1**

Participação no mercado de trabalho

	Empregados (50%)	Desempregados (17,5%)	Não informaram sua situação (32,4%)
Homens	88,4%	78,4%	76,7%
Mulheres	2,2%	18,9%	10,2%
Não identificados <sup>31</sup>	9,3%	2,5%	13%

Mesmo dentro do nosso conjunto documental a quantidade de desempregados ser inferior à de empregados, é importante lembrarmos que, por meio da propaganda, o Estado buscou camuflar as situações vividas pelos trabalhadores durante essa época, negando o desemprego e a miséria que sofriam. A grande presença dos apelos que destacam as condições de vida passadas pelos remetentes e suas famílias nos mostra que “qualquer ideia que faça coro ao discurso estadonovista referente à inexistência do desemprego no Brasil, deve ser

relativizada, pois o desemprego, além de uma realidade, era um medo constante na vida das pessoas”<sup>32</sup>.

**Tabela 2**

Interesses motivadores das cartas

	Pedidos para si (81,1%)	Pedidos para outrem (18,8%)
Homens	84,9%	72,9%
Mulheres	6,5%	14,1%
Não identificados	8,5%	12,9%

Vale ressaltar que o fato de escrever para si, entendemos, significa mais a autonomia na prática comunicativa, no ato de próprio remetente/trabalhador ter a consciência de poder “falar” diretamente com o governante, no entanto, não significa que dentro do conteúdo das cartas não houvessem indicações, conhecimentos políticos, e relações de apadrinhamento que poderiam gerar benesses e facilidades burocráticas para quem escrevia.

<sup>31</sup> A não identificação deveu-se por dificuldades na leitura das assinaturas das cartas e quando o remetente não apresentou quaisquer outros indícios de pertencer ao sexo masculino ou feminino.

<sup>32</sup> HACKENHAAR, *op. cit.*, p. 142.

**Tabela 3**

Os lugares sociais/assuntos dos remetentes e correspondências

	Mundo empresarial (2,4%)	Setores da imprensa, propaganda e promoções/ convites de eventos (6%)	Agentes do governo (13,1%)	Foro íntimo, sugestões ou reclamações (18,2%)	Trabalhadores falando sobre trabalho (60,2%)
Homens	100%	100%	100%	74,3%	81,5%
Mulheres	0%	0%	0%	8,5%	10,3%
Não identificados	0%	0%	0%	17%	8,1%

A junção das categorias de assuntos de foro íntimo, sugestões e reclamações deve-se, principalmente, porque, em muitos casos, os pedidos, sugestões e reclamações foram motivadas por questões pessoais. Acreditamos que esses pedidos, sugestões e reclamações foram escolhidos para serem levados por interferirem diretamente na vida de quem escrevia, mesmo esse traço, às vezes, sendo muito sutil nas missivas. Além disso, demonstra o esforço da participação popular na administração pública, população essa, outrora, julgada como passiva, alienada e indiferente ao que era decidido para sua própria vida.

Em sua maioria, as missivas trataram de assuntos relativos ao mundo do trabalho. Dentre as cartas encontramos correspondências de trabalhadores dos

mais variados setores: funcionários públicos, militares, ministros, médicos, advogados, comerciantes, costureiras, operários, agricultores, promotores, tabeliães, enfermeiras, escrivães, juizes, escriturários, representantes do setor privado, prefeitos, representantes da Igreja Católica, um presidiário, um fiscal do jogo do bicho e até um artista.

As demandas dos que escreviam para tratarem de assuntos do mundo do trabalho foram várias, dentre elas destacamos: melhoramento ou pagamento de salários; restituição de cargos retirados em anos anteriores ou a partir do Estado Novo por motivos “injustos” ou sem justificativa; cobrança de determinações judiciais não cumpridas; recomendações de pessoas para nomeação a um cargo ou função pública; pedido de emprego para parentes (filhos, esposa, marido) ou amigos; agradecimentos por indicações de Agamenon ou Arnóbio Tenório para cargos ou promoções; cobrança de respostas às cartas enviadas; acusação e justificativas de prefeitos por exonerações ou afastamentos realizados; pedidos para substituição de prefeitos.

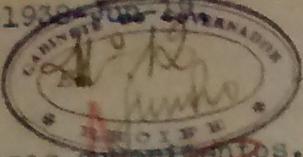
Muitos dos relatos apresentados nas cartas podem ter sido escritos propositalmente de forma exagerada, pois a finalidade, supostamente, era de chamar a atenção do destinatário para o seu apelo em meio a tantos outros. No entanto, cabe frisar que a recorrência dos assuntos, reclamações e pedidos nos possibilitou observar os problemas comuns aos trabalhadores do período<sup>33</sup>. Diante de alguns casos, percebemos indícios sobre um interesse de averiguação por parte da Interventoria das denúncias, visto que algumas cartas foram enviadas como respostas “esclarecedoras” de alguns casos que já eram de conhecimento da Interventoria. Na nossa busca não encontramos as respostas positivas ou negativas enviadas aos remetentes pelo gabinete, contudo, em algumas delas percebemos anotações de “respondido” ou “encaminhado” realizadas após suas leituras, conforme os exemplos a seguir. Observe, as letras vermelhas com as quais escreveu-se “Respondido”:

---

<sup>33</sup> HACKENHAAR, *op. cit.*

Bahia-1938

Exmo. Sr. Dr. Agamenon Magalhães-M.D. interventor em Pernambuco-

  
 Aceite v. exa. attenciosos cumprimentos.

Tenho a satisfação de o conhecer muito de vista, em Recife, frequentemente, direi mesmo diariamente, pois v. exa. ia tomar o bonde para a cidade, todas as manhãs, defronte de minha casa, na rua da Aurora, n. 379, onde morei de 1928 a 1933. Entretanto ainda não tive a honra e o prazer de lhe ser apresentado, ainda se não ofereceu este ensejo. D'ahi a razão por que devo pedir-lhe desculpas em escrever-lhe, e ainda mais para solicitar um obsequio.

Desejo sua preciosa atenção para esta carta, que pela sua propria natureza, não pode ser breve, e espero que o meu nobre conterraneo me perdoará importunal-o.

Comprimido, assediado por terriveis circumstancias, que me submetem a horriveis injunções, dirijo-lhe estas linhas, e "currente calamo", sem obedecer a prologos, muitas vezes inexpressivos, e quasi sempre fastidiosos, abordo o assumpto, com o desespero n'alma.

Figura 1: Carta enviada pelo médico Rodomark Cavalcanti Albuquerque, em 19 de junho de 1938, do estado da Bahia, solicitando de pagamento dos vencimentos atrasados desde dezembro de 1937.

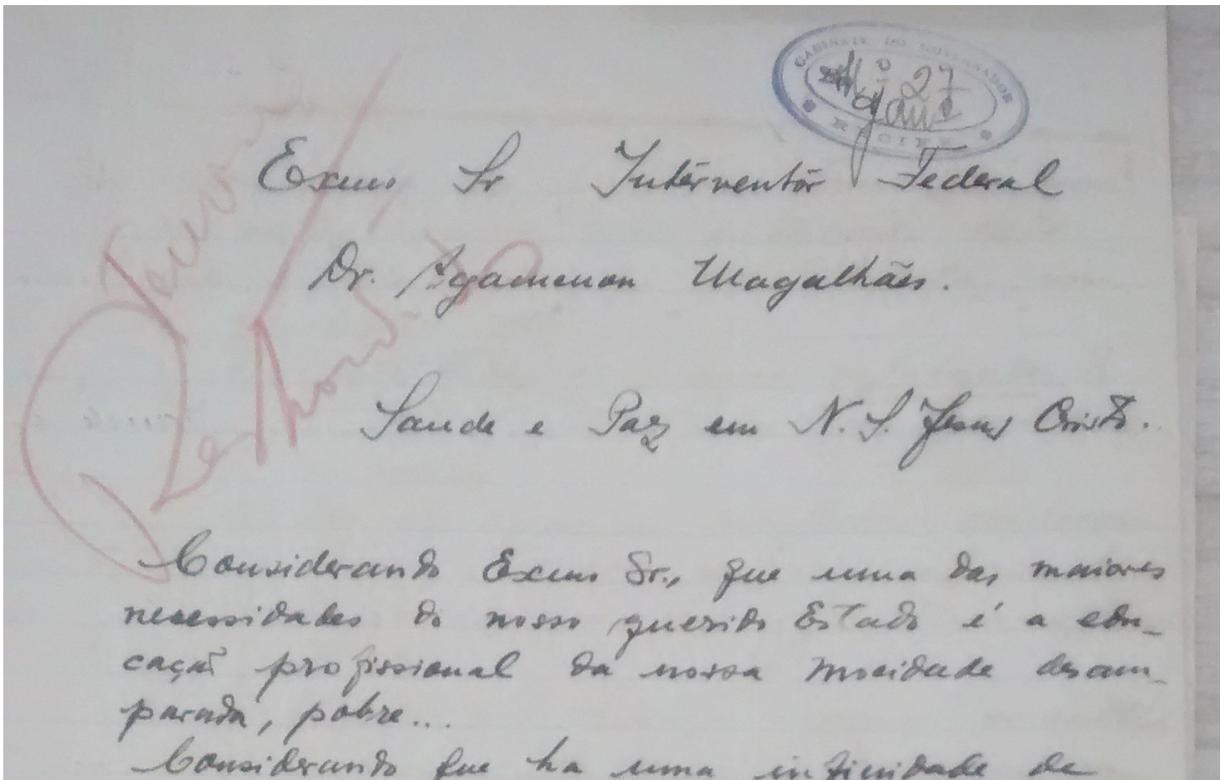


Figura 2: Carta com assinatura ilegível, enviada em 27 de janeiro (sem ano), localidade não informada, sugerindo a criação de uma escola profissional.

Prestemos atenção também aos andamentos das missivas dentro do próprio gabinete, pois muitas delas, além de endereçadas ao Secretário Arnóbio Tenório, traziam encaminhamentos para sua leitura. Portanto, não só o endereçamento das correspondências, mas as respostas e, provavelmente, a resolução de seus casos iam para além do interventor. Encontramos anotações, em vermelho, nas seguintes cartas:

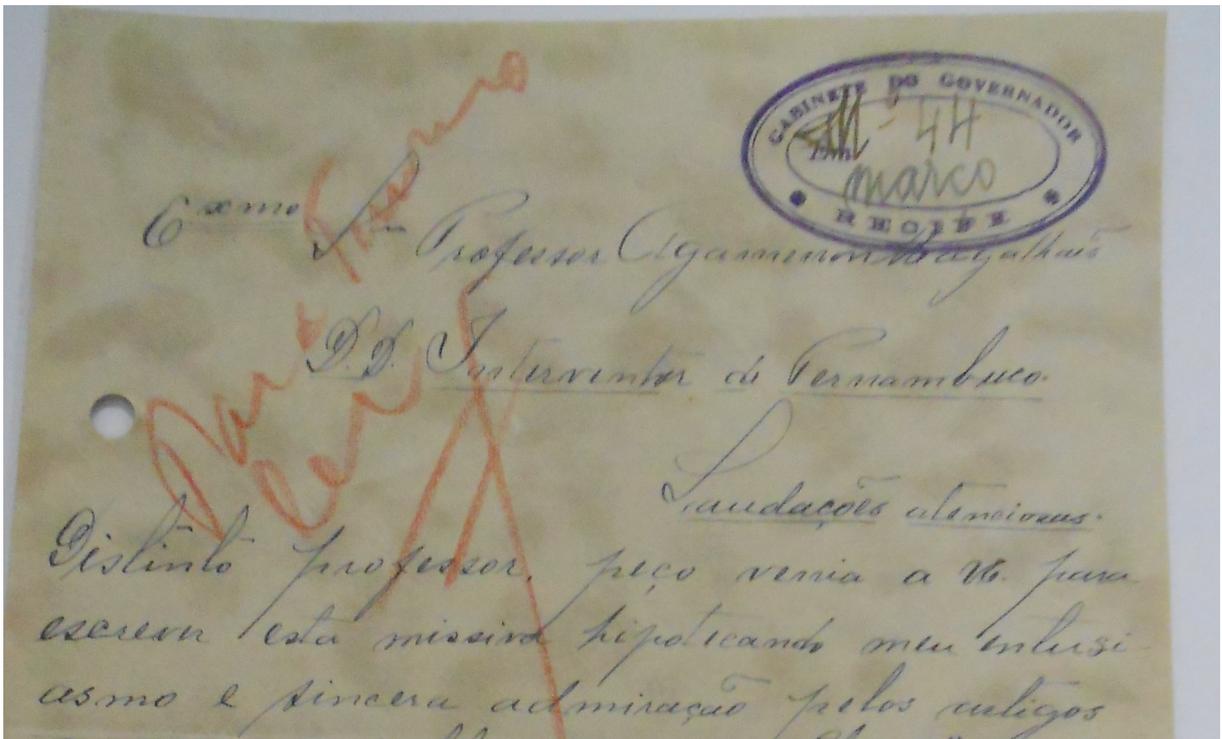


Figura 3: Carta enviada pelo estudante Lourival Alvez de Moura Guedes, em 30 de março de 1938, da cidade de João Pessoa, parabenizando o governador pelos artigos no jornal “União” da Paraíba, e Pedindo conselhos sobre carreira profissional.

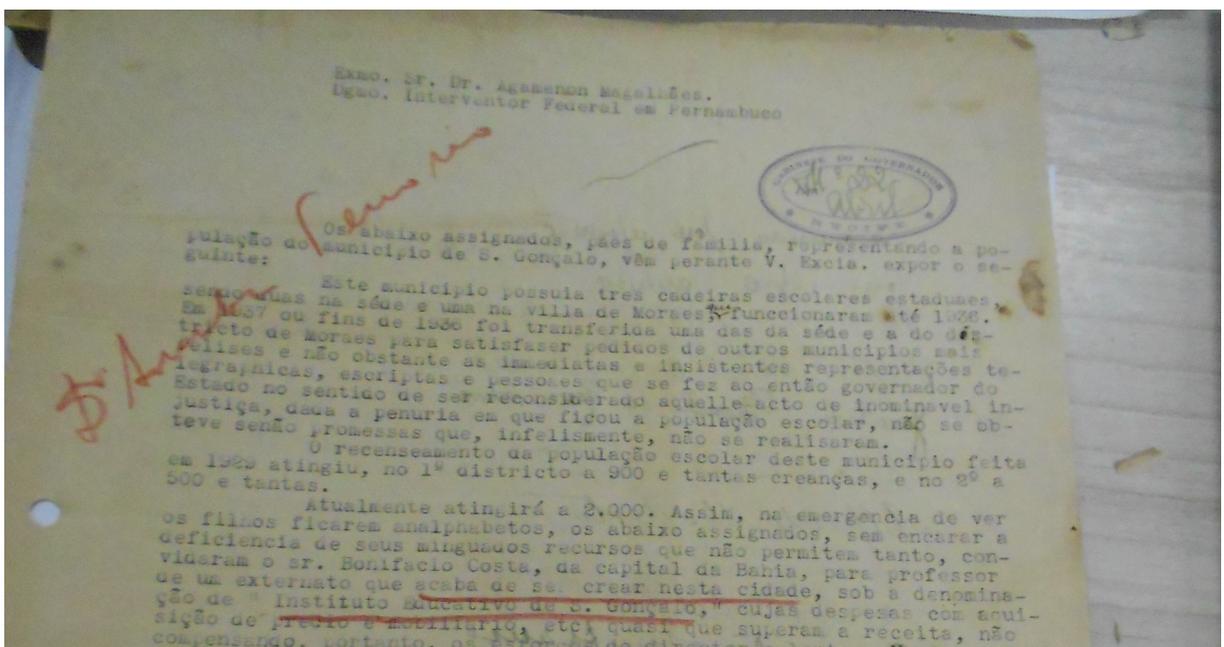


Figura 4: Carta enviada por Aprígio Santos, em 6 de abril de 1938, da cidade de Garanhuns, pedindo de colocação no estado.

Sabendo dessa informação ou quando recebiam alguma resposta por parte do Secretário, alguns missivistas endereçavam suas cartas diretamente a Arnóbio Tenório. Esse foi o caso das seguintes epístolas:

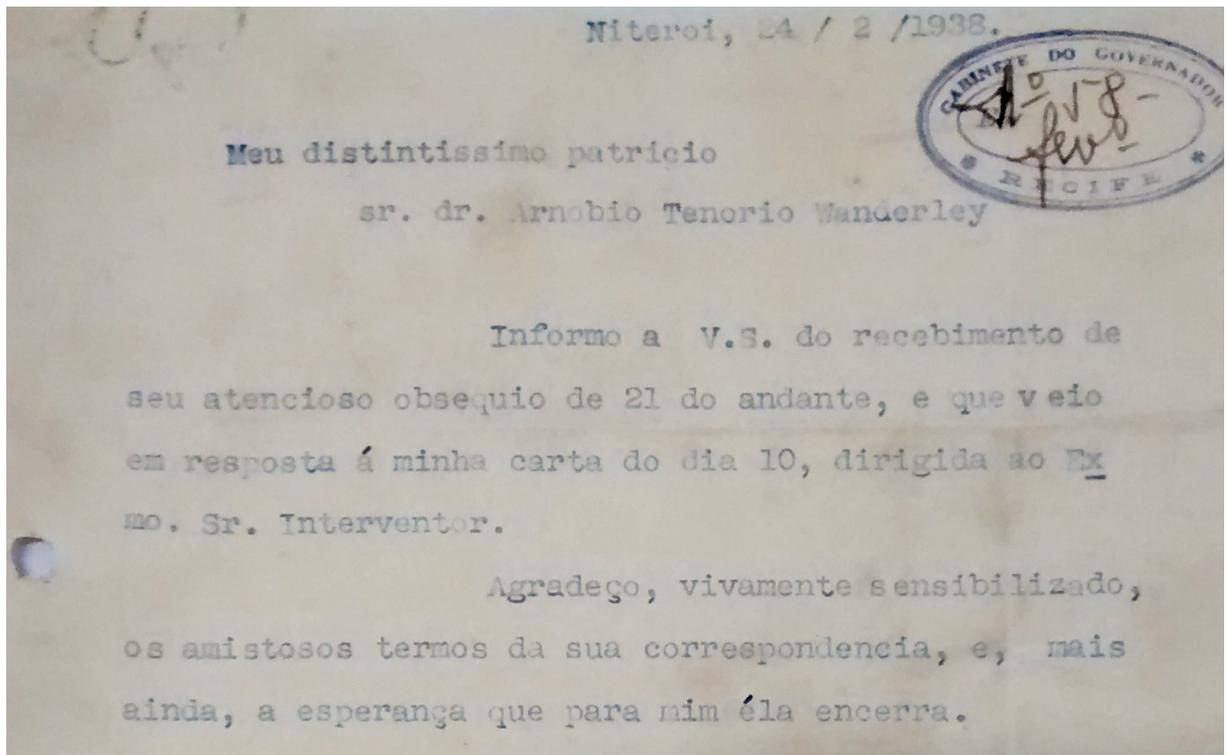


Figura 5: Carta enviada por Carlos Brasil de Araújo, em 24 de fevereiro de 1938, da cidade de Niterói, agradecendo resposta de correspondência.

Bom Jardim, 16 de julho de 1938.

Exmo. sua. sr. Anselmo Tenório  
D. D. Secretário da Intendência

Saudações

Em resposta às informações prestadas pelo Prefeito deste município sobre meu pedido de pagamento de vencimentos em

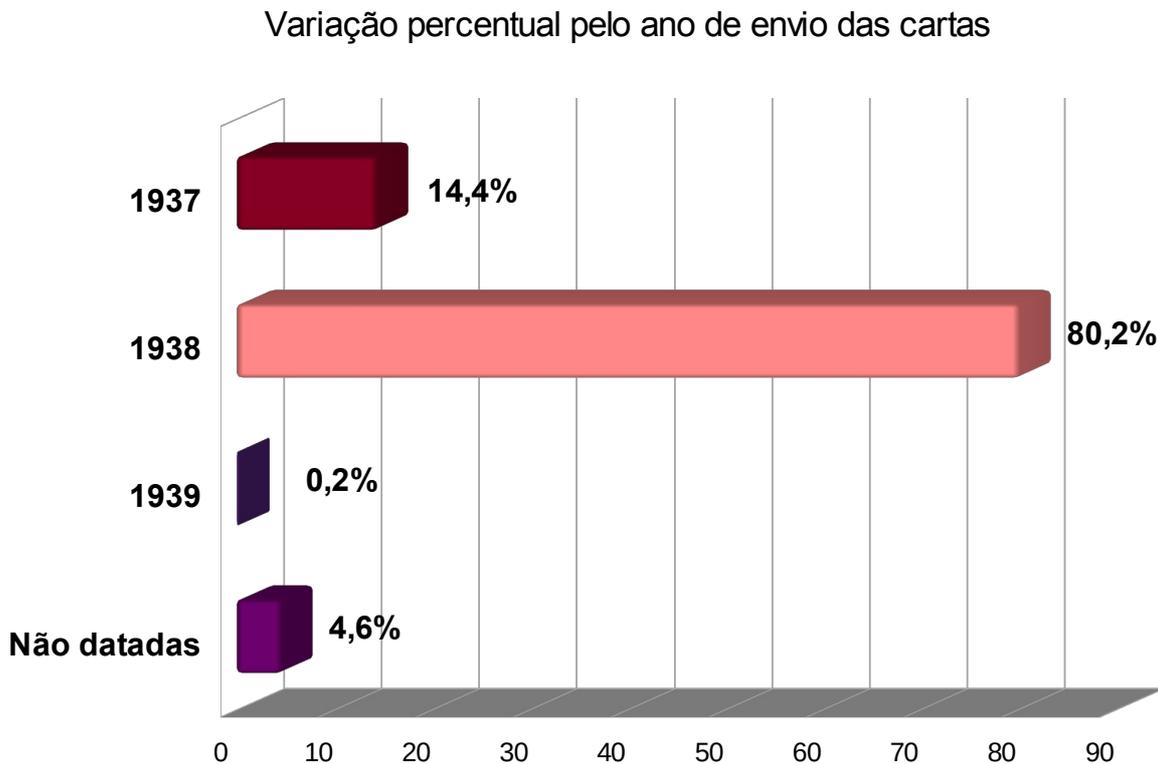
Figura 6: Carta enviada pelo funcionário público João Ferreira Navães, em 16 de julho de 1938, da cidade de Bom Jardim, como resposta aos esclarecimentos prestados pelo Prefeito da cidade sobre o pedido feito pelo trabalhador para o pagamento de seus salários atrasados.

Dessa forma, o espaço da carta foi um lugar de apropriação do missivista para, precisamente, resolver seus problemas, importando mais atingir suas finalidades do que estabelecer um elo puramente fraterno com do destinatário, independente de quem fosse. A figura do receptor nos parece decisiva na precisão da escolha das palavras, dos termos de tratamento, das cordialidades de quem escrevia e em que medida seu lugar de poder influenciava na definição das situações narradas. Não se tratava de ingenuidade ou de uma cooptação via

propaganda, mas a sabedoria popular na escolha do destinatário e das ferramentas certas para tentar sua conquista.

Um dos dados construído a partir da catalogação das cartas foi a respeito do ano de envio das missivas, vejamos:

**Gráfico 3:**



Através dos números, notamos que a maioria das correspondências referem-se ao início do Estado Novo. Juntando esse fator às demandas comuns entre os remetentes, vemos como uma das singularidades das cartas pernambucanas o aproveitamento, por parte dos missivistas, do momento de transição do governo, para encaminharem suas demandas, alegando taticamente terem sofrido na má administração anterior e estarem ansiosos pela reorganização trazida pelo novo governante.

Supomos que estas escolhas do período e das táticas tenham sido feitas por parte dos missivistas, primeiramente, por pressuporem o desconhecimento do novo interventor acerca de seus casos pessoais, escolhendo “a dedo” o que lhes era

conveniente narrar a respeito deles. Em segundo lugar, para aproveitarem o momento das primeiras mudanças do governo, da reconfiguração do quadro de funcionários, os ajustes nacionais e a adequação regional ao novo regime. Era a hora de pedir!

Estes procedimentos dos missivistas não anulam o fato de que, posteriormente ao período de transição, possam ter existido outras demandas – como as condições geradas pelo período da guerra (apresentadas em outros trabalhos), das conquistas trabalhistas pela CLT, dentre outros acontecimentos do período estadonovista até o seu fim em 1945. Contudo, nossa análise restringe-se ao conjunto documental encontrado e, por esse motivo, esclarecemos que nossas interpretações não podem ser generalizadas para todo o período varguista, mas apenas aos anos iniciais do regime.

Os pedidos de restituição de cargos retirados “injustamente” por Carlos de Lima Cavalcanti, governador do estado entre 1930 e 1937, compõem uma boa quantidade de cartas, e essa motivação também configura uma das principais táticas dos missivistas: incentivar a oposição entre o atual e o antigo governador. O próprio governador se colocava ao presidente, por meio de seus relatórios, como a figura política encarregada de reorganizar a política local<sup>34</sup> e esse argumento não passou despercebido pela população de Pernambuco.

Vejamos a carta de Antonio Pedro da Silva, identificando-se como “um simples pernambucano”, enviada em 17 de dezembro de 1937<sup>35</sup>. Pouco depois de um mês da instalação do novo regime, o missivista não perdeu tempo em informar o interventor sobre os atos cometidos contra trabalhadores da magistratura do estado pelo antigo governador, assim nos fala:

Sei que V. Excia. está ocupadíssimo em reorganizar o desmantelo feito pelo Dr. Carlos de Lima nas administrações públicas de nosso querido Pernambuco, precisando de informações verdadeiras dadas pelo povo afim de fazer justiça aos que foram oprimidos

---

<sup>34</sup> RAMOS, Aline Cristina Pereira de Araújo. **O homem “novo” para um novo Pernambuco: as práticas educacionais na construção do Estado Novo em Pernambuco (1937-1945)**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

<sup>35</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

estupidamente em seus direitos pelo maior carrasco dos Pernambucanos: o ex-Governador. Dr. Carlos de Lima<sup>36</sup>.

O remetente passa a informação sobre as esperanças dos funcionários expulsos na nova gestão de Agamenon para voltarem aos seus antigos cargos, depois da arbitrariedade cometida pelo antigo governador ao demiti-los sem nenhum processo, desenvolvendo sua narrativa em tom de alerta:

Os prejudicados que não tem proteção confiando apenas na retidão de Justiça que preside os atos de V. Excia, esperam ser aproveitados em seus cargos dos quais foram expulsos pelo Dr. Carlos de Lima sem processo algum. Para expurgo dos que invadem todos os dias os corredores do Palácio dizendo-se amigos de V. Excia. adesistas que ontem atacavam, V. Excia., e perseguiram os altivos que não se sujeitaram absolutamente às imposições do Dr. Carlos de Lima é que é preciso ter cuidado<sup>37</sup>.

A partir desse ponto o missivista apresenta seu interesse: quando acusa o promotor “Dr. Miguel Braz de Lucena”, transferido da cidade de Salgueiro para Vila Bela (coincidentemente a cidade natal de Agamenon Magalhães), de ser um desses falsos amigos, taxados por ele de “adesistas de última hora”. Antonio, atento aos argumentos que deveria usar, passa a apostar na ideia de “reorganização” trazida pela nova gestão, redirecionando esse princípio para os casos dos magistrados:

Agora que V. Excia. procura reorganizar a Magistratura Pernambucana a mais atacada ferina e estupidamente pelo referido Dr. Carlos de Lima, deixando estes diversos Juizes na miséria carregados de enorme família, quando V. Excia. pelo contrário, procura amparar os velhos serventuários da Justiça fazendo voltar aos seus cargos os que foram excluídos sem processo o que aliás nenhum foi demitido ou dispensado com essa formalidade<sup>38</sup>.

Ao contrário disso, acreditava o missivista, o representante do Estado Novo restituiria os trabalhadores aos seus cargos retirados sem “formalidades”– leia-se,

---

<sup>36</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>37</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>38</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

sem legalidade. Ao acusar o mencionado Miguel Braz Lucena de ser um pretense Juiz de Direito, em desacordo com as exigências legais, prejudicando “os que tem esse quesito”<sup>39</sup>, o autor da carta explicita sua intenção, principalmente, ao denunciar ao interventor os motivos da transferência de Miguel Lucena para a cidade nativa de Agamenon: “para perseguir exclusivamente os amigos e parentes correligionários de V. Excia”<sup>40</sup>.

Não foram apresentadas as provas deste motivo alegado, mas, ao escolher esse argumento, Antonio transmitiu sua queixa – aparentemente motivada por questões pessoais – ao governador, lembrando das suas atribuições em reorganizar a administração pública, e nos cuidados de proteção aos seus aliados em Vila Bela.

Encerrando a carta, Antonio ainda teve a cautela de frisar ao interventor a possibilidade dele não saber daqueles “fatos devido a intervenção dos protetores de tais serventuários”<sup>41</sup>.

Posicionou-se como “simples pernambucano” e se ofereceu para prestar mais informações “necessárias e urgentes” sobre o quadro da administração pública do estado. Curiosamente, o missivista não apresentou o nome de nenhum juiz ou promotor demitido ou afastado pelo antigo governo, somente sua reclamação daqueles que seguiam “acobertados com a vitaliciedade que envergonham e afundam cada vez mais na lama o prestígio de nossa Magistratura”<sup>42</sup>, empecilhos aos merecedores e “verdadeiros Juízes”.

Antonio não apresentou nenhum caso de trabalhadores “injustiçados”, e nem outro de juízes ou promotores “acobertados”. Fez de um único caso seu plano de generalização das ações do serviço público. Não podemos negar a existência de tais afastamentos e demissões por adesões políticas e ideológicas realizadas pelo governo varguista, mas cabe a observação sobre a apropriação feita por quem se

---

<sup>39</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>40</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>41</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>42</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

dirigiu aos governantes utilizando estes fatos como argumentos em favor da resolução de suas rivalidades pessoais.

Outro caso que se apoiou na potencial “rivalidade” entre os governantes foi narrado pelo Coronel Anísio Coelho Rodrigues, da cidade de Ouricuri, em 15 de dezembro de 1937<sup>43</sup>, assim como a carta anterior, logo após a instalação do regime. O Coronel fez questão de expressar sua imensa satisfação com a chegada de Agamenon ao governo do estado e lhe disse que estava se apressando “em escrever-lhe levando o [seu] meu abraço de felicitações pela vossa merecida nomeação”<sup>44</sup>, e tecendo elogios ao ato do Presidente ao nomeá-lo “para maior alegria e honra de todos os Pernambucanos dignos”<sup>45</sup>.

Apressado em demonstrar seu acolhimento ao novo interventor, caracterizado como “homem inteligente, trabalhador e sincero”<sup>46</sup>, o Coronel afirmou ainda que, na sua opinião, o novo interventor era mais do que merecedor do posto, pois “nenhum outro pernambucano tinha tamanha aptidão para o desempenho de tão elevado cargo”<sup>47</sup>.

Em sua carta o Coronel expôs ter sido vítima de uma perseguição por parte do “‘famigerado’ Lima Cavalcanti”, ao ser demitido da função de Coletor Estadual de Ouricuri, por fazer-lhe oposição política. Por fim, pede a reintegração do seu cargo e informa aguardo da resposta do interventor.

Dois casos distintos e a mesma tática: apelar à oposição entre Cavalcanti e Magalhães como argumento. Não nos pareceu ser meramente um esclarecimento ao interventor dos mal feitos de Carlos de Lima Cavalcanti ou um escrachamento de sua má administração e, sim, a busca de uma solução para seus casos pessoais.

Os relatos sobre as condições de vida e de trabalho, os baixos salários, o desespero do desemprego são assuntos recorrentes nas correspondências. Os

<sup>43</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>44</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>45</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>46</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>47</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

pedidos de emprego são muitos, de todas as formas. Mas, de todos, um que se destaca é o feito pelo operário desempregado Egydio José de Moura, enviado para Agamenon, do Recife, em 8 de janeiro de 1939<sup>48</sup>. De próprio punho, com uma escrita curta, o operário descreve a situação de fome que vive com 4 filhos, estando um doente, e solicita o emprego. O tom de desespero da carta, os argumentos escolhidos e o próprio pedido nada tem de muito diferente dos feitos pelos outros missivistas, exceto pela ortografia do trabalhador, massivamente carregada por erros, transparecendo a pouca escolaridade de seu remetente. Vejamos ela transcrita sem correções e sua fotocópia:

Ilmo<sup>o</sup> Exmo<sup>o</sup> Snr Governador

Ufim desta eu venho pede a Vosa Exm<sup>a</sup> que pelo amor di sua familia mi arrumi um trabalho que eu isto parado i tenho 4 filho e esta um doente i não seio mais o que faça não venho pedir emprego pesso que Vossa mi arrumi aumeno ai nu Calvão para ver si meus filhos não imfraquessi que eu ouji não tenho geitu di um tostão para da uma janta aellis i isto a que nu pe da escada.  
Esperando a boa vontade di Vossa  
As ordem.

Operário Egydio José de Moura

Av. Sul Rua dagua n<sup>o</sup> 11  
Recifi 8-1-1939<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>49</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Illm<sup>o</sup> Exm<sup>o</sup> Sr<sup>o</sup>  
 Governador.

Responde  
 Manoel  
 que se

Recife, 8 de Janeiro de 1938.

Recebido  
 855.1.11

Sr.

Venho pedir a Vossa Exa.  
 que pelo amor de sua fa-  
 milha, me assumi um tra-  
 balho. Que eu este porado, i-  
 tento, e filha, e esta com doente  
 e não sei mais o que fazer.  
 não venho pedir emprego. peço.  
 que Vossa, me assumi aumero.  
 ai no Calvãõ para ver se meus  
 filhos, não emprouzessi. Que eu  
 ouji não tenho quite ai um tostão  
 para da minha fonte aellis, e  
 isto, a que eu pe da es Cado.  
 esperando a boa vontade de Vossa Exa.  
 Operario Egídio José de Moura  
 V. Sul. Rua daquea, nº 11. Recife 8-1-1938.

Figura 7: Carta enviada pelo operário Egídio José de Moura, em 8 de janeiro de 1938, da cidade do Recife, pedindo emprego.

Se comparado a outros remetentes, os quais buscavam escrever com erudição, destacando suas formações intelectuais e até suas leituras, a carta de Egydio torna-se um exemplo de como a prática da escrita ao governante foi algo que

atravessou as classes sociais. Apesar dessa epístola ser um exemplo único em nosso fundo, preferimos atribuir esse fator à lógica de muitos missivistas pouco alfabetizados pagarem ou pedirem para outros redigirem em seus lugares, e não à sua inexistência em relação ao uso da prática de escrever ao governante.

O operário Egydio (como ele fez questão se nomear para demonstrar ser digno e trabalhador, apesar de estar desempregado), talvez por falta de dinheiro, foi somente um dos poucos a enfrentar, corajosamente, o desafio de escrever sozinho, mesmo com notáveis dificuldades. No fim das contas, os missivistas mais familiarizados com a leitura e a escrita, conhecedores das burocracias e rapapés públicos, elaborando discursos repletos de elogios, com formalidades e pompas para dirigirem-se aos governantes tinham (vários deles) os mesmos objetivos do trabalhador pobre, que mal sabia unir uma frase com conectivos, fazer o uso de pontuações e, menos ainda, usar de muitas formalidades para exercer a comunicação com o interventor.

Portanto, não podemos deixar de enfatizar essa prática de comunicar-se com o governante como algo presente também nos setores mais pobres e pouco escolarizados da população. Nos parece que o trabalhador não pediu dinheiro, pediu um trabalho, qualquer trabalho, mesmo que fosse no Carvão em uma das dezenas de carvoarias ativas ao redor da cidade.

Além disso, ao nos depararmos com a anotação na carta: “responda mandando que se apresente ao Sec. da [ilegível]”, podemos notar o fato de que remetentes sem parentes e “padrinhos” importantes poderiam obter alguma resposta do governo.

Já foi discutido pela historiografia que a promulgação das leis que tiveram como objetivo proteger os trabalhadores não foram um presente do tão aclamado do “pai dos pobres”, mas sim, uma conquista resultante de inúmeras lutas travadas nas décadas anteriores à 1930. Getúlio Vargas as sistematizou e aproveitou a ocasião e os objetivos de seu governo para fazer das leis um veículo de aproximação com o povo em troca de seu apoio político. A utilização das regras desse arcabouço ideológico trabalhista foi uma das finalidades dos remetentes que escreveram aos governantes estadonovistas.

Para reclamar da incoerência de uma determinação jurídica, em 14 de dezembro de 1937, o ex-vendedor pracista Eugenio Pereira de Azevedo<sup>50</sup> assim escreveu:

Brasileiro, casado, vendedor pracista, residente nesta cidade, à rua da Amizade, nº 38.501, série 10º, sócio do Sindicato dos Auxiliares do Comércio do Recife desde 2 de janeiro de 1935, como consta da carteira social nº 1.798, ex-empregado da firma Santos Dias & Cia, representada pelo sócio José Santos Dias, que foi estabelecida com fábrica de tintas no Beco do Caçote, no lugar denominado “Areias”, sem número, freguesia de Afogados, reclamou em 3 de setembro de 1935 à 8ª Inspeção Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, contra a referida firma, pelo fato de haver sido despedido sem justa causa. Tendo sido admitido em 1º de Março de 1931 e dispensado em 26 de Agosto de 1935, contava quatro anos e cinco meses de efetivo serviço no mesmo estabelecimento, tendo assim direito a ser indenizado com quatro meses, como estabelece a Lei nº 62, de 5 de Junho de 1935, que assegura ao empregado o direito de indenização, quando dispensado sem justa causa<sup>51</sup>.

Objetivamente, sem fazer alusões a parentescos ou à filiação ao estadonovismo, Eugenio descreveu seu caso (julgado quando Agamenon ainda era Ministro) em forma de cobrança. Apresentou-se como trabalhador sindicalizado (algo importante para seu reconhecimento enquanto cidadão possuidor de direitos no período), e narrou sua querela contra a empresa “Santos Dias & Cia”, contando a formalização de sua reclamação.

Após se dirigir ao órgão competente, foi requerido o pagamento de quatro meses de indenização para o ex-funcionário, seguindo uma determinação contida da legislação que assegurava tal pagamento devido às condições de sua demissão. Seu caso foi julgado como procedente pela Junta de Conciliação e Julgamento da mesma Inspeção. Contudo, apesar da legislação em vigor, foi determinado o pagamento de somente um mês de salário, “ficando assim o reclamante prejudicado em 1:950\$000 (um conto novecentos e cinquenta mil réis)”<sup>52</sup>. Ao considerar a decisão da Junta “manifestadamente errônea”, Eugenio contou seu caso a

<sup>50</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>51</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>52</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Agamenon, “no sentido de ser reparado o prejuízo, como é de inteira Justiça”<sup>53</sup>. Ora, apesar de ser inegável a utilização de expressões de reverenciamento e apoio declarado aos governantes por parte dos missivistas, ao fazerem isso, não significa que fossem politicamente “cegos” ou ignorantes de seus direitos. No entanto, esse caso exemplifica uma escrita na qual não houve a utilização de nenhum argumento de súplica, sobre dificuldades financeiras ou para o sustento familiar, e nem sobre a complacência do interventor. Não! Embasado na lei, o trabalhador demitido cobrou do governador o cumprimento de seu dever enquanto estadista e argumentou o quanto suas reclamações estavam protegidas, dessa vez, não por relações de apadrinhamento, e, sim, pela legislação que lhe garantia direitos. Desaba sob as nossas vistas as perspectivas segundo as quais os trabalhadores foram vistos como alienados, passivos e manipulados. Se não todos, muitos sabiam os caminhos e os argumentos com base nos quais procuraram se proteger.

A recorrente busca por “direitos” e por “justiça” presentes em diversas cartas dos pernambucanos é um indicativo de que, para eles, essas prerrogativas existiam e não estavam sendo devidamente cumpridas. O objetivo não era mais pela elaboração de leis que lhes protegessem. A briga, naquele contexto, era pelo cumprimento e fiscalização das conquistas e direitos legais. A carta demonstra ter havido várias arenas na luta pela afirmação dos direitos dos trabalhadores, mesmo após a promulgação das leis trabalhistas. A posse de um emprego era um primeiro passo, mas não a garantia uma vida digna para si e muito menos um passaporte para o acesso aos direitos legais. O cumprimento da legislação também dependeu das reivindicações dos trabalhadores, pois – como vimos, inclusive, em outras pesquisas com cartas desse período – eram constantes os casos de infração das leis por empregadores dos setores público e privado.

Quem escrevia aos governantes não o fazia somente por sedução carismática, empatia ou bajulação, já falamos isso de diferentes maneiras ao longo deste relatório de pesquisa. Precisamos nos desprender do pensamento que invoca uma espécie de adoração desinteressada ao governante como principal explicação para as relações traçadas entre o interventor e o povo, pensando esses sujeitos

---

<sup>53</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

como docilizados a ponto de não se colocarem enquanto seres pensantes e, sobretudo, participantes das práticas culturais e políticas que envolveram os mundos do trabalho e da educação pernambucana. Um dos indicativos é a quase inexistência de cartas laudatórias congratulando ou parabenizando os feitos de Agamenon Magalhães, por parte dos pernambucanos e nenhuma das poucas existentes foi escrita por professores ou funcionários do setor educacional. A grande maioria, de fato, traz votos de cumprimentos situados, geralmente, no início e ao fim das narrativas, mas no miolo do documento esbarramos em pedidos, reclamações, denúncias cobranças e sugestões ao interventor, os quais, sem sombra de dúvida, são o assunto e o objetivo principal de envio das missivas.

Como lembra Hackenhaar<sup>54</sup>, não temos conhecimento se o incentivo da comunicação entre interventores e a população fora algo feito por todos os governadores do país. Também não posso afirmar nada a respeito das políticas de preservação deste tipo de documentos nas instituições de guarda. No entanto, podemos afirmar que, ao menos nos estados de Santa Catarina e Pernambuco, a prática do envio de cartas foi um dos principais meios de comunicação entre governados e a Interventoria num período caracterizado pelo arrocho e controle das formas de representação da sociedade civil.

No caso da Interventoria pernambucana e, precisamente, da comunicação entre os trabalhadores e Agamenon Magalhães, pela leitura das cartas, identificamos que essa comunicação já existia desde sua gestão como Ministro do Trabalho, entre 1934 e 1937. Vemos que muitas cartas fazem menção às lembranças e promessas feitas aos trabalhadores ainda relativas aos tempos do Ministério de Agamenon. Quando da sua chegada à Interventoria os trabalhadores encontraram um momento oportuno para se colocarem e cobrarem o cumprimento dos assuntos prometidos outrora.

As vivências expressas nas cartas apresentam as contradições e as lutas da população diante das políticas e práticas do Estado. Escrever ao governante, no mínimo, podia representar a chance de obter uma melhoria de vida, de salário, de condições de trabalho, assim como um novo meio para opinar, sugerir e expor suas

---

<sup>54</sup> HACKENHAAR, *op. cit.*

reivindicações e brigar pelo que eles julgavam como justo. Tudo isso feito com a astúcia e a trampolinagem que só quem estava daquele lado conseguia fazer<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> DE CERTAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

### CAPÍTULO III

#### POR CARTAS, A EDUCAÇÃO CHEGA ÀS VISTAS DO INTERVENTOR

Dentre 55 missivas (12,2% do total) nas quais a educação foi assunto principal, 69,1% foram escritas por homens, 16,3% por mulheres, 1,8% mista e 12,7% não pudemos identificar. Estas cartas foram remetidas por: professores (empregados e desempregados), pais de alunos, bedéis, amanuense, estudantes e funcionários da administração educacional. Das 55, trabalhamos com 20 nessa dissertação, enviadas por pessoas vinculadas às práticas educativas formais.

É importante lembrar que o envio de cartas foi algo estimulado pelo poder público para causar a sensação de aproximação entre governantes e governados e para justificar a anulação da representação política liberal, fosse ela por partidos políticos ou as Assembleias Constituintes<sup>56</sup>. A finalidade da propaganda Varguista era incutir na população o pensamento de que ela não mais precisaria de quem a representasse, poderiam ir direto ao interventor ou ao presidente com suas problemáticas. Crescia a ideia de que não haviam “intermediários entre o governo e o povo”<sup>57</sup>.

O trabalho com estas fontes nos ajuda a contrapor à ideia da existência de uma centralização política e um autoritarismo extremo, que impediram as manifestações sociais. Destacamos que o nosso trabalho é pioneiro na análise do período estadonovista em Pernambuco a partir dessas fontes e, principalmente, debruçando-se especificamente nas experiências vivenciadas pelos educadores e funcionários da educação.

---

<sup>56</sup> HACKENHAAR, *op. cit.*

<sup>57</sup> REIS, *op. cit.*

### 3.1 Ensino Secundário

Nossa primeira categoria trata das cartas remetidas por funcionários e ex-funcionários de um dos estabelecimentos de ensino mais importantes do estado e do norte/nordeste, tido, à época, como uma das instituições de grande influência no meio educacional: o Ginásio Pernambucano. Como importante complemento, trouxemos ainda cartas de representantes de um outro Ginásio em formação, o de Vitória, as quais nos colocaram algumas considerações sobre uma possível descentralização do ensino secundário em Pernambuco. Vamos por partes...

Para termos noção sobre a importância do Ginásio Pernambucano para a cidade do Recife, devemos ampliar nossos olhares para a perspectiva e o significado dos centros de ensino secundário, constituídos desde o século XIX no país, tendo como uma de suas principais instituições o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. De inspiração europeia, as escolas possuíam um tipo característico de ensino, inspirado nas “belas letras” ou nas “humanidades” e serviam de intermédio para o alcance ao ensino superior.

A estruturação do secundário só ocorreu, no Brasil, a partir de 1930 com a Reforma Francisco Campos, a partir de sua seriação e a previsão na constituição de um corpo de inspeção para regularizar todas as escolas do país. Todos os centros de ensino do país poderiam funcionar desde que atendessem às exigências do Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>58</sup>.

A diferenciação entre esse ensino e os demais foi consolidada a partir das Leis Orgânicas instauradas em 1942 pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema. O caráter elitista pode ser visto desde sua definição, devendo ser destinado à formação das “individualidades condutoras”, aos sujeitos responsáveis por ocupar altos cargos na sociedade, estes com a responsabilidade de incutir nas massas os hábitos e costumes necessários ao funcionamento da nação. Estava em jogo a formação da classe dirigente do país, uma das preocupações mais evidentes de Capanema ao se empenhar na construção do pensamento da juventude. Para ele, “a função social do ensino secundário era inserir parte da adolescência num

---

<sup>58</sup> BARROSO, Geraldo. **Memórias escolares do Recife: o Ginásio Pernambucano nos anos 1950**. Editora Livro Rápido: Olinda, 2008.

corpo social sobre o qual ela teria ascendência social e política; não era um ensino para a massa da população, mas um espaço para 'privilegiados de inteligência'<sup>59</sup>.

Uma educação selecionada, destinada a uma minoria e opositora ao trabalho manual. Segundo Barroso<sup>60</sup>, essas são características herdadas de um pensamento aristocrático, no qual a ocupação do trabalho era destinada aos serviços, devendo o secundário ser um privilégio de quem não trabalhava. Esse pensamento foi defendido pelo Ministro da Educação, por um caráter desinteressado em relação à utilidade profissional, pois os beneficiados não necessitariam dele como meio de trabalho. O reflexo disso foi a constituição das disciplinas como atividades puramente acadêmicas, chamadas de propedêuticas, sem nenhuma ligação à formação profissional específica. Diferentemente dessa educação seletiva, ao ensino profissional deveriam se destinar aqueles com a necessidade de trabalhar mais cedo, os contingentes de classes menos favorecidas. Dos trabalhadores em geral.

O Ginásio Pernambucano tem sua origem em 14 de maio de 1855 a partir de uma das reformas do ensino ocorridas no período imperial, sendo uma instituição derivada do Liceu Provincial, este criado em 1825. Em 1866, a instituição mudou-se para um prédio próprio, situado no centro do Recife, às margens do Rio Capibaribe, endereço onde funciona até hoje. Inicialmente, o regime disciplinar adotado pelo G.P. inspirou-se no modelo do Colégio Pedro II, baseado nos liceus franceses. O principal objetivo dos estudantes era cursar as disciplinas para ingresso no ensino superior. Essa característica fez do estabelecimento instituição certificadora e uma das referências no estado na preparação dos futuros universitários<sup>61</sup>.

Segundo Barroso, a notoriedade do G.P. se construiu durante o século XIX, sendo equiparado, à nível local, ao Colégio Pedro II, e uma de suas funções foi a padronização do ensino e o reconhecimento enquanto escola modelo. Esse quesito esteve refletido também em suas instalações físicas e os materiais didáticos, colocando-o em confluência com a modernidade emergente no início do século XX, destacando a escola diante das demais no estado, com a presença de

---

<sup>59</sup> BARROSO, *op. cit.*, p. 26

<sup>60</sup> BARROSO, *op. cit.*

<sup>61</sup> BARROSO, *op. cit.*

salas/laboratórios, museu, biblioteca, aulas práticas de ciências, uma capela e um salão nobre.

Durante o Estado Novo,

Quando o Ministro Capanema define a escola secundária como um espaço apropriado à formação de “individualidades condutoras”, o G.P. já cumpria essa função. Instituição secular, estabelecimento padrão, o G.P. se inscrevia na tradição que referenciava, desde o Império, os ginásios provinciais (depois estaduais) como espaços de excelência acadêmica<sup>62</sup>.

A propósito desta instituição encontramos a breve carta enviada pelo ex-Bedel<sup>63</sup> do Ginásio Pernambucano e Servente da Assembleia, Antônio Pereira de Lima<sup>64</sup>, funcionário aposentado nos termos do Artigo 156 da Constituição de 1937, o qual solicitou um melhoramento de salário. Tal aumento, de acordo com Antônio, já teria sido prometido pelo interventor.

O Ex-bedel do Ginásio Pernambucano, e Servente da Assembleia, aposentado no Art. 156, venho pedir a V. Excia. que se digne mandar a creditar, o meu melhoramento, do que a mim prometeu, de melhorar o que me julgo já garantido; falta a palavra de meu Governo; porque não pode haver palavra de mais confiança!<sup>65</sup>

O bedel aposentado recebia uma diária de 1\$600 (mil e seiscentos réis), ou seja, 48\$000 (quarenta e oito mil réis) mensais, os quais, segundo conta, não davam para sustentar sua família, fazendo-os passar por necessidades.

Ao que parece, o valor do salário era uma queixa comum aos bedéis da instituição de ensino. Em 22 de dezembro de 1937, outro bedel do GP., João

<sup>62</sup> BARROSO, *op. cit.*, p. 124.

<sup>63</sup> Sobre essa profissão, no dicionário eletrônico Priberam encontramos a seguinte definição: 1. Empregado de secretaria que, na universidade e em outros estabelecimentos de instrução, aponta as faltas dos estudantes e dos professores, entre outras tarefas administrativas. 2. Funcionário de uma escola responsável pela disciplina= CENSOR. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/Bedel>> Acessado em: 27 de set. de 2016.

<sup>64</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>65</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Ferreira Monte Silva<sup>66</sup>, enviou carta ao interventor solicitando uma melhoria em seus vencimentos. Adjetivando-se como “velho fiel servidor do Estado” havia 26 anos, o trabalhador iniciou a carta relatando seu “oferecimento espontâneo e gratuito” à função de preservação do museu da escola, o qual encontrava-se “com todas as coleções em péssimo estado de conservação”<sup>67</sup>.

Seu trabalho na preservação do museu iniciara em 1920, mas em 1922, segundo informou, por interferência do próprio Agamenon, seu salário foi definido em 300\$ (trezentos mil réis) mensais, ficando desta data até 1937 sem aumento. Mesmo com o salário congelado, o bedel destacou o aumento de seu trabalho devido a instalação de novos gabinetes. João, segundo sua narrativa, dedicou-se ao seu serviço ao renovar, organizar e preparar as coleções deterioradas pelo tempo, tudo feito com o testemunho de quem, junto a ele, compunha a instituição: os professores e alunos.

Neste lugar fui conservado, até agora, sem mais aumento. Entretanto os serviços a meu cargo tem se desdobrado, com a instalação de Gabinetes de Física, Química e Cosmografia, todos em salas distintas, exigindo do seu Zelador grande esforço e solicitude; além disto renovo as coleções de História Natural estragadas pela ação do tempo, preparo as novas espécies enriquecendo portanto o patrimônio do Estado, enquanto indiretamente auxilio o ensino das Ciências Naturais, fazendo práticas de taxidermia, no referido Museu, na presença de elevado número de Professores e alunos<sup>68</sup>.

Dessa forma, o missivista tentou mostrar sua importância ao interventor dentro de um estabelecimento de ensino importante para o governo, ressaltando o quanto o resultado de seu trabalho estava “enriquecendo [...] o patrimônio do Estado”<sup>69</sup>. Mesmo explicando seu esforço e “especialização técnica, que [tinha] tenho posto a serviço do Estado”<sup>70</sup>, o valor do seu salário tinha sofrido um

<sup>66</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>67</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>68</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>69</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>70</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

congelamento desde 1922, apresentando esse fato de forma sutil, segundo ele, ocorrido “espontaneamente”, como se não houvesse a quem culpar pela falta de aumento. João suavizou seus termos por estar na condição de quem pedia, por isso, deveria escolher bem as palavras e os caminhos de seus argumentos.

Numa espontaneidade instintiva, os meus vencimentos estacionaram e continuo a perceber os mesmos vencimentos que me foram pagos em 1922, quando fui nomeado para o dito lugar, com menores obrigações do que hoje são exigidas, entretanto o meu companheiro de Gabinete o Snr. José Braga, que percebia os mesmos vencimentos igual do Conservador, hoje percebe 700\$, os bedéis que percebiam 160\$, hoje percebem 280 \$, acrescido com mais 30\$ do Curso complementar, assim V. Excia vê, uma chocante desigualdade, uma injustiça, que certamente V. Excia., na sua bondade e sempre justiceiro, não consentirá que continue a perdurar<sup>71</sup>.

Nesse momento, o missivista iniciou uma comparação de seus vencimentos com os de outros funcionários, como o do seu companheiro de gabinete, assalariado em 700\$, ou os demais bedéis, recebendo 280\$ e mais 30\$ do curso complementar. João se respaldou nesses argumentos, colocando a situação a cargo da avaliação e o bom senso de Agamenon, trazendo-o ao dever de analisar a sua situação, revestindo sua cobrança no depósito de esperança aos desígnios do governador:

Por isso venho com o máximo respeito e confiante no elevado espírito de justiça de V. Excia, pleitear da bondade excelsa de V. Excia. Uma melhoria de vencimentos para assim melhor satisfazer as prementes necessidades de minha família<sup>72</sup>.

O bedel revestiu seu discurso num tom de humildade, de reverência, próprios de quem reconhecia a importância “soberana” de Agamenon, mas também fez questão de destacar sua fidelidade ao serviço público e a excelência de seu trabalho.

---

<sup>71</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>72</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Além dessa comparação salarial, para apresentar um testemunho oficial e dar credibilidade à sua fala, o trabalhador enviou junto com a carta uma cópia dos atestados emitidos por intelectuais do ramo educacional quando das suas visitas ao G.P., mas, como a tática da “falsa modéstia”, ressaltou ser um simples rememoração, pois o mais importante era o conhecimento do interventor sobre seu empenho diário:

Dizer bem alto do cuidado, esforço e zelo que tenho posto nesse labor cotidiano, os atestados exagerados no livro de visitantes por diversas autoridades do ensino e visitantes, e tomo a liberdade de juntar cópias dos mais importantes, para o devido conhecimento de V. Excia. Simplesmente uma recapitulação porque V. Excia. foi testemunha ocular e principal fator da nomeação desse velho servidor<sup>73</sup>.

Olinto Victor, Netto Campello, Antônio Carneiro Leão, Júlio Pires e Manoel Caetano foram alguns dos intelectuais depoentes apresentados pelo missivista, além de diretores de escola, ex-professores do Ginásio Pernambucano, Secretários e até uma Junta examinadora de História Natural.

Destaco trechos de alguns desses depoimentos, vejamos:

Digno de louvo é o trabalho de remodelação que acaba de ser feita pelo Snr. João Ferreira Monte Silva, no museu do Ginásio Pernambucano. Visitando o estabelecimento, deixo aqui ficar as minhas melhores impressões pelo que vi no referido museu há pouco tempo tão abandonado e incapaz de ser aberto ao público [...].

Recife, 24 de Novembro de 1920.  
Olintho Victor

[...] Colhi magnífica impressão e fiquei satisfeitiíssimo em por observar que ainda se pode confiar em dedicações e esforços de funcionários do escalão do Snr. João Ferreira Monte Silva [...].

Recife, 25 de Fevereiro de 1921.  
Netto Campello

[...] Quem conheceu meses atrás esse gabinete, não pôde deixar de tecer elogios em abundância pelos bons resultados, do esforço distendido em benefício de Pernambuco.

---

<sup>73</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Recife, 7 de Dezembro de 1920.  
Dr. Júlio Pires

O Museu do Ginásio Pernambucano, excede a expectativa mais rigorosa [...] da nossa estadia aqui levamos uma impressão que se não apagará e a certeza de que será constante o progresso do Museu pois sua conservação está a cargo do Snr. Monte Silva que não contente de o zelar com carinho ainda o enriquece com preparação bem cuidado nos quais põe em jogo uma técnica pessoal espontânea<sup>74</sup>.

Recife, 23 de Dezembro de 1926  
Dr. Lins e Silva  
Dr. Romero Marques  
Dr. F. Figueiredo  
(Junta examinadora de História Natural em 1926)

Os depoimentos selecionados pelo remetente, tirados do livro de visitas do G.P., destacam seu comprometimento com o serviço público, com progresso da instituição e ao estado trazido pela sua organização, a sua escolha para o cargo como algo louvável e, principalmente, a transformação ocorrida no museu após sua chegada. Era essa a sua finalidade: mostrar não somente que estava trabalhando muito, mas apresentar o seu trabalho como algo publicamente reconhecido por pessoas notáveis!

Notemos que as declarações datam da década anterior, entre os anos de 1920 e 1926, ou seja, a reivindicação do Bedel era de um serviço prestado há, no mínimo, 17 anos anteriores ao envio da carta. Evidentemente, ele escolheu ignorar esse fato em seus argumentos, enfatizando mais a importância intelectual de quem prestou os testemunhos do que suas datas.

O aumento salarial é o assunto principal das duas últimas narrativas e esse é um dos pontos que nos chama atenção. Comparando os valores, João ganhava 300\$000 (trezentos mil réis) por mês, ao passo que Antonio ganhava seis vezes menos, 48\$000 (quarenta e oito mil réis). Dessa forma, o pertencimento a uma categoria profissional não significava igualdade de salários, algo dito até mesmo pelo bedel João, quando enfatiza os maiores vencimentos recebidos pelos colegas

---

<sup>74</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

de função. No entanto, a diferença dos valores dos salários entre esses dois trabalhadores é exorbitante.

O bedel Antonio se disse aposentado de acordo com o artigo 156 da Constituição de 1937. De acordo com esse artigo da Carta Magna, a aposentadoria era concebida nos seguintes termos:

d) serão aposentados compulsoriamente com a idade de sessenta e oito anos; a lei poderá reduzir o limite de idade para categorias especiais de funcionários, de acordo com a natureza do serviço; e) a invalidez para o exercício do cargo ou posto determinará aposentadoria ou reforma, que será concedida com vencimentos integrais, se contar o funcionário mais de trinta anos de serviço efetivo; o prazo para a concessão da aposentadoria ou reforma com vencimentos integrais, por invalidez, poderá ser excepcionalmente reduzido nos casos que a lei determinar; f) o funcionário invalidado em consequência de acidente ocorrido no serviço será aposentado com vencimentos integrais, seja qual for o seu tempo de exercício<sup>75</sup>.

Uma das hipóteses para justificar um ordenado tão pequeno seria o tempo de serviço do funcionário, o qual poderia ter menos de trinta anos, como refere a lei enquanto necessário para o pagamento integral de seu salário.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1939, o custo de vida de um operário, comerciante ou empregados de categoria modesta, com renda inferior ou igual a 420\$000 (quatrocentos e vinte mil réis), em relação à alimentação era de 27\$1 (vinte e sete mil réis) mensalmente, já com habitação a média era de 5\$0 (cinco mil réis)<sup>76</sup>. Com esse indicativo, temos a noção das dificuldades de Antonio no rendimento de seu salário, pois mais da metade do ordenado custaria somente a alimentação, sobrando pouco para outras necessidades.

---

<sup>75</sup>BRASIL, Constituições Brasileiras: 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)> Acessado em: 01 de abr. de 2016.

<sup>76</sup> BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/saude/955-consumo.html>> Acessado em: 06 de jun. de 2016.

A última carta, e talvez a mais curiosa referente ao Ginásio Pernambucano é a do amanuense<sup>77</sup> Braulio Tavares, enviada no dia 3 de janeiro de 1938<sup>78</sup>. A missiva do funcionário teve um título bastante chamativo: “Defesa e denúncia”<sup>79</sup>. Seu título é a expressão do método que utilizou: para defender seus interesses ele resolveu denunciar a direção da instituição na qual trabalhava. O remetente iniciou a carta apresentando-se como antigo colega de trabalho no jornal *A Ordem* e elencando os motivos de sua demissão do cargo de amanuense no Ginásio Pernambucano, fato do qual se queixava.

Segundo ele, havia feito um “alcance” (retirada) de dinheiro do caixa da instituição, dizendo comprometer-se a pagar o valor desviado, relatando ter informado ao diretor da escola, “Sr. Dr. Aníbal Fernandes”, sobre essa quantia.

Conforme relatório que apresentei ao sr. Dr. Aníbal Fernandes, diretor do Ginásio, acerca do movimento da tesouraria, a meu cargo, historiei o alcance por mim verificado no Caixa, comprometendo-me a repor a importância desviada esta semana, para o que já havia tomado as necessárias providências, não tendo feito logo em virtude do encerramento do ano financeiro, que me impossibilitaram de realizar a operação de crédito<sup>80</sup>.

A justificativa do seu ato, segundo sua narrativa, foi empregar o dinheiro no tratamento de saúde da esposa, “cujo estado gravíssimo arrastou-me esse sacrifício”<sup>81</sup>. A acusação foi do roubo de 3:615\$000 (três contos e seiscentos e quinze mil réis), dos quais ele assume a retirada de 1:650\$000 (um conto e seiscentos e cinquenta mil réis) e nega os 1:9650\$000 (um conto e novecentos e

---

<sup>77</sup> A respeito dessa profissão, encontramos a definição no dicionário eletrônico Michaelis: 1. Aquele que copia textos à mão; copista, escrevente, secretário. 2. Empregado de repartição pública, encarregado geralmente de fazer cópias, registros e alguma correspondência oficial; manga de alpaca. 3. HIST. Entre os romanos, escravo que servia de secretário do amo e era perito em todos os ramos da escrita. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=e0RV>> Acessado em: 27 de set. de 2016.

<sup>78</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>79</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>80</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>81</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

sessenta e cinco mil réis) restantes, afirmando terem sido usados no pagamento dos salários dos professores.

Segundo Braulio, mesmo comunicando ao diretor da escola a quantia retirada, assumindo a responsabilidade pela devolução e pedindo para que seu ato não fosse divulgado – “afim de que eu não ficasse exposto à curiosidade pública”<sup>82</sup> –, o trabalhador foi “surpreendido” no dia anterior ao do envio da carta, com a sua demissão. A espera entre o ato de demissão e o envio da carta foi somente de um dia, demonstrando a exploração do veículo de comunicação com o interventor também não seguidora de uma regra: tanto podiam escrever sobre casos de anos, décadas atrás (visto o caso do bedel João Ferreira do Monte Silva) ou de acontecimentos ainda em curso.

Seu principal argumento foi pedir para Agamenon “influir com a sua autoridade” para ajudá-lo moral e penalmente caso fosse necessário: “não dissipei, não desperdicei. Não jogo, não bebo, não tenho vícios. Sou uma vítima das necessidades inadiáveis e prementes”<sup>83</sup>. Apesar de se dizer “conformado com seu destino”<sup>84</sup> e do roubo cometido, Braulio fez questão de mostrar que ele não errava sozinho no G.P. e despejou na carta as irregularidades sabidas por ele. Como não foi poupado da exposição pelo diretor, decidiu retrucar com a mesma “moeda”.

E prossegue com a delação do diretor: “acresce que todas as compras de material didático, de expediente, limpeza, asseio, etc, são feitos sem autorização do exmo. sr. Governador, o que redundava em grave falta para o diretor, de conformidade com a lei”. De acordo com o exposto pelo missivista, as dívidas do Ginásio eram muitas: a fornecedores de livros, à Escola de Artífices, companhias de luz e telefone, tudo isso descrito para o interventor ver “a situação de instabilidade a que chegou a velha casa de ensino”<sup>85</sup>.

---

<sup>82</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>83</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>84</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>85</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Braulio relatou ter contado vários fatos ao diretor, “por escrito e verbalmente”, mas nenhuma atitude havia sido tomada e a situação indo de mal a pior. Além disso, alegou que sua acusação se devia ao fato de ter sido “atingido pelo ódio do atual diretor, esquecido talvez das suas responsabilidades na exposição que acabo de fazer, entrego a V. Excia”. Enfatizou o caráter reservado da carta, supostamente, pelo receio de perseguições, construindo sua guarda na equiparação de seu caso com as infrações cometidas pelo diretor, tentando demonstrar que “a maior culpabilidade está do outro lado, segundo me parece”. Afinal, o que seria a retirada de 1:650\$000 (um conto e seiscentos e cinquenta mil réis) de um funcionário “vítima das necessidades inadiáveis e prementes”<sup>86</sup>, enquanto o principal representante da gestão de uma das mais importantes escolas de Pernambuco estava cometendo bem mais arbitrariedades?

O amanuense tinha a devida noção de qual atalho seguir para desviar o seu caso e tentar mostrar ao governador uma situação bem mais grave, como se um erro superasse e compensasse o outro. Ao final, ele ainda se predispôs a falar pessoalmente com o governante alegando que ainda tinha “outras revelações a fazer”<sup>87</sup>. Não satisfeito, o trabalhador resolveu adiantar alguns outros erros do diretor. Queixou-se por ter sido designada uma comissão de professoras para avaliar as escrituras da tesouraria, quando estas não existiam; reclamou ainda da ausência de um caixa quando assumiu o cargo, sendo de sua iniciativa a aquisição de um livro-caixa para gerenciar as finanças da escola. Em suma, apontou a inconstância da direção, caracterizando o ambiente administrativo da escola como caótico, pois “tudo lá [corria] corre a trouxe-mouxe”<sup>88</sup>.

Ao expor as relações entre professores e alunos, o missivista tocou num dos pontos mais importantes para o regime em relação ao seu sistema de ensino: a disciplina. Segundo ele, nesse quesito, “tudo deixa[va] a desejar no Ginásio”<sup>89</sup>. O caso contado foi de uma fraude cometida pelos alunos submetidos às provas para

---

<sup>86</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>87</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>88</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>89</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

promoção de séries. Na ocasião, “cada um era portador de fórmulas impressas e rubricadas em duplicata. Pretendiam, assim, substituir a prova escrita que iniciaram, por provas adredemente [de caso pensado, propositalmente] preparadas e que traziam nos bolsos”<sup>90</sup>. Ao notar a trapaça, o professor, “Dr. Luiz Ribeiro”, solicitou aos alunos a entrega das provas ocultadas. Esse ato ocasionou, no dia seguinte, a manifestação dos discentes contra o professor na porta da escola, armados e ameaçando-o até mesmo de assassinato.

Sobre esse caso, diz Braulio, Aníbal Fernandes tomou somente a providência de anular as provas e refazê-las, mas ao custo do convencimento e contenção dos alunos por parte dos funcionários do G.P., além disso, ele alertou o interventor sobre esses fatos serem um problema notório na escola e “muito escandalizaram a todos os que lá trabalham”<sup>91</sup>. A parcialidade do diretor em relação aos alunos, hipoteticamente, foi motivada por uma proteção de classe, gerada por interesses pessoais do próprio diretor Aníbal Fernandes, também funcionário da escola e, evidentemente, sabedor das implicações que poderiam ser revertidas contra ele caso provocassem conflitos com os filhos de pessoas mais abastadas.

O trabalhador encerrou a carta aconselhando o governador à apuração dos fatos “em nome da lei e da moralidade administrativa, e prestará, assim, um ótimo serviço ao Ginásio Pernambucano, onde o nome de V. Excia. tem acatamento de tradições”<sup>92</sup>. Mesmo insistindo na culpa somente do diretor, Braulio enquadrou sua denúncia como algo além da pessoalidade, tratou-se de cuidar da (re)valorização moral da instituição renomada, e do seu zelo pelo bom serviço público.

Comparado os casos citados acima, todos tecem argumentos contra ou a favor da instituição, mas esses não tinham um fim em si, o objetivo sempre estava interligado a uma questão pessoal. Se não houvesse interesses, nos questionaríamos por quais motivos Braulio, sabendo de tantas irregularidades na administração do G.P. e do destrato com seus funcionários e professores, por que

---

<sup>90</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>91</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>92</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

não denunciou antes? Muito provavelmente pelo medo de perder seu emprego ou sofrer qualquer tipo de retaliação. Portanto, o afastamento do cargo possibilitou, sob o intuito de vingança, abrir uma discussão com o interventor a respeito da instituição e um questionamento sobre os desvios administrativos ocorridos. Precisamente, observamos suas acusações voltadas à figura do diretor, o responsável pela sua demissão. Não era somente a denúncia preocupada com a administração pública, mas ela diretamente ligada a obtenção de benefício particular. Era a subversão do discurso estadonovista sobre disciplina, ordem e o exercício de policiamento da engrenagem pública. Colocavam-se enquanto os “olhos” do interventor no cotidiano laboral.

Por existir uma marcação de caneta vermelha na carta (presente em diversas outras correspondências), acredito na leitura da carta pelo governo, mas não sabemos se houve investigações e nem se as denúncias do amanuense tinham algum fundo de verdade. Importa-nos também uma atenção especial e um questionamento da caracterização muito elaborada do Ginásio Pernambucano enquanto escola exemplar, rígida e de excelência. Esses preceitos foram aplicados fielmente ao cotidiano escolar de seus alunos, professores e funcionários? Nesse caso, não atribuo verdade ou mentira ao discurso de Braulio, pois vimos o quanto a manipulação dos fatos trazidos por ele estava carregada de interesses, mas reafirmo a necessidade de relativização desse “modelo” de escola, ensino e gestão extremamente disciplinada. Creio que o discurso de um de seus funcionários soma mais um indício à ser buscado pela historiografia. Deixemos o debate para pesquisas futuras.

Ainda sobre a discussão do ensino secundário ginasial, apresentamos a carta enviada da cidade de Vitória de Santo Antão, localizada a 55 km do Recife, por José de Aragão Bezerra Cavalcanti, diretor do Ginásio de Vitória<sup>93</sup>. Em sua primeira carta, do dia 9 de setembro de 1938, o remetente iniciou seu diálogo com o interventor relatando o pedido solicitado pela instituição da inspeção preliminar, requerida ao Ministério da Educação em dezembro de 1936.

---

<sup>93</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

As escolas secundaristas desse período deveriam seguir as normas exigidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública para o seu funcionamento, concedido após a inspeção preliminar realizada, *in loco*, por representantes do próprio ministério. A fiscalização tinha por objetivo certificar os padrões de funcionamento de todas as escolas proponentes desse tipo de ensino, fossem elas públicas ou privadas, em escala nacional. Tendo o Colégio Pedro II como principal modelo no país, os Ginásios estaduais deveriam fornecer a referência de qualidades estruturais no ensino secundário local. A partir das Leis Orgânicas, todas as escolas secundaristas “só podiam funcionar e expedir certificados se fosse devidamente inspecionada e reconhecida ou oficializada, ou seja, atendessem formalmente às exigências legais que a regulavam”<sup>94</sup>.

O diretor contou que na verificação prévia realizada em junho do mesmo ano, a escola obteve boa pontuação pelo inspetor federal “Dr. Nelson Melo”, contudo, a concessão foi indeferida por Gustavo Capanema, sob a justificativa da necessidade de duas exigências: “a construção de um pavilhão para educação física e o registro dos professores”<sup>95</sup>. Apesar de a escola ter se comprometido com o atendimento das exigências, sua inspeção condicional foi cancelada pelo Ministro da Educação. O missivista informou a respeito da inauguração do pavilhão em setembro de 1936, e os documentos para o registro dos docentes enviados nos meses julho de outubro de 1936 e agosto de 1937, “acompanhados da importância exigida para pagamento das taxas ao Ministério e comissões dos intermediários”<sup>96</sup>. Mesmo com as exigências em andamento, o diretor disse não ter obtido nenhum despacho definitivo sobre a situação da escola, por isso, solicitou outra vez a inspeção por que julgava que estavam “sanadas as irregularidades ou falhas que deram motivo ao indeferimento” anterior <sup>97</sup>. Mais uma vez, o pedido foi negado pela dependência do registro dos professores. O procurador responsável pela inspeção preliminar na

---

<sup>94</sup> BARROSO, *op. cit.*, p. 27.

<sup>95</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>96</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>97</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

escola, garantiu o encaminhamento das solicitações, dependendo somente no despacho do ministro.

Queixando-se, José identificou essas negativas governamentais como “um verdadeiro círculo vicioso”. A consequência dessas idas e vindas, foi o Ginásio permanecer nos anos de 1936, 1937 e 1938 sob inspeção condicional. O diretor narrou ter permanecido em contato constante com o inspetor federal, “Dr. Adolfo Pereira Simões”, também responsável pela inspeção do Liceu Pernambucano e inspetor interino no Ginásio de Vitória. Contudo, ao receber um “ultimatum” ministerial exigindo o registro dos professores “sob pena de imediata cassação da inspeção condicional”, e notar que o encarregado interino “não tinha empregado a diligência necessária”, foi adotada como solução a contratação de novos docentes na categoria de “auxiliares”, os quais estivessem de acordo com as normas exigidas para a inspeção.

Lembremos que o destino da carta era Agamenon Magalhães, e seu objetivo era somente uma intercessão desse junto a Gustavo Capanema em defesa da escola, assim, o diretor tinha consciência da necessidade de mostrar o quanto vinha fazendo pela escola e os benefícios causados pela regulamentação da instituição secundarista. Aproveitando a ocasião de um amigo visitante do Rio de Janeiro, o diretor solicitou ao mesmo que verificasse em qual estado encontrava-se o registro dos professores, recebendo em junho um aviso do ministério com o indeferimento da sua petição e a solicitação do envio do arquivo. Coloram um novo recurso junto “com os bons ofícios do exmo. sr. interventor”<sup>98</sup>, anexando a lista dos professores recém-contratados e o número de seus registros e informações sobre o caso, prestadas pelo inspetor responsável. Nesse instante, ele levantou um argumento a partir da acusação do referido inspetor:

Tendo recebido carta particular do Rio em que se nos comunicava haver o nosso procurador desviado a importância e documentos do registro dos professores, compreendemos havíamos sido vítimas de um logro. Entregamos a outro profissional a nossa representação e iniciamos novo trabalho para registrar os antigos professores, trabalho esse que vai bem adiantado<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Na espera de uma solução para a situação, José narrou ter recebido em agosto um ofício informando a manutenção da recusa por Capanema, e uma ordem do Diretor de Divisão do Ensino Secundário, dentre outras coisas, para a “transferência imediata de todos os alunos para outros educandários”<sup>100</sup>. Relatando todas as dificuldades, o diretor construiu seu pedido na premissa das consequências aos alunos:

Baseamo-nos na impossibilidade em que acham quase todos os nossos alunos, perto de cem ao todo, de se transferirem para outro educandário, pois não havendo em vitória outro colégio oficializado, não dispõe de recursos para se educarem em Recife ou em outra cidade qualquer. Teriam, assim, de perder o ano, tendo já feito duas provas e estando preparados para fazer, agora, a 3<sup>a</sup><sup>101</sup>.

O missivista reafirmou a boa fase do Ginásio desde o início de 1937, inclusive, excedendo às exigências ministeriais, quando a reforma de suas instalações “exigiu um capital de 120 contos e deixou o Ginásio em condições de satisfazer plenamente às condições mínimas da moderna pedagogia”. Por fim, reforçou o intermédio do governador fazendo uma apelação argumentada pela desproteção da população de Vitória: “pena será tenha esse estabelecimento de fechar as suas portas deixando em desamparo a família vitoriense, cujos filhos já vêm, com proveito, frequentando as suas aulas há três anos”<sup>102</sup>.

Ao que parece, o caso relatado por José e os argumentos escolhidos por ele surtiram o efeito, ao menos, de chamar a atenção de Agamenon Magalhães, pois em 12 de setembro de 1938 foi enviada uma correspondência informando em detalhes, por ordem de Agamenon, a “situação do Ginásio de Vitória”<sup>103</sup> e nesta o diretor afirmou:

---

<sup>99</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>100</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>101</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>102</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>103</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Para mim, exmo. sr. Interventor, a continuação do Ginásio não representa vantagem econômica, porque, dadas as condições especiais do meio, a precariedade de recursos da população, nunca o ginásio viverá vida folgada nem fará a independência econômica de seu proprietário.  
Interesso-me, pois pelo amor à causa e à terra que me serviu de berço<sup>104</sup>.

Nessa carta, José informou sobre a transferência oficial do cargo de diretor para suas mãos, algo da vontade do próprio dono e diretor da escola, “Pe. Felix Barreto”. O trabalhador esclareceu a situação do Ginásio mostrando seu empenho durante anos na instituição, assegurando suas promessas de comprometimento com a regularização da escola ao assumir o cargo, e pedindo ao interventor seu apoio na continuação da inspeção condicional para impedir o fechamento do estabelecimento.

Terminou a carta falando de sua esperança na “boa vontade” do governador e apresentando suas estimas de reconhecimento e respeito.

Diante do caso, façamos nossas considerações: José esclareceu a situação da escola demonstrando quais consequências aos alunos o fechamento poderia trazer, mas também deixou claro a implicância disso para seu próprio emprego: caso a escola fechasse, ele não poderia assumir o cargo de diretor e ainda poderia passar uma grande luta para conseguir a regularização do colégio. Aqui, o pedido foi para avançar, para melhorar as suas condições de trabalho e vida, tanto que as decisões e as iniciativas para a resolução do caso (incluindo as cartas) foram feitas por ele e não pelo padre, oficialmente diretor e proprietário da instituição.

Esse caso ainda nos acende outra questão: se a escola não era tão proveitosa assim no sentido financeiro, de onde veio o dinheiro para todas as reformas ditas pelo diretor na primeira carta? Vemos não só uma quantia alta (120 contos de réis), mas a rapidez com a qual houve as adequações do Ginásio às normas ministeriais. A julgar as informações prestadas pelos missivistas como procedentes, notamos uma curiosa contradição: o Ginásio de Vitória tinha todos os requisitos para se regularizar enquanto instituição de ensino secundário, ao passo

---

<sup>104</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

que o Ginásio Pernambucano estava bastante desorganizado para cumprir tal função.

Quem financiou essas reformas, pois nenhum dado foi apresentado pelo missivista, e a escola, segundo conta, não tinha possibilidades lucrativas? Se não vinha da população local, descrita nas cartas como precária em recursos, vinha de quem? Nesse sentido, nem todas as informações podem ter sido ditas na carta. Aos nossos olhos, seria ingênuo pensar que, por tantos anos e tendo feito tantos investimentos na escola, ela não renderia nada em troca, e aqui ampliamos o sentido desse retorno para além da figura do diretor.

A quem servia essa descentralização do ensino secundário, com a regularização de uma instituição longe do centro do Recife? Ter uma escola secundarista na cidade significaria a formação das novas gerações da elite local, uma vez que esses centros de ensino eram as portas de entrada para o ensino superior. Era, provavelmente, uma forma de manter acesa a chama do poder das antigas oligarquias regionais atuantes na Primeira República?

Sendo a educação uma concessão do Estado e não um direito democrático, ser alfabetizado já poderia significar um melhor trabalho e salário, imagine ter secundário completo! Nessa perspectiva, ao ter uma escola de ensino secundário, Vitória de Santo Antão se transformaria em um lugar catalisador de elites futuras e de outras cidades vizinhas. Assim sendo, perguntamos: a marca do poder regional em Pernambuco, fortemente combatida pelo governo, teria sido superada pelo regime “centralizador” de Getúlio Vargas? Não nos parece...

### **3.2 Inspeção Preliminar**

Os pedidos de Inspeção Preliminar também apareceram em outras missivas, como foi o caso do Colégio Cristo Rei, da cidade de Pesqueira, a 219 km da capital, quando um de seus gestores enviou duas cartas ao governo requerendo a inspeção para a instituição.

Na primeira delas, em 19 de janeiro de 1938, Adalberto Bispo da Pesqueira<sup>105</sup> relembrou as conversas que teve com Agamenon no Palácio do Campo das Princesas – sede administrativa do poder executivo em Pernambuco – sobre o colégio em questão, além de lhe prometer “o confortado amparo de seu devotado prestígio”. O missivista solicitou “uma nova palavrinha do distinto amigo”, crendo na influência do interventor, caracterizando sua palavra como um “condão” na anulação dos empecilhos para obtenção da licença. Mesmo pedindo o favor, ele reconheceu as “dificuldades que nos depararão a manutenção do colégio”<sup>106</sup>, informando sua boa vontade e a de seus auxiliares para vencer os obstáculos. Após isso, encerrou a carta saudando o governador.

Na segunda carta, em 29 de junho de 1938, o mesmo remetente iniciou a carta agradecendo a nomeação de “Manoel Marques” para fiscal do colégio, e enviou ao Secretário do Interior, Arnóbio Tenório, a seguinte resposta<sup>107</sup>:

Vejo-me na contingência de mais uma vez apelar para a bondade do Snr. Interventor, pedindo-lhe por intermédio de V. Excia que, se ele quisesse mandar um telegrama ao Diretor do Departamento, pedindo para ser atendido o pedido de inspeção preliminar, que foi indeferido, eu lhe ficaria sumamente grato. Talvez um telegrama urgentíssimo do Sr. Interventor resolvesse o caso em apreço. Se ele o fizer, terá a certeza de ter prestado um grande serviço a este sertão que o viu nascer<sup>108</sup>.

Portanto, a primeira carta obteve resposta, mas essa não foi do interventor e, sim, do Secretário. Como já mencionamos neste trabalho, são poucas as cartas endereçadas ao Secretário, mas elas existem, significando que nem todas as cartas eram lidas – e respondidas – pelo interventor. Havia outras pessoas envolvidas nesse meio comunicativo e a quem os trabalhadores podiam recorrer ajuda.

---

<sup>105</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>106</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>107</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>108</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Novamente, nos deparamos com a intenção de descentralização do ensino secundário no estado. Assim como o caso de Vitória, esse também teve atenção da burocracia estatal, com as cartas respondidas, e o indeferimento da inspeção preliminar. Se a Interventoria respondia essas cartas, qual o sentido da cautela em investigar a situação dessas escolas? Entrava em questão o deslocamento do ensino secundário da capital. Novamente, à quem serviria esse deslocamento e à quem interessaria frear isso?

Um outro pedido de Inspeção foi feito por Augusto Wanderley Filho, em 08 de maio de 1938, do Recife<sup>109</sup>. O missivista escreveu como representante do colégio “Instituto Moderno”, fundado em 1932 por ele e sua família, “com o ideal de manter em Afogados uma obra social, já hoje tão conhecida, do que auferir vantagens financeiras”. Segundo ele, nessa “zona de gente pobre”<sup>110</sup>, a escola conferia a matrícula de 422 crianças, sendo 32 gratuitas, 5 delas no ginásio e a maioria com reduções nas mensalidades entre 30 e 50%, além de prestar ajuda à 11 professores, sendo 9 professoras pobres.

Além de escolher o caminho da descrição do trabalho altruísta da instituição, o remetente tentou mostrar a eficiência do ensino escolar através dos relatórios e fichas enviados ao Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, e do constante aumento no número de matrículas. Sobre a instrução, disse: “é intensivo e de ótimos resultados o ensino de português, história do Brasil e matemática; bem organizados os exercícios de educação física, em grande campo apropriado, além do curso orfeônico em completa ordem”<sup>111</sup>. O ensino de moral e cívica também se destacava na escola, desde 1936, pelo “Centro de Brasilidade”, o qual tinha como fim o “combate contínuo aos extremismos, tendo como lema: Tudo pelo Brasil”<sup>112</sup>. A estrutura física do Instituto contava com um prédio grande, adaptado, isolado, iluminado, com boa circulação e com todos os “requisitos exigidos para um

---

<sup>109</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>110</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>111</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>112</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

colégio”<sup>113</sup>. Ademais, segundo Augusto, “as determinações do inspetor e as ordens vindas do Rio tem sido cumpridas com a máxima brevidade, estando em dia todos os serviços da Secretaria”<sup>114</sup>. Portanto, de acordo com seu relato, nada faltava ao funcionamento regular da escola.

Em 1937 fora concedida a inspeção condicional à escola, colocando em funcionamento o ensino secundário com 25 alunos e, em 1938, com 69, totalizando, 94 discentes. O colégio tinha destaque pela

Organização disciplinar sem castigos e os métodos de ensino, consignados pelo esforço e dedicação que empregamos com o professorado, tornou, em pouco tempo, o Instituto Moderno um dos mais conhecidos e procurando estabelecimentos de ensino<sup>115</sup>.

A escola cresceu e seus resultados eram adequados em relação ao ensino e às condições físicas, fruto de um “grande esforço” para obtenção da licença, alcançada em pouco tempo (um ano e quatro meses). O avanço podia ser verificado quando comparadas as fichas da inspetora “D. Maria de Lourdes Sousa Leão”, quando o colégio pontuou 7.581, e da revisão do “Dr. Severino Jatobá”, com 8.150, ou seja, uma diferença de 569 pontos para mais.

Diante disso, faltava então o reconhecimento da legitimidade do Instituto, e foi nessa direção o apelo da carta de Augusto. Como narrou, a escola recebeu uma comunicação do Departamento Nacional de Educação negando o pedido de inspeção preliminar. Seu fundador escreveu solicitando a intercessão de Agamenon:

Junto ao Exmo. Snr. Ministro da Educação para sustar tão enérgica medida que traria incalculável prejuízo à instrução de 94 ginásiais pobres, que não poderão pagar mensalidade elevada em outro colégio além da despesa com o bonde<sup>116</sup>.

---

<sup>113</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>114</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>115</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>116</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Seria justo deixar tantas crianças desamparadas, sobretudo num regime que se coloca como protetor dos pobres e da família? E aqui estava em jogo muitas vidas: dos alunos, dos professores, dos funcionários e do próprio fundador do colégio. Augusto usou desse princípio para justificar o pedido de ajuda, afinal, eram 400 crianças prejudicadas, um número bastante elevado de alunos para a média do período. No fim, encerrou a carta demonstrando sua disponibilidade, caso ocorresse, de cumprir qualquer falta da escola, tudo “em benefício do povo de Afogados”<sup>117</sup>.

As duas últimas cartas usaram, em termos gerais, da mesma tática para eliminar a inspeção preliminar: apelar ao interventor argumentando sobre o desamparo do povo, o qual ficará sem escola, e isso afetaria diretamente a gestão da Interventoria pernambucana. Assim, não bastava somente pedir a intercessão dele junto à Capanema, mas mostrar, de forma sutil, o quando sua indiferença poderia trazer malefícios para seu próprio governo. Além disso, o princípio de gratidão permeava a escrita daqueles trabalhadores: ao conceder um pedido, subtende-se, Agamenon plantaria as sementes do apoio político. Não era uma empatia gratuita, mas uma troca!

Em seu livro “*A invenção do trabalhismo*”, Angela de Castro Gomes<sup>118</sup> nos alerta que a compreensão sobre o sucesso do trabalhismo deve percorrer a explicação da lógica presente nas trocas materiais e simbólicas, e no ato de reciprocidade da “ideologia da outorga”. Nessa perspectiva, os direitos sociais dos trabalhadores foram tratados como um presente concedido pelo Estado, sem que tivesse sido solicitado e, este presente pressuporia um retorno por parte dos trabalhadores: “quem recebe o que não solicitou e não pode retribuir materialmente fica continuamente obrigado em face de quem dá”<sup>119</sup>.

Era necessário não somente doar, mas que também fosse criada a obrigação de receber. Dessa forma, a “outorga” criou uma consciência ética e o dever político da retribuição e seu não cumprimento implicaria em uma ruptura com quem forneceu a dádiva. A proposta estabelecida nessa relação era a de um contrato entre governante e governados, algo gerado para estabilizar a nação e sustentar o poder

---

<sup>117</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>118</sup> GOMES, *op. cit.*

<sup>119</sup> GOMES, *op. cit.*, p. 181.

do Estado. Estava em voga a obrigação de lealdade. A reciprocidade passou a significar um instrumento produtor de relações sociais consolidadas. Trocas econômicas estabeleceram um padrão de relações sociais e políticas, as quais se tornaram a essência dos valores simbólicos que regularam e deram sentido às questões materiais presentes no trabalho.

O movimento gerado por aquelas práticas implicou em representações simbólicas segundo as quais cada um (o governo e o povo) tinha seu significado e importância. Tais representações construíram uma teia factual que estabeleceu uma lógica harmônica entre o governante e a nação, na qual cada um sabia o seu lugar e, principalmente, como se portar dentro dessa realidade.

A respeito dos casos de descentralização do ensino secundário e dos pedidos de inspeção preliminar, chamamos atenção ainda para um dado presente na Reforma Carneiro Leão, de 1929<sup>120</sup>. O texto da Reforma traz uma discussão interessante a respeito do ensino secundarista. Logo no início, o texto afirma não existir, no Brasil, educação secundária e exerce dura crítica afirmando que o modelo desenvolvido no país:

Com o nome de ensino secundário, é uma cultura livresca, mais ou menos artificial, insignificante, sem lógica, preparando, sobretudo, para exames fáceis rápidos e fáceis. Os estudantes saem dos cursos alheios, por completo, às necessidades do meio em que vivem. Não conhecem a vida senão pelas teorias cerebrinas, que lhe repetiram mestres apressados. Ninguém os põe em contato com os problemas do momento, com as grandes questões do dia.<sup>121</sup>

A crítica aos métodos e aos fins do modelo de ensino secundário atuante no período seria pela restrição da aprendizagem somente para passar nos exames, afastando os alunos das problemáticas da vida. Este deveria ser o propósito da educação secundarista, ficando como consequência do processo a aprovação nas universidades.

---

<sup>120</sup> PERNAMBUCO. Organização da Educação. Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e imprensa. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

<sup>121</sup> PERNAMBUCO. Organização da Educação. Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e imprensa. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 26.

Para a educação realizada durante a puberdade, “quando as modificações de sentimento e de caráter são tão profundas”<sup>122</sup>, o texto, notadamente baseado em princípios escolanovistas, traz a necessidade de um ensino baseado no desenvolvimento de habilidades de acordo com as aptidões individuais dos alunos, o estudo sobre a psicologia do estudante e o conhecimento do meio o qual ele vive. Lembramos que algumas dessas prerrogativas vão aparecer posteriormente nos Programas de ensino das décadas de 1930 e 1940, no entanto, com metodologias readaptadas de acordo com as finalidades ideológicas do regime<sup>123</sup>.

O texto previa não só a necessidade de reação do governo de Pernambuco, mas que tais medidas, em âmbito nacional, estavam às vésperas de acontecer. Contudo, enquanto a reorganização não acontecia, a Reforma propõe para Pernambuco essa iniciativa, destacando a impossibilidade de realização da medida no Ginásio Pernambucano, devido ao seu “regime dos equiparados, mas poder-se-á obter num novo estabelecimento de educação secundária, criado pelo Estado”<sup>124</sup>. Diferente do G.P., o novo estabelecimento teria um ensino baseado na observação, na experiência, na atividade manual e os usos das atividades na vida do estudante. Os exames para aprovação também seriam alterados e passariam a se basear nas produções dos alunos durante todo o ano “e nunca em sua capacidade de reter e recitar noções, em provas de alguns minutos”<sup>125</sup>.

A Reforma Carneiro Leão, portanto, propunha não só uma autonomia do estado em relação à União na construção e gerenciamento de suas escolas secundaristas, mas também a possibilidade de desencadear essas instituições para além do Ginásio Pernambucano.

Nesse sentido, diante dos casos remetidos com pedidos de inspeção preliminar, nos questionamentos a cerca dos motivos pelos quais essas discussões trazidas pela Reforma em 1929 estavam sendo ignoradas ao longo da década de 1930? E, se estavam sendo pelo poder público, ao que parece, não tinham sido

---

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Sobre os Programas de ensino ver: RAMOS, Aline Cristina Pereira de Araújo. **O homem “novo” para um novo Pernambuco**: as práticas educacionais na construção do Estado Novo em Pernambuco (1937-1945). 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

<sup>124</sup> PERNAMBUCO. Organização da Educação. Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e imprensa. Recife: Imprensa Oficial, 1929, p. 27.

<sup>125</sup> Idem.

esquecidas pelos diretores e donos de escola que se aproveitaram do debate desenvolvido em fins dos anos 20 e recorreram ao governo local para a regulamentação de outros centros secundários além do Ginásio Pernambuco.

### 3.3 Professores (públicos e particulares)

E com relação aos docentes? O que pleitearam como missivistas? Começamos pela carta do professor Manoel Damasceno Lima<sup>126</sup>, atuante no município de Escada, atualmente localizado a 63 km do Recife, na zona da mata sul, cuja intenção foi solicitar a intercessão do interventor para que não fosse transferido para uma escola do povoado de Frecheiras, descrito nas correspondências como “afastado” do centro da cidade.

O conjunto no qual se encontra o caso do professor Damasceno é composto por três cartas, duas escritas pelo professor e uma pelo prefeito da cidade de Escada, todas direcionadas ao interventor do Estado. As correspondências foram enviadas no prazo de um mês, entre os dias 14 de janeiro e 10 de fevereiro do ano de 1938. Isso demonstra que o tempo entre o recebimento das cartas e a produção das respostas às mesmas foi bastante breve, mesmo se pensarmos em termos atuais.

A primeira carta, contendo duas laudas, foi escrita pelo próprio professor. Nela Damasceno contou que estava sendo perseguido pelo prefeito do município de Escada nos seguintes termos:

Considerando a injustiça do chefe do Executivo deste Município que, por capricho, perseguição e vingança horripilante me fez remover a cadeira para o povoado de Frecheiras [...]. Além da desconsideração do “não equiparo”, este homem me persegue sistematicamente, cassando até os meus direitos de funcionário. Sei que é abusar a S. Excia., porém estou reclamando meus direitos e bradando Justiça<sup>127</sup>.

---

<sup>126</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>127</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

O discurso inconformado do professor acusou o prefeito da cidade de Escada de executar o ato de sua remoção foram bastante enfáticos. O trabalhador se disse revoltado com os atos de “injustiça, violência e desconsideração”<sup>128</sup> cometidos contra a ordem do interventor por parte do Prefeito. Nessa perspectiva, Damasceno, ao mesmo tempo, construiu sua defesa no caso, clamando a intervenção de Agamenon e aproveitou o espaço da carta para acusar o prefeito de não seguir as ordens geradas pela Interventoria. As acusações inferidas contra o prefeito tornaram-se o principal argumento usado por ele para sustentar seu pedido de justiça ao governador.

Afirmou que sua dedicação à causa da instrução e da educação popular podia ser atestada pelas autoridades fiscais do ensino e solicitou ao interventor que elas atestassem sua eficiência no trabalho. O apelo de Manoel se estendeu não somente à sua permanência na sede, mas ele também anunciou seu desejo de ser transferido para a capital: “Folgaria se V. Excia. me colocasse aí na Capital, em qualquer outro trabalho”<sup>129</sup>. Segundo os termos do professor Damasceno, havia uma participação pessoal ativa e regular do Interventor dando atendimento às decisões relativas aos processos dos funcionários públicos: “Vim, em conspecto, me entender com V. Excia., mas não houve audiência hoje”<sup>130</sup>. Mesmo se tratando de um Município do interior do estado a figura de Agamenon se fazia presente não só enquanto refúgio para o apelo do trabalhador, mas enquanto parte decisória nos rumos os quais o caso poderia tomar: “É confiado na retida da Justiça de V. Excia. que estou certo de que esta injustiça não será praticada”<sup>131</sup>.

Como anexo dessa carta, escrita de próprio punho, o professor apresentou uma cópia do decreto promulgado pelo prefeito, ordenando sua substituição por uma

---

<sup>128</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>129</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa. A respeito da prática recorrente de pedidos de transferências por parte dos professores públicos de Pernambuco, principalmente para a capital, ver o trabalho de LIMA, Dayana Raquel Pereira de. **Sinais do 'desconforto' no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1880)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. 2014.

<sup>130</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>131</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

professora do povoado, para seu cargo de professor. A esse respeito Damasceno apontou: “Essa professora não tem concurso, leciona a título de proteção. Incompatibilizou-se com o meio porque pais de alunos reclamaram faltas da referida professora que não sabe ensinar, nem praticar”<sup>132</sup>. Desqualificando sua “colega”, o professor comentou a atitude da substituição reprovando a professora escolhida. Com isso, o trabalhador aproveitou seu caso para denunciar o sistema de influências de parentesco nas decisões e encaminhamentos do serviço público, bem como mostrar os privilégios dados a professora e negados a ele enquanto esteve no cargo.

Com três laudas, a segunda carta<sup>133</sup> foi enviada pelo prefeito da cidade de Escada com o intuito de esclarecer o caso ao interventor, a quem as prefeituras eram submissas. Muito provavelmente, por ter esse conhecimento, os trabalhadores apelavam diretamente para a figura de Agamenon.

O prefeito montou uma argumentação contra o professor e em defesa de si próprio, pois a carta de Damasceno, além do apelo, apresentou denúncias a respeito da gestão do município.

Afirmando agir de acordo com os “imperativos de ordem administrativa”<sup>134</sup>, os quais estavam “acima de quaisquer interesses de ordem particular”<sup>135</sup>, o prefeito afirmou que o professor Damasceno, havia algum tempo, não estava agindo “como de direito, com os deveres do cargo que ocupa[va], cometendo faltas graves e procurando tornar a cadeira que ocupa[va], uma dependência de sua vontade”<sup>136</sup>.

Segundo o Prefeito, o professor atuava em duas escolas, uma pública e outra, particular, mas privilegiava a particular, em detrimento da escola pública e dos

---

<sup>132</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>133</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>134</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>135</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>136</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

alunos públicos, “como se a sua principal obrigação não fosse a cadeira do Município”<sup>137</sup>. Também por opinião própria, o professor:

[...] cometeu o abuso de fazer por sua própria conta, um programa de ensino [...], ponto de parte o programa oficial, que é o mesmo adotado pelo Estado, fazendo crer abertamente aos outros professores e alunos, que sua vontade seria respeitada e estava acima da vontade do Prefeito [...]<sup>138</sup>.

O problema foi que os alunos do professor Damasceno foram submetidos aos exames públicos (promovidos anualmente para a verificação da capacidade e do aprendizado dos estudantes e entrega da certificação, desde o século anterior) em presença do delegado de ensino da região, o qual “protestou” contra o que viu naquela mesma ocasião e atribuiu notas, algumas ruins, aos estudantes que foram prejudicados pela “desconexidade” entre o programa inventado pelo professor e o programa oficial.

Não satisfeito, disse o prefeito, o professor Damasceno foi ainda mais ousado, “alterando todas as notas escritas pelo Delegado de Ensino [aos alunos], depois do mesmo devidamente assinado pela banca examinadora, cometendo um atentado que por si só [...] diz [d]o zelo e competência do mesmo”<sup>139</sup>.

Aquele professor, nas palavras do Prefeito, também era desleixado com o livro de matrícula da sua escola, o qual era considerado o principal registro do seu trabalho, que se encontrava na seguinte situação:

[com] nomes cancelados, páginas riscadas, tinta de todas as cores, matrículas feitas a pena e a lápis, folhas inteiras feitas pelos alunos, brincadeiras escritas, erros de escrituração, sem termo de abertura e encerramento, enfim, verdadeira imundice, que bem prova o que tem sido o citado professor na regência da cadeira que ocupa[...]<sup>140</sup>.

---

<sup>137</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>138</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>139</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>140</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Além disso, o professor não participou da Semana da Pátria, deixando a escola fechada naquele período e àquele respeito disse o prefeito: “Em vez de ser o funcionário zeloso e cumpridor dos seus deveres, é um desrespeitador de ordens e um mau elemento dentro da classe, dando péssimos exemplos como professor e cidadão”<sup>141</sup>. Resumindo a situação, o professor era relapso, desrespeitoso, voluntarioso, adulterou documentos e, ainda por cima não cumpria o calendário cívico da nação.

Além de lecionar, cabia ao professor dar o exemplo de sua cidadania e de sua cooperação com os princípios do regime. Esta cooperação, segundo o prefeito, era uma marca da sua gestão e ninguém, até aquele momento, com as suas palavras: “[...]nunca ouviu de minha boca qualquer referência contrária às ordens dessa Interventoria, porque não podia sê-lo uma vez que estaria em contraposição com o cargo, onde, dentro dos bons princípios, procuro acatar com o máximo respeito as ordens emanadas”<sup>142</sup>. Por aqueles motivos o prefeito considerava que sua atitude de afastar o professor havia sido acertada:

Não teve outro intuito, senão salvaguardar o interesse público educacional e corrigir o mesmo, que não soube cumprir com seus deveres, mantendo também o princípio de autoridade que deve ser respeitado, para o bom andamento do serviço público<sup>143</sup>.

Como anexo da carta estão duas cópias de ofícios enviados pelo Delegado de Ensino do município e pelo Inspetor Regional. As notificações, datadas de 9 de junho e 3 de setembro do ano de 1937, destacam a não participação do professor na Semana da Pátria e o fato dele ter registrado a matrícula de alunos em idades avançadas em suas turmas. Estes problemas foram expostos na carta do prefeito e usados como argumentos para justificar sua ação contra o professor

---

<sup>141</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>142</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>143</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

O professor enviou a última carta<sup>144</sup> denunciando que a perseguição e a vingança sofridas por ele não passavam de um capricho do prefeito. Além disso, o trabalhador falou das vezes que procurou o prefeito e não foi atendido. Damasceno lembrou a desconsideração do político quando recebeu as ordens da Interventoria com o “não equiparo”<sup>145</sup>, afirmando que o prefeito o perseguia “sistematicamente, cassando até os [seus] meus direitos de funcionário”<sup>146</sup>.

Na terceira correspondência do conjunto, o professor acusou o prefeito de agir contra ele e em benefício próprio. Além de reafirmar seu apelo para ficar em Escada, Manoel Damasceno, mais uma vez, criticou os benefícios concedidos à professora que lhe substituiria pelo fato dela ter pessoas ligadas à administração pública lhe protegendo.

Mudar-me não posso, não disponho de meios para isto, entretanto, para a professora removida, por ser parente da noiva do Secretário e ansiosa para deixar aquele povoado, aliás sem concurso, como já o disse e sem habilitações, como provocou os habitantes do povoado onde lecionara cerca de 2 a 3 anos, tudo lhe foi favorável: caminhão, carro de passeio etc., tudo a título de proteção e de represália à minha pessoa, pela reclamação feita sobre argumento<sup>147</sup>.

Não tendo mais esperança de mudanças no seu quadro devido as acusações do prefeito, ele criou outra tática para alcançar seu objetivo, solicitando ao Interventor que seu caso fosse julgado por outra autoridade, fazendo a provocação de que seu drama encontrava-se em meio às injustas relações de poder:

Informação das partes acusando e acusado nada prevalece, salvo ambas em conspecto uma da outra. Ponha a juízo, entregando ao Sr. Arthur Moura, advogado sem jaça, que julgará pelo mérito do direito e não pelo da força, do poder e da vingança como entende o chefe do poder executivo deste Município<sup>148</sup>.

---

<sup>144</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>145</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>146</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>147</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Assim como na primeira carta, o professor demonstrou sua confiança na intervenção de Agamenon para a resolução do caso, acrescentando ao pedido de justiça o sentido do dever do governante e o direito de defesa dele: “Confio na Justiça de S. Excia. certo que não deixará de olhar pelo prisma luminoso da Justiça, do Dever e do Direito da razão”<sup>149</sup>. A procura pelo interventor foi justificada pelo professor sob a alegação de que Escada “é uma terra que se dá o direito a quem se quer proteger”<sup>150</sup>. Portanto, o professor também sabia quais eram os direitos que lhe assistiam e de como a proteção política influenciava nas questões que envolviam o sistema público da época.

Mesmo não dispondo da carta enviada por Agamenon ao prefeito, citada por ele na primeira correspondência, diante das escolhas argumentativas do professor e da carta do prefeito, que nega as acusações e reúne diversas acusações contra o trabalhador, podemos supor que Damasceno não foi um sujeito alheio aos trâmites públicos. Ele esteve consciente das questões políticas e se rebelou alegando sofrer injustiça e represália, o que nos leva ao questionamento sobre a passividade dos trabalhadores no Estado Novo. Esses não só brigaram pela garantia de seus direitos, como fizeram valer os meios, como as cartas, para mostrar que não iriam se calar diante das “injustiças” sofridas.

Na Interventoria pernambucana administrada por Agamenon Magalhães a estruturação de um “novo homem”, um tipo específico de trabalhador, contou com a educação como um dos seus meios de efetivação. Para o regime, os professores eram figuras centrais dentro desse processo de construção e, nesse sentido, o controle dos conteúdos e metodologias foram realizados a partir da divulgação dos Programas de ensino a serem cumpridos pelos docentes.

A dissertação de Aline Cristina Pereira de Araújo Ramos, intitulada de “*O homem 'novo' para um novo Pernambuco: as práticas educacionais na construção*”

---

<sup>148</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>149</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>150</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

*do Estado Novo em Pernambuco (1937-1945)*<sup>151</sup>, parece-nos propícia para o debate. Sua pesquisa objetivou compreender como a Interventoria utilizou os processos e estratégias educacionais para forjar trabalhadores adequados à proposta estadonovista, elegendo três principais personagens: o operário, o sertanejo e a mulher.

A construção, aperfeiçoamento e doutrinação do trabalhador passaram a ser algumas das principais metas do Estado. A necessidade desse controle comportamental incentivou a elaboração de estratégias para esse fim e objetivou garantir o apaziguamento dos conflitos sociais. A exaltação do valor do trabalho, também em Pernambuco, esteve nos planos da Interventoria que teve como uma de suas finalidades a transformação do homem em cidadão/trabalhador, assegurando o desenvolvimento econômico e a paz social com o combate à pobreza.

O “homem novo” deveria ter três aspectos privilegiados em sua formação: o físico, o moral e o intelectual. A criação desse homem “*para* o Estado” encontrou na educação sua via privilegiada de elaboração no trabalho organizado em bases científicas, repleto de valores morais e tecnicamente produtivo. Foram criados espaços educativos e ações pretensamente assemelhados aos diferentes ambientes de trabalho e direcionados, fundamentalmente, aos filhos e filhas das classes trabalhadoras.

Ao analisar os Programas de Educação Primária vigentes em Pernambuco, Ramos demonstrou que as políticas educacionais do Estado de Pernambuco, durante a Interventoria de Agamenon Magalhães, objetivaram despertar nos alunos e alunas o desejo de trabalhar e os sentimentos de respeito e valorização do trabalho. Os conteúdos dos programas de ensino tinham como finalidade orientar os estudantes nas suas escolhas profissionais com atividades elaboradas para “conscientizá-los” a respeito do que encontrariam no mundo do trabalho, sendo tarefa do professor “fixar” aqueles conteúdos nos alunos. Para isso, o papel das indústrias e fábricas deveriam estar contidos dentro das matérias, atrelado à figura

---

<sup>151</sup> RAMOS, Aline Cristina Pereira de Araújo. **O homem “novo” para um novo Pernambuco: as práticas educacionais na construção do Estado Novo em Pernambuco (1937-1945)**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

destacada do operário, caracterizado como membro formador da vida econômica do município e do país.

Tendo como base de suas análises os relatórios da Interventoria de Agamenon Magalhães – 1939, 1940 e 1942– apresentados para demonstrar suas ações ao presidente Vargas, Aline Ramos apresentou os feitos destacados nos documentos, assim como as possíveis rupturas e continuidades das questões apresentadas.

No relatório de 1939, Agamenon Magalhães argumentou de que maneira encontrou a administração do governo pernambucano, enfatizando sua capacidade de organização e de restauração política do estado, claramente com a intenção de demonstrar sua adesão ao projeto estadonovista e a harmonia criada com as diferentes classes para realizar as transformações projetadas pelo novo regime.

Dentre outras questões, com relação à educação, indicou o funcionamento de oficinas-escolas, cujo objetivo era a formação de mão de obra para as indústrias por meio de uma formação profissional destinada aos jovens a partir dos 14 e até os 16 anos (exigência da lei trabalhista), que possuísem o diploma do ensino primário completo (de acordo com o novo sistema de ensino), selecionados através de testes.

Para compreender como a educação foi usada para a disciplinarização do trabalhador, Ramos fez análise do Programa de Educação Primária, lançado em 1938, pelo Departamento de Educação, dirigido por Nilo Pereira – com relação aos objetivos, conteúdos e orientações –, observando o direcionamento de uma orientação cristã e nacionalista do ensino, a qual oferecia ao aluno uma escola de civismo e valorizava o homem a partir de sua servidão à pátria e a Deus. Os conteúdos das cadeiras de *Trabalhos Manuais*, transformada em 1941 na disciplina de *Pré-orientação profissional*, trazia assuntos referentes ao mundo do trabalho, com o objetivo de inculcar no aluno sua importância. A autora reflete que, para os criadores dos programas de ensino:

O ambiente escolar era visto como o local propício para aquisição de costumes de sociedade, pelos hábitos de polidez e solidariedade, que deviam ser criados entre os alunos, aos quais se transmitia o

conhecimento das instituições sociais e políticas, das leis, do governo, de ordem e disciplina<sup>152</sup>.

Esta autora destacou ainda que muitos dos princípios estabelecidos no programa político-pedagógico implantado em Pernambuco foram retirados da tese do próprio interventor, defendida em 1921. Dentre os componentes que ele defendeu como cruciais para o desenvolvimento do estado estavam: a melhoria das condições do meio rural, cujo maior dos problemas era alta taxa de analfabetismo, motivador, segundo sua análise, do surgimento de “anomalias” como o cangaço e o fanatismo religioso. Nesse sentido, *“sua defesa do sertão não era apenas uma questão de melhoria étnica-social, mas uma exigência ao desenvolvimento econômico do país”*<sup>153</sup>. A tese de Agamenon identificou uma disparidade entre uma presença populacional maior no litoral do que no interior, algo que precisaria de políticas intervencionistas para equilibrar a situação. Uma dessas soluções foi colocar a figura do sertanejo como um dos alvos de seu projeto, levando-o a permanecer no campo e educar-se para estar de acordo com os princípios estadonovista.

A educação no campo teve como uma de suas principais finalidades o combate ao êxodo rural, através da fixação do homem na zona rural, principalmente, para expandir sua área de atuação e atender as necessidades da produção agrícola, levando, via educação, técnicas para a produção rural e a educação sanitária. Para isso foram criados os *Clubes Agrícolas Escolares*, que buscaram desenvolver nos alunos o gosto pela agricultura e o entendimento da vida no campo, educando, inclusive, economicamente as crianças por meio da venda dos produtos resultantes das hortas cultivadas; e as *Missões Ruralistas Escolares*, estas responsáveis pela fiscalização e orientação dos trabalhos realizados pelos Clubes, além da aproximação entre os meios urbano e rural, levando as novidades pedagógicas adotadas na capital para o “interior”.

Diversas atividades faziam parte do programa das *Missões*, entre elas: reuniões com o professorado, aulas de orientação ruralista para as professoras, aulas práticas de avicultura, jardinagem, apicultura, horticultura, pré-orientação

---

<sup>152</sup> RAMOS, *op. cit.*, p. 72.

<sup>153</sup> RAMOS, *op. cit.*, p. 92.

profissional, fundação de clubes agrícolas, jornais e cooperativas escolares, etc. Além dos programas destinados ao ensino rural, o governo pernambucano estabeleceu também a regularização do Curso Normal Rural, visando a formação de professores segundo os princípios defendidos para as zonas interioranas, evitando o risco de que conteúdos “desnecessários” fossem ensinados, devendo o professor estar preparado para estimular seus alunos a se fixarem em suas localidades e auxiliar as atividades para uma maior desenvoltura para a produção no campo.

Vale ressaltar, assim como nos diz a autora, que as práticas que envolviam os projetos educacionais em Pernambuco, não devem ser vistos como pioneiros ou exclusivos do período e da Interventoria Agamenosiana, tal como era destacado por seus construtores. Muitas das concepções educacionais, como o ensino primário rural para o desenvolvimento econômico do campo e do estado e a regularização das Escolas Normais nas zonas rurais eram demandas previstas ainda nas décadas e no século anterior. O que pode ser destacado como exclusividade do período é a responsabilidade tomada pelo governo em sistematizar as práticas educacionais primárias em todo o país, incorporando os princípios gerados por intelectuais e instituições de sua época às diretrizes do ensino.

Com relação às mulheres, segundo Ramos, a política educacional intervencionista objetivou a criação de um determinado tipo de mulher: a companheira cooperativa do “Homem Novo”. Para este fim, as estratégias de ensino destinadas às meninas da classe trabalhadora, em Pernambuco, foram propostas tendo por base execução de atividades que as induziam a realizar tarefas socialmente consideradas femininas. Os *Programas de Ensino Primário* de 1939 contém a disciplina de Trabalhos Manuais como a principal representante em relação a especificação de conteúdos determinados para cada gênero, cabendo às alunas a aprendizagem de técnicas de costura, bordado, tapeçaria, crochê, tricô, pinturas, entre outras.

Foram vários os esforços empreendidos para a “construção da Amélia”, como no dizer de Ramos, em alusão à música muito popular na época de autoria de Ataulfo Alves e Mário Lago, em 1941. As diretrizes do ensino adotadas pela Interventoria de Agamenon Magalhães, seguindo as normas federais, evidenciaram

as intenções em diferir a educação masculina da feminina, construindo a necessidade de preparar as mulheres não só para as “obrigações” domésticas, mas para zelarem e conservarem suas famílias; ao passo que os homens trabalhariam fora de casa e deveriam ser responsáveis pelo seu sustento.

Para as mulheres que escolhessem continuar seus estudos, a atividade do magistério era uma das poucas opções de atividade, por ser considerada respeitável e uma extensão das “habilidades naturais” do gênero feminino. Deveria haver um preparo, inclusive, para lidar com as questões do seio familiar, como o matrimônio, uma “ciência doméstica”, e a “liberação” para exercer atividades profissionais fora do lar só seria feita se isso não atrapalhasse suas “vocações sagradas” de mãe e esposa, e se fossem essenciais para o sustento familiar<sup>154</sup>. Estavam fadadas, nesse sentido, à exclusão do mundo do trabalho, mas será que se comportavam piamente assim?

As análises desta autora basearam-se em fontes governamentais e privilegiaram as intenções da Interventoria, o olhar do legislador, e não as práticas que ocorreram nos espaços educativos de fato. Portanto, tratou-se de uma perspectiva a respeito das propostas para o desenvolvimento de habilidades domésticas, e mesmo da ratificação de um discurso restrito em relação ao exercício das profissões destinada aos homens ou as mulheres.

As correspondências do caso do professor Manoel Damasceno abriram um espaço para “denúncias” contra o docente: o desleixo com o trabalho, sua “astúcia” em criar o próprio programa e em se negar a pôr em prática as atividades de demonstração cívica, nesse caso, servindo de exemplo e estímulo ao patriotismo dos alunos.

O professor Damasceno não nos parece ter sido um dos trabalhadores consumidores da propaganda do regime, por exemplo, por meio dos seus Programas de ensino, pelo contrário! A julgar que o prefeito tivesse razão, ele se negou a cumprir as determinações oficiais e usou de bastante autonomia no exercício do magistério. Ao descumprir os programas, o professor estava “batendo de frente” com uma das políticas primordiais da Interventoria e atrapalhando os

---

<sup>154</sup> RAMOS, *op. cit.*

meios – a educação em sala de aula – e os fins da construção do tipo ideal de cidadão.

Mas, mais importante do que ter sido “verdadeiro”, este caso nos interessa por ter sido considerado “plausível”, ou seja, mesmo durante o Estado Novo e a Interventoria de Agamenon, pode ter havido docentes que se negaram a cumprir, *ipsis literis*, a proposta educativa governamental. Nesse ponto, lembramos de um dos resultados trazidos pela pesquisadora Aline Ramos<sup>155</sup>. Em seu trabalho, a autora argumentou que os conteúdos e metodologias dos Programas de ensino adotados pelo Departamento de Educação de Pernambuco nos anos, que atravessam o Estado Novo, tenderam a se repetir. Esse fato, para a pesquisadora, significou uma tentativa de obter, por repetidas vezes, aceitação dos professores às determinações oficiais. Juntando esse ponto ao caso de Damasceno, nos questionamos se os casos de descumprimento dessas instruções não eram recorrentes entre os professores públicos do estado.

Em suas correspondências, o professor contornou as acusações destinadas a ele, se adequando aos discursos oficiais para pedir não só sua permanência no centro do município, como também uma vaga no Recife. O que ele não queria era perder seu emprego, sua forma de sobrevivência. As críticas ao modelo administrativo aparecem de forma sutil. Ele exerce sua crítica acusando a figura do prefeito e não diretamente ao governo do estado, sabendo de sua subordinação aos mandos e desmandos do interventor.

Durante a gestão Agamenosiana, medidas administrativas foram tomadas para sanar quaisquer posições contrárias ao do regime, isso incluía o afastamento, exonerações e aposentadorias forçadas dos funcionários públicos<sup>156</sup> (entre eles, professores) que fossem discordantes ou “indisciplinados” às normas oficiais<sup>157</sup>. Os discursos oficiais apresentando as medidas disciplinares colocadas em prática a este respeito podem ser encontrados no jornal *Folha da Manhã*, em matéria escrita

---

<sup>155</sup> RAMOS, *op. cit.*

<sup>156</sup> ALMEIDA, *op. cit.*

<sup>157</sup> A documentação referente aos livros de Atos e Decretos dos anos de 1938 e 1939 – presentes no Fundo da Interventoria (APEJE) –, traz uma quantidade significativa de afastamentos, demissões, exonerações e aposentadorias de funcionários públicos, dentre eles, funcionários do setor educacional. Algo que contribui no argumento em relação ao afastamento dos funcionários resistentes.

por Agamenon Magalhães, no mês de março de 1938. O interventor reportou ao público sobre as decisões tomadas pelo Estado Novo para afastar as ideologias contrárias ao regime, assim como funcionários discordantes das posições do governo. Além de levar ao conhecimento e alertar o público a respeito desse perigo eminente à manutenção da ordem, o governante também prestou contas do que estava fazendo ao presidente Vargas. Por carta, Agamenon demonstrou como estava alerta contra a penetração da “anarquia da inteligência” por meio da punição aos professores que compactuavam desse pensamento<sup>158</sup>. O governo tinha consciência da importância da ação dos professores tanto em seu favor como contra seus princípios.

Voltando ao nosso caso, é possível notar o fato das visitas do Delegado de Ensino e do Inspetor Regional terem sido feitas no ano anterior ao regime, mas as medidas administrativas tomadas para “sanar” os atos cometidos pelo professor só foram efetivadas depois do estabelecimento do Estado Novo em Pernambuco, reforçando o argumento desse caso se enquadrar nas determinações estaduais de afastar os funcionários discordantes de seus princípios.

O caso de Manoel Damasceno Lima ilumina as medidas administrativas tomadas pelo governo no combate à “desordem” e na organização do serviço público, tendo como base os princípios da ideologia estadonovista. Por outro lado, também nos mostra que essas medidas não foram encerradas com o afastamento daqueles sujeitos. Pelas correspondências analisadas, observamos a existência de reações. Os trabalhadores não se calaram diante daquilo que lhes era enfiado “goela abaixo”. Lutaram por espaços de atuação, por seus meios de sustento e de sobrevivência.

Ressaltamos que não nos cabe avaliar quem contou “a verdade dos fatos”, mas perceber como ambas as partes apresentam acusações que eram plausíveis naquele momento e utilizaram seus argumentos de acordo com o que julgavam ser coerente com as determinações e expectativas da Interventoria. Ambos acusavam, um ao outro, mas também buscaram afirmar sua reciprocidade com a ideologia governante com a finalidade de manter seus cargos.

---

<sup>158</sup> ALMEIDA, *op. cit.*

Outro caso parecido ao de Manoel Damasceno foi o da professora Maria do Carmo Pugliesi, a qual enviou carta em 21 de fevereiro de 1938<sup>159</sup>, do distrito de Glicério, localizado no município de Canhotinho, a 193 km do Recife. A queixa da educadora foi sobre a “perseguição que [lhe] me está[va] infringindo” o prefeito da cidade. Maria do Carmo iniciou sua carreira na docência do distrito havia nove anos, desde 1929, como “Professora Municipal”, ressaltando ser “diplomada pela Academia Santa Sophia” e defendendo-se sob a alegação de não existir “motivo algum para despertar semelhante gesto do Sr. Prefeito”<sup>160</sup> com ela.

Ao ser nomeada, seus vencimentos foram definidos em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) mensais pelo prefeito da época e o valor mencionado durou até 1932, quando o “Sr. Eugênio T. de Miranda”, ao assumir o cargo, rebaixou o seu salário para 120\$000 (cento e vinte mil réis), deixando também de pagar “o aluguel do salão escolar”. Diante do ato, reclamou a professora: “apesar do Snr. Prefeito afirmar que esse ato havia sido sufragado para todas, eu não fiquei conformada, em vista de três outras, não diplomadas, continuarem percebendo cento e cinquenta (150\$000) mil reis”<sup>161</sup>. Mesmo após várias tentativas, junto ao seu pai, em diálogo com o Prefeito, somente obteve a reposição de 10\$000 (dez mil réis) em seu salário.

A professora mostrou os motivos pessoais da “perseguição” ao apontar a restituição de seus vencimentos quando o “Padre Alípio de Souza” fora eleito prefeito, voltando a receber os 150\$000. Após isso, o antigo prefeito, Eugênio, voltou ao cargo e não fez por menos, “achou lícito” transferi-la “para o povoado de 'Tipy', o pior dos Distritos, um lugar onde não há, creia V. Excia., uma casa sequer para alugar, e com o ordenado de oitenta mil reis (80\$000)”<sup>162</sup>.

Portanto, segundo a missivista, além dos motivos não serem legais, havia uma caçada pessoal à trabalhadora, tornando-se mais densa a cada ida e vinda do

---

<sup>159</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>160</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>161</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>162</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

prefeito. Novamente, Maria do Carmo reafirmou saber da ilegalidade do ato, mas, a contragosto, cedeu às determinações, argumentando seu sacrifício em acatar:

Apesar de reconhecer a impossibilidade dessa transferência, e aconselhada a obedecer, sujeitei-me a abandonar meu lar, esposo e filhos, para ir hospedar-me em casa de pessoas inteiramente estranhas, e assumir a referida 'Cadeira' no dia 19 de janeiro próximo passado, pois foi para esse dia a ordem de abertura das aulas<sup>163</sup>.

Após informar ao prefeito o início de seu trabalho, na mesma semana, a professora requereu licença de três meses alegando não estar em condições de saúde para lecionar. Daí voltou para Canhotinho para aguardar a resolução por parte do prefeito. Depois de aguardar oito dias, fora entregue um ofício no qual o Prefeito “negou-a por completo” e ordenou seu retorno à cadeira. Revoltada, a professora questionou Agamenon se o mesmo concordava com a determinação de obrigá-la àquela situação impossível. Dentro de sua retórica, evidentemente, ela colocou o governador como alguém que “não julgaria dessa maneira a quem quer que fosse, e nem tão pouco, adotaria qualquer Prefeito que agisse com tão grande baixeza de caráter!”<sup>164</sup>.

Mesmo demonstrando a reciprocidade com o interventor, a trabalhadora não buscou somente o caminho da carta para resolver seu caso, ela pediu orientações ao “Dr. Urbano Vitalino”, cuja função não foi informada, mas parece ter sido uma orientação jurídica, por ter dito que: “no outro dia, segundo suas instruções [do Dr. Urbano Vitalino], requeri do Snr. Prefeito uns documentos necessários à reclamação dos meus direitos e como resposta tive a imediata demissão do cargo”<sup>165</sup>.

Além de se dirigir ao interventor, sua procura fora ao mesmo advogado mencionado por Damasceno em seu caso, “Dr. Arthur de Moura”. A professora mencionou os princípios de “justiça” e “equidade” do governador, apelando:

---

<sup>163</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>164</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>165</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Providência no meu sentido de fazer com que o Snr. Prefeito torne sem efeito os atos pelos quais me removeu e demitiu, pois não cometi ato algum digno de semelhantes punições, cumprindo, pelo contrário, cabalmente com os deveres inerentes ao respectivo cargo<sup>166</sup>.

Além de lembrar da ida de duas professoras não diplomadas à cidade para lecionarem ganhando 200\$000 (duzentos mil réis) cada, Maria do Carmo se colocou junto a outros companheiros de função, ressaltando:

Iguais penas sofreram os professores de “Olho d’Água dos Pombos”, de “Lajêdo” (2<sup>oa</sup> cadeira), de “Salinos”, de “Baixa-funda” e de “Gravatá” que foram do 1<sup>o</sup> ato demitidas, as outras foram removidas: uma (a que veio para o meu lugar), melhorando de ordenado, de oitenta (80\$000) para 150\$000 cento e cinquenta mil réis, e a outra a da 1<sup>a</sup> Cadeira da cidade para o povoado “Olho d’Água” com os vencimentos normais (150\$000)<sup>167</sup>.

Questionando o interventor, assim disse a professora: “Exmo. Snr. Dr. Agamenon Magalhães, acha V. Excia. que esses atos demonstram justiça, comodidades de ensino e medidas de economia, quando os direitos de uns são subtraídos para serem prodigalizados a outros?”<sup>168</sup>. Notemos trata-se de uma trabalhadora, uma mulher, questionando o representante maior do Estado Novo em Pernambuco sobre os atos políticos tomados por políticos pertencentes à sua gestão. Ora, que ditadura era essa na qual havia espaço para uma professora do interior do estado questionar os trâmites do regime e as ações de seus mandatários?

Mesmo apresentando casos semelhantes ao seu, sua reclamação não é de classe, ela não se queixa por todos, somente os usa para demonstrar as decisões erradas do prefeito e, assim, sustentar seu argumento. Seu caso ainda é individual, pois o pedido é somente para si, quando diz: “confiando que V. Excia. conseguirá fazer-me assumir a Cadeira de Glicério, (onde moro), pois só aqui me dá resultado o

---

<sup>166</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>167</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>168</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

meu pequeno ordenado, junto ao insignificante salário do meu esposo que apenas são, reunidos, para o custeio do nosso lar”<sup>169</sup>.

Ao que tudo indica, Maria do Carmo teve sua queixa atendida, pois, como podemos ver, escrita de caneta vermelha, consta uma anotação de “Providenciado” em sua carta:

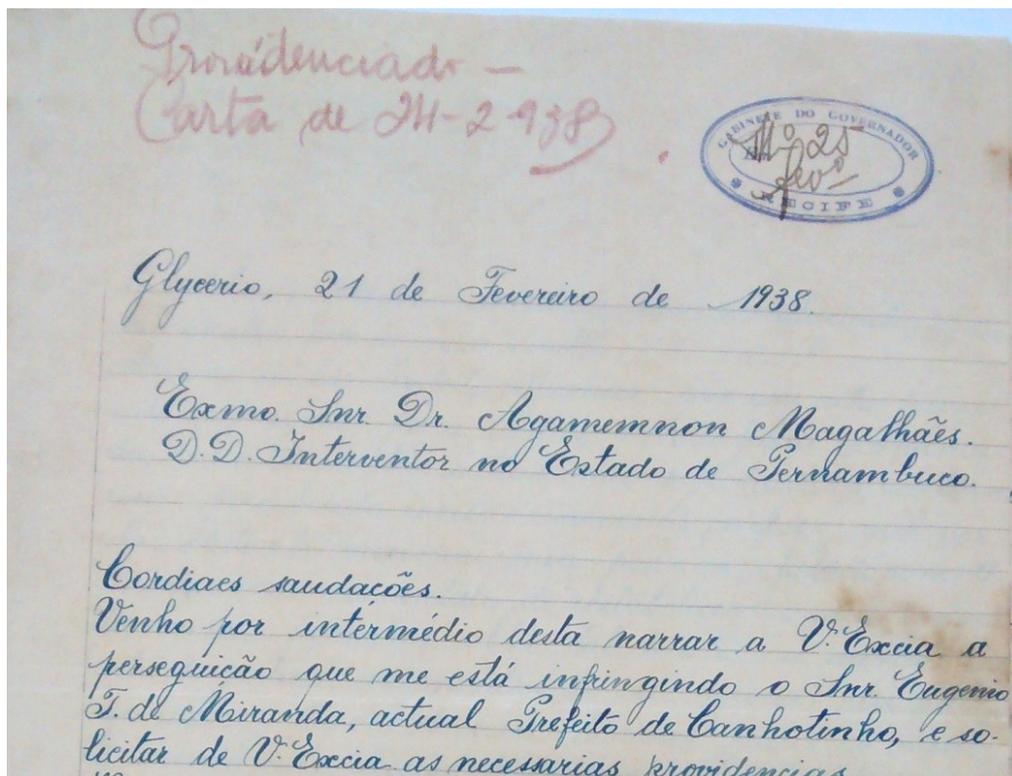


Figura 8: Carta enviada pela professora Maria do Carmo Pugliesi em 21 de fevereiro de 1938, do distrito de Glycerio, cidade de Canhotinho, solicitando interferência do governador em seu caso, queixando-se de sofrer perseguição pelo prefeito da cidade.

Encarando a carta de Maria do Carmo e a de Manoel Damasceno, temos uma característica em comum aos dois e presente em outras missivas enviadas no contexto das Interventorias: além dos dois professores estarem sendo ouvidos pelo governo, houve a representação do prefeito ou do líder local como inimigo interno. Ao que parece, os argumentos dos trabalhadores mudavam de acordo com o destinatário ao qual escreviam: ao interventor cabia o governo do estado e, por isso mesmo, a escolha da reclamação sobre os chefes locais era direcionada a ele. Algo

<sup>169</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

que muda, como vimos, nas pesquisas sobre essas correspondências ao Presidente quando as queixas eram, entre outras, sobre os interventores. Assim, embora os pedidos e os objetivos se aproximem, os caminhos argumentativos podem indicar mudanças de acordo com o destinatário da carta. De forma proporcional, os trabalhadores tinham o discernimento de ver a quem cabia a resolução dos seus casos, se o Presidente, um Ministro ou o Interventor, sabiam a como e a quem se dirigir para reclamar, pedir e denunciar.

Além disso, os dois professores parecem ter sido vítimas das políticas de afastamento por indisciplina e conflitos com a ideologia e as determinações estadonovista. Manoel Damasceno e Maria do Carmo podem ter sido vitimados pelos prefeitos na utilização desse mecanismo da administração pública para a perseguição de cunho pessoal, ou, de fato, podem não ter seguido à risca as indicações propostas aos seus cargos. Em sua tese de doutoramento, Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida<sup>170</sup> propôs o estudo das relações de poder estabelecidas durante a Interventoria de Agamenon Magalhães, identificando três principais setores da sociedade civil considerados pelo governo como decisivos para o alcance de sua legitimação: Igreja, Educação e Imprensa. Chamamos atenção para o setor educacional que, segundo a autora, foi percebido como um instrumento favorável à produção de indivíduos doutrinados e dóceis, o qual, a partir de um “saber orientado”, seria um campo fértil para eliminar possíveis focos de resistência. A educação foi, portanto, concebida por esta autora como mecanismo reprodutor das ideologias do estado e “forjador de mentes”.

Os procedimentos da Interventoria estadonovista em Pernambuco demonstram as formas pelas quais o projeto político pedagógico esteve colocado a serviço do regime autoritário inaugurado por Vargas na década de 1930, cuja finalidade foi legitimar a nova ordem política do país. Segundo a autora, as formas pedagógicas ressaltadas pelo regime pautaram-se pelos princípios de ordem e desordem. A antítese entre esses dois termos girava no sentido de que o primeiro era o conceito-chave para o novo regime instaurado no país, enquanto que o segundo estava diretamente ligado a pedagogia na Primeira República com as

---

<sup>170</sup> ALMEIDA, *op. cit.*

propostas “esquerdistas” da Escola Nova e das chamadas “pedagogias exóticas” trazidas com o comunismo.

A educação constituiu-se em instrumento de equilíbrio social, cabendo ao Estado exercer seu papel de maneira intervencionista, dentro das instituições escolares. Dessa forma, a educação, durante o período, na sua compreensão, foi um aparelho ideológico utilizado pelo novo governo, estratégico para a erradicação de possíveis focos de resistência ao regime; à implementação de um ensino partidário e coeso com a ideologia vigente, direcionado para uma educação nacionalizada, ordeira e que agia contra os males contrários à nação: liberalismo, socialismo e bolchevismo. Almeida fala que:

No ideário autoritário da era Vargas o modelo pedagógico liberal trazia em seu bojo o estigma da desordem e do bolchevismo. Daí o novo discurso estar centrado numa educação “totalitária e anti-individual” segundo a qual qualquer outro paradigma era repudiado por seus cânones “heréticos”, caracterizados como sendo: a) de espírito ateu, inorgânico, anárquico e cosmopolita da liberal democracia; b) firmado numa concepção metafísica de vida, sustentáculo da estrutura da pedagogia nacional, e pecando pela ausência de uma sólida base pedagógica<sup>171</sup>.

Sob a liderança de Nilo Pereira no Departamento de Educação, a Interventoria de Agamenon Magalhães expôs suas ideias no jornal oficial, *Folha da Manhã*, empenhando-se na campanha de regeneração política do estado, apoiando-se nas formas educacionais adotadas e propagandeadas pelo III Reich, justificando e trazendo como inspiração o desenvolvimento vivido pelos países fascistas, atribuindo-o à interferência e controle estatal sobre o sistema educacional.

As medidas tomadas pelo Departamento de Educação em Pernambuco saíram do papel e foram executadas pelo incremento de medidas administrativas acionadas pela Interventoria, nas quais exonerações e aposentadorias forçadas tornaram-se meios recorrentes no combate a possíveis forças de resistência às ingerências do governo.

---

<sup>171</sup> ALMEIDA, *op. cit.*, p. 17.

Para fomentar essas questões, houve ainda a criação do *Seminário Pedagógico*<sup>172</sup>, espaço destinado à fiscalização e controle do ensino no estado. A respeito do argumento trazido pela autora segundo o qual o modelo pedagógico pernambucano repousou sobre o paradigma Nazista, apresentamos aqui um dos resultados trazidos na dissertação de Aline Ramos que questionam o alinhamento entre o pensamento pedagógico alemão e o pernambucano. A historiadora, ao analisar os Relatórios da Interventoria entre 1939 e 1940, percebeu, além de críticas aos modelos pedagógicos liberais e comunistas, discordâncias com a pedagogia Nazista, considerada pagã e racista, algo contrário aos princípios estadonovista que se encontravam em diálogo com a religião católica. Segundo Ramos<sup>173</sup>, a educação pernambucana buscou demonstrar os seus esforços de renovação e de melhorias das diversas linhas de pensamento, trazidos como algo “novo”, reelaborados pelos intelectuais da educação pernambucana, sob o comando de Nilo Pereira. Um dos principais argumentos da tese de Almeida é que a educação foi concebida como um aparelho ideológico do Estado, um instrumento potencialmente forjador de uma nova mentalidade popular e o uso da *Folha da manhã* efetivado como um esforço pedagógico para a criação dos pensamentos coerentes ao regime.

Além de questionarmos se eles efetivamente tiveram algum sucesso, restamos compreender – e relativizar – como aqueles instrumentos foram construídos e circularam no período, enfatizando que a leitura do jornal não pode ser feita sob a ótica de reprodução do real, mas como uma representação daquilo que a própria edição do jornal – o que inclui os representantes do Estado Nacional em Pernambuco – desejava veicular. Tratava-se de uma representação de como aqueles sujeitos observavam o estado pernambucano e as “bem-feitorias” da Interventoria, buscando orientar positivamente o olhar da população com relação às suas ações.

Portanto, mesmo a Interventoria tendo traçado como um de seus grandes objetivos a persuasão a favor do regime via educação, nós não temos como afirmar se ela foi ou não bem-sucedida em suas intenções, porque não temos fontes que nos indiquem a recepção da população às suas ideias. Dessa forma, torna-se

---

<sup>172</sup> ALMEIDA, *op. cit.*

<sup>173</sup> RAMOS, *op. cit.*

demasiado perigoso sustentar a tese segundo a qual a educação fora um veículo reprodutor da ideologia estadonovista, tendo em vista sabermos que o meio educacional é um campo de disputas, cujas práticas sofrem a influência de diferentes setores da sociedade, inclusive, daqueles não hegemônicos.

Além disso, não foram apresentados no trabalho fontes demonstrando que as determinações educacionais da Interventoria foram recebidas e reproduzidas pelas instituições e sujeitos responsáveis pelo ensino. Este fato reforça o argumento segundo qual não temos como mensurar se tais práticas foram efetivadas e, dessa forma, se a educação foi, como a autora sustenta, um instrumento de reprodução da ideologia do Estado Novo. Nesse sentido, concordamos com a fala de Jorge Ferreira ao afirmar que “é preciso evitar a abordagem de que o projeto político-ideológico varguista teria dominado as mentes das pessoas, incapacitando-as de manifestarem qualquer avaliação crítica, de interpretarem sua realidade social e de reivindicarem seus direitos”<sup>174</sup>. Em outras palavras, a “ideologia dominante” não nos parece ter sido tão dominante assim.

A ida ao interventor pela carta parece-nos mais uma das alternativas buscadas pelos trabalhadores para obter apoio em seus casos, pois muitos relataram ter tomado iniciativas de reclamar seus direitos de forma legal antes mesmo de enviarem as correspondências.

É provável que a missiva, quando lida e acatada pelo governador, representasse um aceleração do processo? Não sabemos se os casos foram resolvidos e os resultados deles, o que podemos afirmar é a respeito da iniciativa dos trabalhadores ao irem atrás de seus direitos e lutarem por justiça, usando os meios ao seu alcance, fossem eles oficiais (por meio de processos judiciais), fossem eles pessoais (como as cartas). Além do espaço da escrita ser transformado sutilmente, aqui e ali, em instrumento de representação política.

Houve também alguns que se aproveitaram dos casos decorrentes da política de afastamento dos docentes para dialogarem sobre outras questões com o interventor, principalmente a respeito ao exercício do poder em áreas descentralizadas. Vejamos a carta, sem assinatura, mas com o remetente

---

<sup>174</sup> FERREIRA, *op. cit.*, p. 37.

identificando-se como “Diretor do Grupo Escolar Maciel Monteiro”, enviada no dia 18 de setembro de 1938<sup>175</sup>.

Logo nas primeiras linhas da carta, o diretor anunciou o afastamento de uma das professoras do Grupo Escolar e a substituição de outra, a partir do requerimento feito pelo prefeito da cidade de Nazaré, enquanto “um caso meramente político”. Informando seu acatamento em relação ao ato, entretanto, pede licença ao governador, por meio da carta, “um meio todo sincero e de acordo com o desejo de V. Excia.”, para expor algumas considerações sobre o caso. Seu relato foi diretamente sobre as atitudes do chefe municipal, caracterizado como alguém que “vem seriamente prejudicar a vida presente e futura desta casa de educação popular”<sup>176</sup>.

O trabalhador explanou precisamente seu ponto de vista:

É razoável que os diretores de repartições públicas, embora sujeitos à subalternidade consequente hierarquia do seu cargo, tenham a autonomia precisa para dirigir os seus subordinados, sob pena de não poder cumprir com o seu dever. Esta é a doutrina seguida pelo Estado Novo, no regime do Estado Forte. E V. Excia. é o melhor adepto dessa doutrina<sup>177</sup>.

Destacando seu posicionamento como diretor, “responsável perante o público e o governo do Estado pelo rendimento educativo dessa casa”<sup>178</sup>, relatou o cumprimento de seu dever ao “manter a boa ordem do serviço e a disciplina” entre os professores, alunos e funcionários, fazendo sua contribuição para “consolidar o regime”.

Segundo o missivista, a partir da introdução da política local, “a política dos prefeitos e chefes”, houve uma diminuição na autoridade dos diretores e, “consequentemente, a desorganização de toda a engrenagem administrativa da

---

<sup>175</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>176</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>177</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>178</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

repartição atingida”. Sob esse argumento, algo que ia para além do olhar dos aspectos “sentimentais” e as consequências do ato na vida da professora, o diretor teceu argumentos sobre a melhor preparação dessa em relação à escolhida para substituí-la, relatando:

No ano passado fez três meses de estágio no “Grupo”, integrando-se bem do seu método seguido, fez interinidades, melhorando, desse modo a sua prática, tem vocação definida e sobretudo é detentora do primeiro lugar entre suas colegas de Escola Rural local<sup>179</sup>.

Já a então substituta “[iria] vai aprender ainda, não tem estágio, desconhecendo por completo o método seguido por este não ser praticado na sua Escola Normal, embora tenha igualdade de anos de estudo”<sup>180</sup>.

A argumentação do missivista tomou o caso de troca das professoras como exemplo na tentativa de mostrar ao interventor que a única finalidade do ato era a diminuição de sua autoridade enquanto diretor do Grupo Escolar, usando de ironias para justificar o ato: “quando pelo grande mal que este [o diretor] tem praticado à Nazaré, por desejar manter – apesar de todos os óbices criados desde os tempos últimos da administração 'Carlos Lima', - um 'Grupo Escolar' disciplinado”<sup>181</sup>.

Nesse momento, o remetente iniciou sua associação dos problemas do município à política local, caracterizando-a como “política civil e religiosa”. Segundo ele, no município de Nazaré:

Poucos são os que trabalham pelo bem coletivo. A tradição doou o conforto do Engenho, criou uma personalidade distinta entre os mais abastados, separando as castas e individualizando o homem, nas suas atividades econômicas. A Igreja, que segue a mesma política doutrinária, aliou-se a esses às vezes, entrecrocando-se com prejuízo para as massas e aos que desejam o bem destas<sup>182</sup>.

---

<sup>179</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>180</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>181</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>182</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Ou seja, a atitude do prefeito resultou numa conjuntura problemática envolvendo o desemprego da professora, a autonomia do diretor e contribuiu para estimular as práticas políticas regionais baseadas em interesses particulares, fruto das relações existentes já em tempos anteriores e combatida pelo regime varguista – em tese! Portanto, vale lembrar a necessidade de relativizar esse requisito, pois já existem trabalhos que ressaltam a influência das elites regionais nesse período dentro dos trâmites políticos, econômicos e sociais. Ainda que tenha existido um grande esforço para efetivar a centralização do governo do país, um passado de séculos de poder não seria tão facilmente apagado pela política nacionalista de Vargas. E, como vimos, os traços reflexivos dessas relações também surgem nas palavras dos trabalhadores pernambucanos.

O missivista, além de reclamar, defendeu sua posição e criticou os empecilhos colocados no exercício de seu cargo diante de possíveis conflitos de interesses na região. Na sua opinião, qualquer um que tomasse iniciativa de “beneficiar [aquela] esta terra, sem olhar o seu interesse, fica[va], este, entre duas correntes de oposição, mesmo que não seja desafeto da política civil ou da igreja. E, faltando-lhe os meios, capitula. Vários exemplos podem ser notificados”<sup>183</sup>.

No encerramento da carta, o remetente expressou seus votos de confiança na nova administração de Agamenon, cuja gestão, na sua perspectiva “[preparava] o bem estar futuro, com o aproveitamento das fontes de economia e moralidade da aplicação da renda pública”, e fez seu pedido:

Venho, enfim, pedir a V. Exc., restabeleça a minha humilde autoridade moralmente abatida com o ato em apreço, auxiliando-me a que continue a trabalhar para a consolidação do regime atual, como professor primário, sempre vítima das políticas administrativas que antecederam ao governo de V. Exc. no Estado de Pernambuco, mas sempre confiante que um dia seja o meu esforço reconhecido<sup>184</sup>.

Notemos que o pedido do missivista não foi para a professora, mas para si. O caso da docente serviu somente como exemplo para mostrar ao governador o

<sup>183</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>184</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

quanto sua autonomia havia sido retirada e como as decisões dos políticos locais eram motivadas por disputas e intenções individuais. Além disso, colocou-se no lugar de vítima das políticas anteriores à Interventoria, provavelmente, as exercidas por Carlos de Lima Cavalcanti. Juntando esse caso a outros já mencionados neste trabalho, temos indícios dos atos de repressão aos funcionários como algo anterior à Interventoria estadonovista, principalmente pelo fato de muitos apresentarem os caminhos burocráticos oficiais tomados seus casos.

Citar a oposição entre os dois governantes foi tática discursiva e possivelmente uma invenção baseada em situações punitivas vividas pelos trabalhadores. Infelizmente, não encontramos correspondências enviadas ao antigo governador para analisar as relações entre a população e Carlos de Lima Cavalcanti, mas deixamos nossos indicativos para as próximas pesquisas.

As condições salariais e de exercício da profissão docente também foram assuntos nas missivas, como no caso da professora Irene de Mélo Cavalcanti Pajuaba<sup>185</sup>, em 22 de janeiro de 1938, expresso em uma carta contendo duas laudas. Escrevendo ao interventor para “implorar-lhe socorro ante o estado financeiro particular” no qual ela e seu marido se encontravam e ansiando sua nomeação para um cargo na instituição dos Correios, a professora, além de expor seu pedido, desenvolveu sua narrativa apresentando todas as problemáticas enfrentadas quando lecionara numa escola situada no bairro de Salgadinho, na cidade de Olinda.

Esta carta também sugere a comprovação de que havia um contato direto entre o interventor e os trabalhadores, por meio de audiências, para resoluções de alguns casos de afastamento (como foi o de Manoel Damasceno), ou de pedidos. Ainda não dispomos de fontes suficientes para compreender de que forma as audiências eram realizadas, mas a professora começou sua missiva nos seguintes termos: “Resolvi, antes dessa audiência, explicar melhor e minuciosamente o assunto[...]”. Diferentemente da audiência, a carta criava um espaço de aproximação maior entre remetente e destinatário e se abria como uma arena discursiva para que

---

<sup>185</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

os trabalhadores pudessem expor suas problemáticas com mais intimidade e fazer seus pedidos diretamente ao interventor.

Inicialmente, a professora descreveu a situação das escolas lotadas de alunos e da comunidade na qual estava inserida. Em destaque, a professora evidenciou a difícil situação de vida dos professores por meio da descrição dos baixos salários recebidos e da sua dependência dos industriais e comerciantes do local (os quais pagavam os salários dos professores). A comunidade descrita por Irene era rodeada de fábricas e comércios, como “o Cortume de Santa Maria, a Fábrica Tacaruna, a Fábrica de Velas, a Feira Livre, inúmeras casas de negócio e muitas granjas” e seus habitantes eram uma “[...] enorme a população pobre que [...] presta[va] o seu valioso concurso sem o menor conforto de instrução”. Ou seja, intrinsecamente, ela criticou o desleixo com os trabalhadores da educação por parte da administração anterior e das difíceis condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores do setor, os quais recebiam, segundo seu dizer, “esmolas”, senão vejamos:

Lecionei numa Escola da Cruzada Pernambucana de Educação aqui no Sítio Novo de Campo Grande, perto de Salgadinho, onde o número de analfabetos é considerável, tendo cerca de mil crianças paupérrimas. Nessa escola o número de matrículas eleva-se a 70 (SETENTA); 80 (OITENTA), e de frequência diária a 60 (SESSENTA) e 70 (SETENTA), recebendo a professora, que era a signatária desta, uma remuneração a título de gratificação na importância de SESSENTA MIL REIS (60\$000) mensais adquiridos por esmolas dadas por negociantes e industriais da localidade<sup>186</sup>.

Ao apresentar o quadro de pobreza no qual trabalhava, recebendo de acordo com as doações feitas por empregadores locais, Irene destacou que suas qualidades profissionais a faziam merecedora do atendimento de sua súplica. Descrevendo ao interventor suas conquistas alcançadas como profissional, a professora buscou um reconhecimento de seu valor como trabalhadora, e não em função de manter relações parentais ou próximas com membros da administração governamental:

---

<sup>186</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Modéstia a parte sou conhecedora do pergaminho que possuo, o que podem atestar inúmeros intelectuais e professores pernambucanos, pois, até no governo do Doutor Sergio Loreto representei o Estado numa reunião de PROPAGANDA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, realizada na Capital Federal, assim como tendo obtido o 1º lugar num concurso do Departamento de Saúde Pública, fui premiada com uma viagem ao Rio de Janeiro e [com uma] matrícula por conta do Estado na Escola Ana Nery, onde estive apenas um ano. Modéstia a parte, tudo isso graças aos meus esforços pessoais e dos poucos conhecimentos que possuo, pois, nunca contei com proteção de pessoa alguma, sempre a sós.

A trabalhadora ainda expôs seus argumentos sobre a má administração do regime passado com as relações de parentesco. Ela demonstrou conhecimento das ações que burlavam os concursos públicos:

Prestei concurso para o cargo de auxiliar de 3ª classe dos Correios deste Estado, cargo que pleiteava sem proteção de pessoa alguma, somente Deus e o que sabia. Porém, como V. Excia. sabe o que era concurso no regime passado, como não tive uma estrela que me guiasse...<sup>187</sup>.

No ano de 1933, a professora havia prestado concurso para 3ª auxiliar de classe dos Correios, mas, por não ter proteção política de ninguém ficou em 91º lugar dentro de 200 candidatos. Com isso, ela afirmou que se tivesse tido “recomendação naquela época teria, não digo 1º lugar, mas entre o 2º e o 10º, teria obtido sem o menor cuidado”.

Para demonstrar as dificuldades enfrentadas por ela, a professora apresentou na carta o valor de seu salário, sessenta mil réis na ocasião (60\$000) e do marido, funcionário dos Correios, (320\$000) trezentos e vinte mil réis. Nesse caso, como professora, seu salário era quase seis vezes menor do que o de seu marido.

Mesmo ganhando esse salário na Cruzada, a professora continuou lecionando até a extinção dessa Associação da Instrução Pública, algo que acarretou não somente seu desemprego, mas a ausência de escolas para 200

---

<sup>187</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

crianças das comunidades de Sítio Novo e Salgadinho, pois, segundo conta, as duas escolas públicas do local, uma municipal e uma estadual, não eram suficientes.

Antes mesmo de acionar o interventor, a professora demonstrou ter buscado a ajuda de outras pessoas que podiam influenciar na obtenção de um cargo e na melhoria das condições de trabalho de seu marido, mas não obteve sucesso por este meio porque não dispunha de proteção ou parentesco político:

Por intermédio do meu sogro MAJOR PAJUABA, um pedido do GENERAL NEWTON CAVALCANTI para o Sr. ALMEIDA BRAGA, ex-DIRETOR DOS CORREIOS, este não atendeu, porquanto, havendo cinco (5) vagas desse lugar supra citado, admitiu outros e não fui aproveitada. Posteriormente veio um pedido do General Tasso Fragôso, Ministro do Supremo Tribunal Militar e padrinho de batismo do meu marido, para me aproveitar em qualquer lugar e melhorar a situação de meu marido, qual nada, baldado em esforços. O Sr. Almeida Braga caprichou em não atender-me, sem haver motivos para isso<sup>188</sup>.

A professora buscou Agamenon porque soube da abertura de uma vaga de “praticante de terceira classe contratada, com o ordenado de 180\$000 (cento e oitenta mil réis), na diretoria regional dos correios e telégrafos”, vago por conta da promoção de uma funcionária. Apresentando uma teia costurada por relações de amizade, a professora chegou até o interventor explicitando a ligação da família de seu marido com figuras políticas próximas de Agamenon:

Sabemos que o Dr. Luiz Rocha é amigo de V. Excia., tenho a ousadia, filha da cordial e velha amizade de V. Excia. para com a FAMILIA PAJUABA *in totum*, de vir pela presente implorar a V. Excia. um pedido ao Dr. Luiz Gonçalves da Rocha, no sentido de conseguir este mês o meu aproveitamento nessa VAGA de praticante de 3ª classe contratada, existente<sup>189</sup>.

Notemos agora o caso da professora Maria Cândida Ribeiro Campos, não como remetente, mas como assunto principal em duas pequenas cartas, a primeira delas enviada no dia 9 de fevereiro de 1938, da cidade de Gravatá, por um alguém

<sup>188</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>189</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

que se apresentou como seu parente, Gustavo Borba<sup>190</sup>. O missivista iniciou a carta informando ter estado junto ao governador logo após sua posse e que lhe pediu “a remoção de uma professora, [sua] minha parenta, do estreito em Gameleira, para Jaboaão”<sup>191</sup>. Após aguardar os ajustes do quadro de professores e esperar pela efetivação de seu pedido, disse ter sofrido “uma desilusão”, pois viu “tantas transferências, remoções e a pobre de minha [sua] parenta, no mesmo lugar”. Decidiu fazer o apelo novamente, justificando o não atendimento de seu pedido como um possível “esquecimento” do governador. Nessa perspectiva, Gustavo demonstrou sua “compreensão” com a situação de Agamenon ao assumir o cargo e, encerrando a carta, indicou os caminhos para uma relação de reciprocidade com o interventor:

Porque do modo em que encontrou o estado, tendo por fazer e organizar, não lhe sobrara tempo para uma causa tão pequena, porém agora vi tudo seguindo caminho direito, acho que caberá um tempinho para satisfazer ao seu amigo velho que lhe ficará muito grato, e ainda poderá lhe ser útil um dia na vida<sup>192</sup>.

A segunda missiva do caso foi enviada no dia 11 de fevereiro do mesmo ano, em papel timbrado da Secretaria do Interior, por quem identifica-se como “Chefe da Seção”, cujo nome não foi legível pela assinatura. Como resposta ao encaminhamento do caso pelo gabinete do interventor, o remetente disse o seguinte:

A professora Maria Candida Ribeiro Campos foi promovida pelo ato n. 616, de 22 de março de 1937, da cadeira de Chã de Alegria do município de Glória de Goitá, segunda entrância para a de terceira entrância, localizada em Estreito do município de Gameleira<sup>193</sup>.

---

<sup>190</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa. Importante dizer que este nome nomeia o mercado público municipal da cidade de Gravatá.

<sup>191</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>192</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>193</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Em nota manuscrita, ainda encontramos a seguinte observação: “como se vê esta professora foi promovida de 2ª para 3ª entrância, há menos de um ano. Não tem, portanto, direito à reclamações”.

Para entendermos como funcionava esse deslocamento dos professores através das entrâncias, nos debruçamos sobre a dissertação de Dayana Raquel Pereira de Lima, com o título “*Sinais do 'desconforto' no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1880)*”<sup>194</sup>. O objetivo do trabalho foi investigar quais eram os principais motivos de afastamento dos docentes de seus locais de trabalho, precisamente quais eram os sinais geradores desse “desconforto” em suas carreiras, apontados pela autora através dos pedidos de licenças médicas, faltas ao trabalho, substituições e abandono do magistério. Lima também discutiu a transformação nos discursos dos professores para se deslocarem dos interiores às capitais, indo das alegações sobre questões de saúde, na década de 1860, à existência de cadeiras vagas e o uso da legislação das entrâncias, entre 1870 e 1880. Sua pesquisa usou fontes documentais oficiais, como: os códices da Instrução Pública, a legislação, regimentos, regulamentos, relatórios e petições que cortam o período.

Nessa perspectiva, em seu quinto capítulo, a historiadora nos apresentou o funcionamento da legislação das entrâncias, instaurada no ano de 1873. A partir disso, podemos ter uma noção do que significava essa mobilidade docente, defendida pela autora como uma das “tentativas dos poderes públicos para obrigarem os professores a permanecerem no interior, fato que, na prática, obteve significados mais ampliados”<sup>195</sup>. A classificação das escolas obedeciam “não só a distância que as separavam da capital, mas a importância nos setores de comércio, indústria e divisão civil e judiciária”<sup>196</sup>, sendo as de primeira entrância as mais distantes da capital, as de segunda as localizadas nos arredores da capital e as de terceira pertencentes aos seus bairros centrais. Os professores que prestavam concurso pela primeira vez só podiam fazê-lo para as escolas de primeira entrância, as escolas do interior. Depois de já atuarem como professores da primeira entrância,

---

<sup>194</sup> LIMA, *op. cit.*

<sup>195</sup> LIMA, *op. cit.*, p. 131.

<sup>196</sup> LIMA, *op. cit.*, p. 136.

os docentes poderiam em caso de vagas existentes, solicitar sua ida para as escolas de segunda entrância (as dos subúrbios da capital). Por fim, apenas os mais experientes poderiam fazer o mesmo com relação as escolas da capital, de terceira entrância. Quanto maior a entrância maior o salário.

A legislação das entrâncias foi abolida no ano de 1891. Contudo, encontramos uma referência a essas leis no texto da Reforma Carneiro Leão<sup>197</sup>, indicando o retorno delas antes da publicação da reforma, em 1929. Portanto, durante a década de 1930 a legislação das entrâncias ainda era um dos mecanismos reguladores do trabalho docente.

Dayana Lima já havia verificado em sua pesquisa, de acordo com o regulamento de 1888, uma diminuição das localidades consideradas de 3ª entrância e um aumento nas consideradas de 2ª e 1ª entrâncias<sup>198</sup>. Ao que tudo indica, esse quadro de ampliação continuou e, no início do XX, a legislação passou a abarcar todas as cidades do estado, indo desde Fernando de Noronha até as cidades do extremo sertão. Nessa perspectiva, uma das mudanças com a volta da lei foi o acréscimo da 4ª entrância, exclusivamente para as cidades de Olinda e Recife, ocasionando uma mudança na classificação das antigas 1ª, 2ª e 3ª.

Como já foi dito, um dos objetivos da legislação em fins do século XIX foi a fixação dos docentes em início de carreira nos interiores do estado. Na primeira metade do XX, de acordo com as diretrizes da Reforma Carneiro Leão, essa finalidade passou a contar com uma nova estratégia: a construção de uma Escola Normal Anexa. Este estabelecimento de ensino seria voltado aos alunos residentes nas cidades do interior para formarem-se professores. Ao se diplomarem, os professores contavam com a indicação para ocupar uma vaga nas cidades de 1ª entrância sem precisar passar por processos seletivos, seria mais uma tentativa de atrair e fixar os docentes no interior<sup>199</sup>.

A colocação dessa Escola Normal Anexa como uma necessidade foi um sinal de que a permanência dos professores nas cidades afastadas do centro não vinha

---

<sup>197</sup> PERNAMBUCO. Organização da Educação. Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e imprensa. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

<sup>198</sup> LIMA, *op. cit.*, p. 152.

<sup>199</sup> PERNAMBUCO. Organização da Educação. Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e imprensa. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

sendo efetivada, inclusive, pode ser uma das hipóteses explicativas para a volta da legislação das entrâncias como tentativa de controlar a hierarquia e a permanência do professorado nos municípios longínquos. Somamos a isso o indicativo das entrâncias constituírem, desde o seu início, um dos mecanismos usados pelos docentes para se mobilizarem e chegarem às escolas centrais e, evidentemente, atingirem melhores salários<sup>200</sup>.

Houve também uma mudança nos processos seletivos para a mobilidade dos professores entre as entrâncias. Na segunda metade do XIX, para atingirem a promoção da 3ª e mais alta entrância, a seleção era da seguinte forma:

Os professores deveriam concorrer por meio de concurso público e, na ausência deste, por meio de uma lista contendo os nomes dos 10 mais antigos e distintos professores de 2ª entrância, dentre os quais um seria escolhido pelo Presidente da Província. Caberia ao conselho literário de cada localidade a elaboração da lista dos professores concorrentes, por ordem de antiguidade no magistério, para as 2ª e 3ª entrâncias<sup>201</sup>.

A partir da volta da legislação, o processo seletivo mudou. Para irem de 1ª para 2ª e de 2ª para 3ª (como foi o caso da professora Maria Cândida, promovida há menos de um ano para a 3ª), os professores deveriam atingir os seguintes requisitos:

- a) Em virtude dos resultados apresentados na direção de Grupo Escolar, ou na regência de classe ou de escola isolada durante dois anos pelo menos;
- b) Em virtude de haver frequentado, com proveito, os Cursos de Férias, na Capital<sup>202</sup>.

Para alcançarem o cargo mais alto, de 4ª entrância, a seleção era metade via concurso e a outra metade com as vagas distribuídas entre os professores substitutos efetivos:

---

<sup>200</sup> LIMA, *op. cit.*

<sup>201</sup> LIMA, *op. cit.*, p. 136.

<sup>202</sup> PERNAMBUCO. Organização da Educação. Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e imprensa. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

PARAG. ÚNICO – O concurso versará, principalmente, sobre os planos de aula, feitos de momento, logo após o sorteio do ponto.

ART. 35 – O substituto efetivo será nomeado professor de acordo com a aptidão pedagógica, demonstrada no trabalho em classe e na assiduidade e pontualidade ao serviço<sup>203</sup>.

Todas as informações necessárias para atingir o cargo deveriam ser atestadas pelos diretores dos Grupos Escolas aos quais os docentes fizessem parte junto ao parecer do Inspetor de Ensino<sup>204</sup>.

Segundo Dayana Lima, a lei das entrâncias também foi uma tentativa de barrar a relativa facilidade de transferências pelos docentes entre as cidades baseadas na “comum troca de favores e proteção entre o professor e os poderes públicos”<sup>205</sup>, já que, a partir da promulgação da legislação, em 1873, os trabalhadores deveriam estar enquadrados nas condições exigidas para obterem suas promoções.

Ao que parece, nos anos 30, os professores reencontraram certa flexibilidade para conseguirem suas transferências, como o caminho da troca de favores percorrido por Maria Cândida, ao fazer uso do “apadrinhamento”, mesmo o caso não sendo da promoção das entrâncias, mas de transferência de cidade e escola. O pedido da transferência na carta foi na base do favor e, como vimos, não obedeceu quaisquer quesitos legais para ser obtido, baseou-se na relação de trocas recíprocas entre o missivista (provavelmente alguém com influência no meio público) e Agamenon. Dessa forma, o caso nos leva a pensar sobre os desvios burocráticos dentro dessas transferências, no Estado Novo, fossem pela promoção das entrâncias ou da mudança de cidade/escola, e em que medida essa legislação seguiu subjugada às relações clientelistas, como fora no século XIX?

Vale ressaltar que, ao se transferir de Gameleira (a 99 km do Recife) para Jaboatão (27 km da capital), Maria Cândida estaria mais próxima do centro, sendo esse um dos principais objetivos dos professores do XIX ao utilizarem a legislação.

---

<sup>203</sup> PERNAMBUCO. Organização da Educação. Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e imprensa. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

<sup>204</sup> PERNAMBUCO. Organização da Educação. Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e imprensa. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

<sup>205</sup> LIMA, *op. cit.*, p. 131.

Passados quase 70 anos desde seu primeiro decreto, ainda seria essa finalidade dos professores ao recorrer às entrâncias em 1938?

A insatisfação e o pedido da carta foi para além do benefício da mobilidade através das entrâncias, tratava-se se escolher em qual cidade a professora lecionaria. Que poder e autoridade tal funcionária (mesmo sendo intermediada por um “padrinho”) tinha, dentro de um regime autoritário, de escolher onde ensinaria? O poder de decisão, claro, estava nas mãos das autoridades, mas se a solicitação fora feita, ao menos, era sinal de terem em mente que ela poderia ser alcançada.

As instituições particulares de ensino também buscaram a comunicação com Agamenon Magalhães. Enviada em 27 de abril de 1938, a carta representando o “Colégio Joana d’Arc”, localizado no bairro recifense de Boa Viagem, tentou contato por meio da escrita de uma de suas dirigentes e professora, Cacilda Montenegro<sup>206</sup>. De forma simples, ela indagou ao governador se talvez ele viu “alguma vez uma placa estreita e longa, numa pequena casa à beira da estrada que dá para Boa Viagem”. Em favor de uma casa de ensino gerida por uma família e donde vinha seu sustento, a professora desenvolveu seu discurso, dizendo ao governador o quanto ele não poderia “imaginar o que de sacrifício, de heroísmo e de trabalho [ja] vai na alma das moças dirigentes [daquele] deste pequeno estabelecimento de ensino”.

Cacilda fundou a escola em 1932 junto com suas irmãs – também professoras –, as quais, diz, “cheias de esperança com que a mocidade nos enchia o coração” iniciaram o trabalho na instituição. Segundo a trabalhadora, quando foi solicitada ajuda (não especificando o tipo do auxílio) ao antigo interventor Carlos de Lima Cavalcanti, este a negou e cedeu somente um registro comum às demais escolas. Além disso, reclamou da única visita do inspetor escolar durante seis meses quando esse “passa[va] quase diariamente em [sua] nossa porta”.

De acordo com a missivista, o bairro onde a escola funcionava vinha crescendo e, com isso, também aumentava a demanda de matrículas. O número de alunos matriculados tinha subido desde o último ano, sendo 120 em 1937 e 127 até o mês de envio da carta, com a presença diária de 110.

---

<sup>206</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Mesmo sendo particular, o colégio mantinha 20 crianças com matrículas gratuitas, suas séries cortando todo o primário. Entre as modalidades de ensino fornecidas, tinham: costura, música, flores, arte decorativa e desenho. Apesar de todas as “qualidades” e “prestatividade” relatadas pela professora, a escola nunca obteve “auxílio do governo, entretanto [viviam] vivíamos a trabalhar alegres e corajosas, sempre na esperança de melhores dias”.

No dia 1 de dezembro, contou, a mãe da família faleceu, além da chegada de duas escolas (uma pública e uma privada) no bairro, prejudicando o funcionamento da escola:

Depois de tantos anos de trabalho e sacrifício, eis que chega para este bairro um outro Colégio com reclames capazes de abalar as muralhas da Babilônia e mais ainda a notícia da fundação de um Grupo Escolar ali onde foi o velho Lazareto<sup>207</sup>.

Sendo a escola o amparo de sua família, a providência expressa na carta pela professora é indicada pelo pedido de visita de Agamenon ao colégio para ver o esforço dos seus parentes e, se julgasse merecido, prestar ajuda. A professora encerrou a carta solicitando piedade do governador e o auxílio necessário para o ardoroso “sacrifício” feito.

Pelo relato de Cacilda, estava em questão a pedido de proteção à família, pois o sustento de sua casa vinha da escola, esta, por sua vez, fazia seu papel dignamente abarcando alunos pobres, fornecendo um ensino na base do sacrifício de suas professoras. O apoio solicitado à Interventoria deveria atingir dois eixos os quais o próprio regime se propunha a amparar: a família e a educação. Apesar da problemática familiar, ao que parece, ter sido a instalação de duas escolas no bairro, abrindo concorrência. Os argumentos escolhidos pela missivista não foram à toa, ela escolheu com cuidado em quais pontos tocar para tentar destacar sua escola diante da outra e conseguir a ajuda.

---

<sup>207</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Pelos termos escolhidos por essa remetente – heroísmo, coragem, alegria, sacrifício – para caracterizar a profissão docente, notamos uma provável intenção de apresentar o cargo como uma batalha vencida diariamente. Não há como negar a importância desses formadores para a “construção” do cidadão almejado pelo regime, mas essa importância refletia nas suas condições de trabalho? O que significava ser professor/professora no Estado Novo? Bem, se não uma reverberação do real, os discursos nas cartas, ao menos, podem nos trazer alguns presságios de como eram essas condições ou aquelas escolhidas para relatar. Devemos sempre estar atentos para relativizar essas indicações, sobretudo quando temos em mente o quanto de interesse havia por trás da escrita.

Cacilda Montenegro, Maria do Carmo Pugliesi, Irene Pajuaba, Manoel Damasceno e Maria Cândida Ribeiro Campos foram nomes que saíram de uma categoria tão ampla – professores –, transformaram-se em casos, em realidades representadas, contadas, problematizadas! Cada um em sua peculiaridade pôde nos mostrar certas características da profissão docente naquele período.

Algumas demandas foram comuns a mais de um deles, outras foram individuais, mas em todas vimos participação política, reclamações trabalhistas, busca de reconhecimento de suas formações magisteriais e cobrança governamental. Contudo, ao que parece, não havia uma consciência de classe, pois nenhum brigou pela categoria como um todo, eram questões individuais. Não retiramos a possibilidade disso ser uma tática preventiva, pois vivia-se num período de controle de manifestações classistas, mas preferimos limitar nossas interpretações até onde a nossa documentação nos leva. Deixemos a dúvida para outros pesquisadores.

### **3.4 Pais de alunos**

Mas nem só os professores e funcionários da área educacional eram ativos na comunicação com o interventor, encontramos em nosso conjunto um abaixo-assinado enviado no dia 24 de abril de 1938 por pais de alunos do bairro de São

Gonçalo, localizado na cidade de Petrolina, sertão de Pernambuco, a 713 km do Recife<sup>208</sup>.

Segundo a exposição da carta, até 1936, o município possuía três cadeiras escolares estaduais, duas na sede e uma na “Vila de Moraes”, que em 1937 teve sua cadeira, junto a uma da sede, transferida para outros municípios. Diante disso, contam os missivistas:

[...] Não obstante as imediatas e insistentes representações telegráficas, escritas e pessoais que se fez ao então governador do Estado no sentido de ser reconsiderado aquele ato de inominável injustiça, dada a penúria em que ficou a população escolar, não se obteve senão promessas que, infelizmente, não se realizaram<sup>209</sup>.

Segundo dizem, o número de estudantes aumentou, quando no senso de 1929 foi quantificado, “no 1º distrito a 900 e tantas crianças, e no 2º a 500 e tantas”. Naquele ano atingiria 2000. Frente ao crescimento e “na emergência de ver os filhos ficarem analfabetos”, os pais, mesmo com “minguados recursos”, contrataram o “Sr. Bonifácio Costa”, da capital baiana, a 512 km de Petrolina, como professor de um externato criado na cidade e denominado de “Instituto Educativo de S. Gonçalo”. De acordo com a carta, as despesas com o prédio e sua mobília ultrapassaram a receita, “não compensando, portanto, os esforços do diretor e lentes”. Sob os esforços dos pais, sabendo das “boas intenções do governo de V. Excia. em prol do nosso glorioso Estado e do bem-estar do povo”, os missivistas fizeram seu pedido para o auxílio do externato construído na cidade para manter e expandir a instrução “que tanto carece o mais longínquo município do Estado”, descrito como abandonado pelo poder público.

Um ponto interessante foi o fato do pedido ter sido feito explicitamente como uma concessão, mas, implicitamente, como uma cobrança do retorno pelas contribuições que Petrolina fez aos cofres de Pernambuco ao dizerem que o auxílio era “apenas uma parte” do subsídio, sendo o total arrecadado, em 1937, de

---

<sup>208</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>209</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

109:986\$400 (cento e nove milhões novecentos e oitenta e seis mil e quatrocentos réis). A escrita deveria manter certo equilíbrio entre o pedido e a cobrança, pois o interesse era de quem se dirigia ao poder público através das correspondências. Na esperança do apelo funcionar, os pais, demonstrando autonomia sobre o assunto e sobre as decisões da escola, afirmaram o compromisso do externato em “admitir dez alunos pobres grátis”.

Por fim, há a assinatura de seis pais, dois homens (Joaquim José Modesto e Decio Rodrigues da Silva) e quatro mulheres (Hermelina Mendes Paixão, Antonia Ramos Muniz, Antonia Gentil de Santana e Maria Romão).

### 3.5 Demandas “exclusivas”

Em nosso fundo documental sobre a educação, algumas cartas trazem casos “exclusivos”, digamos, desagregados em relação às categorias que formamos nesse trabalho. Contudo, não descartamos a possibilidade de terem existido cartas com outros dilemas parecidos, eles só não foram encontrados até o momento.

Por carta, o Delegado de Ensino e Secretário da Prefeitura de São Caetano, Joaquim Ribeiro da Rocha, no mês de janeiro (pela referência no documento de recebimento pelo gabinete)<sup>210</sup>, comunicou-se com o interventor para tratar de seu caso, trazendo uma cópia da petição encaminhada por ele à Secretaria do Governo. Funcionário há mais de 14 anos, o trabalhador expôs sua queixa:

O suplicante foi exonerado das primeiras funções acima referidas em 11 de dezembro último, sem causa justificada; na primeira audiência pública desse Governo, teve a honra de comunicar-se com V. Excia., pedindo uma reparação para o ato precitado<sup>211</sup>.

Explicando ter servido “na administração de cinco prefeitos”, estando pela segunda vez ocupando cargo na cidade de São Caetano, “não só o cargo de Secretário, como também o de Escriturário, Tesoureiro (sem fiança), voltando, por

---

<sup>210</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>211</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

fim, ao cargo que acaba de ser dispensado”, Joaquim não só falou dos cargos, como indicou ao interventor os números dos ofícios expedidos que apresentavam os encargos assumidos por ele, aos quais culpava pelo “esgotamento de sua saúde precisando licenciar-se em princípio de Janeiro do ano findo, por ato do Sr. Prefeito, com metade dos vencimentos de sem ônus para os cofres municipais”.

Mesmo com a licença, o trabalhador afirmou ter exercido outras funções, como “a Gerência da 'Cooperativa Agropecuária de São Caetano', organizando toda a escrituração, o que fez a contento de todos, passando a aludido cargo ao seu substituto legal”. Além desses cargos prestou serviços à empresa internacional “Great Western” por seis anos, “donde se retirou por motivo de moléstia, indo fixar residência no Município de S. Caetano”, à 'Usina de São Caetano, pertencente à Companhia Industrial de Algodão e Óleos”, por doze anos, como escriturário e professor da “Escola de Operários e Encarregado da Estação Climatologia Gratuita”, deixando a função “em face das dificuldades financeiras da mencionada Companhia” e aceitando o convite para o cargo na prefeitura de São Caetano no ano de 1930.

Alegando ter a documentação necessária para comprovar sua fala, afirmou esperar de Agamenon:

Fazendo-lhe justiça e ainda agindo bondosamente, dada a sua situação econômica ser a mais vexatória possível, [...], o seu aproveitamento num dos cargos municipais, ou a sua aposentadoria, na forma da Lei<sup>212</sup>.

Subscrevendo-se, o trabalhador encerra a missiva afirmando sua confiança “na justeza dos elevados sentimentos de grandeza de coração” do governador, e diz aguardar seu despacho favorável, visto a difícil situação financeira na qual se encontrava.

O ato do interventor, caso o atendesse, fora colocado não só como “benevolente”, mas também “na forma da Lei”. O que Joaquim fez na carta foi relatar seu merecimento, não somente por doação bondosa, mas por tempo e encargos de serviço, inclusive, indicando possuir uma documentação comprobatória. Portanto,

---

<sup>212</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

não agiu passivamente, sua carta foi um meio para agilizar esse processo junto ao interventor.

Outro caso foi o apresentado na carta enviada em dezembro de 1937, do Recife, pelo Secretário do Ginásio Pernambucano desde 1933, Manuel de Almeida Grothe Leão<sup>213</sup> esclarecendo seu problema em relação ao cargo que ocupava como Diretor da Escola Técnica Profissional Masculina, para o qual fora indicado. Inicialmente, Manuel afirmou ao interventor que sua indicação ao cargo “não obedeceu nenhum imperativo de ordem subalterna”, conforme diziam menções feitas em processos antigos, na época do governador Carlos de Lima, dizendo que seu parentesco com o “Dr. Nelson Coutinho” e sua conseqüente indicação foram uma “compensação pelo fato do Dr. Nelson Coutinho não ter acusado o Dr. Lima Cavalcanti”, mesmo não expressando o motivo dessa suposta acusação.

Apresentando os feitos de sua gestão enquanto Secretário do Ginásio e construindo sua base argumentativa como um funcionário empenhado e comprometido, destacou o alcance daquilo que fez:

[...] Àquele departamento imprimi uma orientação de trabalho moderno e eficiente, introduzindo melhoramento e inovação, de maneira a torná-lo padrão. Entre outras providências, destaco com satisfação o sistema de fichas para alunos cujos modelos foram levados para o Colégio Pedro II e para o Instituto de Educação, respectivamente, pelo Dr. Antenor Nascentes e Anísio Teixeira e hoje estão oficialmente adotados naqueles importantes estabelecimentos [...]<sup>214</sup>.

A antiga diretora da escola foi retirada do cargo, segundo o mesmo, “em virtude dos acontecimentos de novembro de 1935”, sucedida pelo “Dr. Rodolfo Fucho”, o qual não desejou permanecer na instituição por atividades seculares, mas teve sua demissão negada por não haver ninguém para assumir o cargo. Indicado pelo próprio Fucho para o substituí-lo, alegando conhecer sua “atuação no Ginásio e [o] me considerava perfeitamente capaz para desempenhar o cargo”. O ato de sua

---

<sup>213</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>214</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

nomeação foi lavrado e apresentado ao antigo governador, não havendo nenhuma objeção.

O missivista contou sua tentativa de solicitar demissão da Escola feita ao Secretário do Interior, Luiz Delgado, segundo ele, com quem não mantinha “boas relações” e o mesmo tinha negado o pedido. Mesmo assim, sua previsão era de demissão justamente por conta das “constantes desinteligências” ocorridas entre ambos e as dificuldades criadas pelo Delegado, no “andamento dos nossos papéis”. Manuel, na tentativa de argumentar em seu favor, falou do quanto já tinha reclamado à Secretaria do Interior sobre a construção de oficinas para a escola onde trabalha, quando “[...] foi aberto pela Câmara Legislativa e sancionado pelo Executivo um crédito de trezentos e cinquenta contos, dos quais nenhum vintém foi empregado na sua finalidade e, sim, desviados para outros serviços” por culpa do Delgado, que usava na “administração pública as suas preferências ou inimizades pessoais”. Sua defesa foi construída também na denúncia/reclamação de um terceiro, tática extremamente usada pela população que enviava cartas.

Em determinado momento da correspondência, Manuel aproveitou para apresentar suas concepções sobre o ensino profissional e, precisamente, para defender o que estava fazendo frente a Diretoria da Escola. No seu entender:

Em matéria de ensino profissional, assunto de tão relevante importância, Pernambuco está bem atrasado. Apenas encontrei a lei criando-o e regulando-o, porém, de uma maneira vaga e concomitantemente para todas as escolas, masculina, feminina e doméstica, sem precisar qual o regime escolar, programas, divisão do curso, sistemas de promoções e exames etc. Todas essas providências que no ensino primário, secundário e superior são codificados e obedecem a um regulamento definitivo e uniforme, entre nós, têm sido feitos mediante portarias dos diretores das escolas, variando ao saber de casa um deles e, em rigor geral, sem atender a eficiência do ensino, às necessidades do aprendizado e a uma norma de continuidade. É este o trabalho que atualmente estou fazendo e que terei pronto dentro de dois meses a fim de ser devidamente submetido aos poderes competentes<sup>215</sup>.

---

<sup>215</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

A tática do trabalhador e o objetivo de sua carta aparecem ao final da correspondência, quando o diretor, após falar de tanta dedicação, depositou nas mãos do interventor os caminhos de sua vida profissional, evidentemente, esperando um reconhecimento pelos feitos.

Embora ponha desde já o cargo que exerço à disposição de V. Excia., se não fosse demais, solicitaria que a minha substituição só se efetuasse depois do prazo acima. Tal medida traria à Escola a vantagem de ter, depois de oito anos de vida, o seu primeiro regulamento e a mim a satisfação de ter concorrido com o meu esforço pessoal para uma tarefa tão significativa.

Por outro lado se V. Excia., depois de examinar a obra que venho realizando na Profissional, resolver confirmar de maneira definitiva, a minha permanência à sua frente, não terei a menor dúvida em solicitar a minha demissão do cargo de secretário do Ginásio Pernambucano, do qual me encontro afastado em virtude da comissão que ora exerço<sup>216</sup>.

Como anexo, Manuel apresentou cópia de uma carta enviada ao mencionado Luiz Delgado. Ao iniciar a correspondência, o Diretor apresentou sua posição e o tom de suas relações com o então Secretário, observando o quanto era “desagradável para um chefe [...] ter a frente das repartições que lhe são subordinadas um funcionário que não lhe inspira confiança ou que não lhe seja precisamente a pessoa indicada para o desempenho de determinada função”.

Na carta, suas queixas foram referentes a mudança da localização da escola, saída da Rua da Concórdia (centro do Recife) para o bairro da Encruzilhada (local mais afastado do centro), a qual considerou ser semelhante a “uma demolição”; reclamando das suas instalações irregulares, da conseqüente queda de 60% das matrículas e do fato de muitos equipamentos para as aulas não terem sido montados. Solicitou a construção de novas oficinas, segundo ele, já discutidas pelos seus antecessores e pediu a colaboração da Secretaria do Interior junto à diretoria da Escola Profissional. Ao final da carta, o Diretor da Escola solicitou ao Secretário sua exoneração do cargo (mesmo sendo “da alçada do governador”, como diz), afirmando a precariedade de suas relações.

---

<sup>216</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

Manuel, certamente, não queria sua demissão do cargo de Diretor e, provavelmente, só requereu ao Secretário por saber da sua impossibilidade em fazê-lo, pois, como ele mesmo falou, era algo a cargo do interventor. Sua finalidade era atingir a quem não havia atendido seus pedidos para a Escola: o Secretário Luiz Delgado. Não foi à toa sua apresentação de seus feitos na Secretaria do Ginásio Pernambucano, as suas concepções sobre o ensino profissional e a referência à regulamentação na qual estava trabalhando para a Escola Profissional, apresentando-se como funcionário dedicado e, mais ainda, como intelectual entendido do assunto. Agamenon deveria dar credibilidade ao Secretário que, de acordo com Manuel, precarizou o desenvolvimento estrutural de um estabelecimento de ensino de grande importância para os objetivos do regime ou alçar à efetivação do cargo o trabalhador que se demonstra dedicado com a instituição? Parece que o nosso missivista enviou essa carta já prevendo uma resposta positiva para si.

## CAPÍTULO IV

### NEM SÓ DE TRABALHO VIVE O HOMEM E A MULHER

Eu trabalhei como um louco/ Até fiz calo na mão/ O meu patrão ficou rico/ E eu, pobre sem tostão/ Foi por isso que agora/ Eu mudei de opinião  
Trabalhar, eu não, eu não!/ Trabalhar, eu não, eu não!<sup>217</sup>

Inspirando-se no trecho da marchinha de carnaval “Trabalhar, eu não!”, escrita por Aníbal Alves de Almeida (Almeidinha) e interpretada por Joel de Almeida e a Grande Escola de Samba, em 1946, representando o extravasamento do trabalhador ao notar a injustiça da relação assalariada, na qual o patrão enriquece e ele não, apresentaremos uma última missiva, para lembrarmos que nem todas as correspondências de trabalhadores trataram de assuntos de trabalho. A curiosa carta enviada no dia 3 de fevereiro de 1938, assinada por 16 funcionários públicos de Pernambuco à Agamenon Magalhães<sup>218</sup> solicitou um adiantamento da data de pagamento do salário para curtirem “os dias de alegria” do período carnavalesco junto aos seus filhos. A carta apresenta uma ousadia bastante peculiar até mesmo para o conjunto documental e, quem sabe, para as cartas circuladas nesse período no país. Uma correspondência que mostra uma das marcas de alteridade do nosso trabalho e, por esse motivo, decidimos analisá-la num capítulo à parte.

Apresentemos a carta na íntegra:

Exmo. Sr. Dr. Interventor Federal neste Estado

Os funcionários públicos do Estado, representados por nós abaixo assinado, solicitam a V. Excia. que seja autorizado o referente pagamento ao corrente mês (fevereiro) antes do Carnaval e independente dos descontos de consignações, pois o funcionalismo como sabe V. Excia. vive uma situação precária, e nesses dias de alegria como o natal, o Carnaval, querem se esquecer um pouco das aperturas da vida, e se divertirem um pouco, levando aos seus

<sup>217</sup> Trecho da letra “Trabalhar, eu não!”, de autoria de Aníbal Alves de Almeida (Almeidinha), 1946.

<sup>218</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

queridos filhinhos uma fantasia, o funcionalismo tem já a certeza de que V. Excia. atenderá ao apelo, e que até ao sábado do carnaval, todo o funcionalismo tenham já recebido seus vencimentos.

O funcionalismo público ao Estado apresentam a V. Excia os seus protestos de alta e estima consideração.

Recife, 3 de fevereiro de 1938.

Antonio [ilegível] da Silva  
 [ilegível] Pereira  
 Auria Ferreira da Rocha  
 João Gomes da Silva  
 Pedro [ilegível] de Araújo  
 Francisco [ilegível] da Costa Filho  
 [ilegível]  
 Adalberto Correia  
 Cassimiro Arruda  
 Gaspar Ferreira  
 [ilegível] Fernandes  
 Mario Braga  
 Justino Cunha  
 [ilegível]  
 [ilegível]  
 Luiz Gusmão<sup>219</sup>

Às vistas da Interventoria, as comemorações do calendário público tinham um grande significado para a efetivação de seu ideário propagandista. A tese defendida em 2005 por José Maria Gomes de Souza Neto, sob o engenhoso título de *“Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo em Pernambuco”*<sup>220</sup>, investigou as estratégias de propaganda traçadas pelo regime acerca do emprego do entretenimento como elemento de convencimento popular. Trata-se de uma análise sobre o que circundava a construção, divulgação e os discursos posteriores à realização das festas e eventos criados e ressignificados pela nova ideologia.

Ao trabalhar com o jornal *Folha da Manhã* – fazendo questão de enfatizar que o jornal veiculava propagandas como se fossem “realidades” –, o autor nos mostrou como aquele veículo foi o coração do *corpus* propagandístico da Interventoria

<sup>219</sup> PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador. Documentação avulsa.

<sup>220</sup> SOUZA NETO, José Maria Gomes. **Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano**. 2005. 286 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

pernambucana. Demonstrou como a veiculação das festas e eventos produzidos pelo governo agregaram popularidade ao regime e buscou entender também a construção e manutenção da imagem pública dos principais políticos da época no lugar da imaginação popular.

As campanhas de persuasão empreitadas, conquistadoras em potencial de mentes e corações pernambucanos, formavam o setor aparente, perceptível desse regime político. Era sua face de ouro, brilhante como o sol do meio-dia e tão impressionante quanto; como toda boa propaganda política, uma de suas funções primárias era exatamente esconder falhas e dissensões intestinas, mostrar-se unívoca e segura para a população que procura converter<sup>221</sup>.

Tudo pedia reconhecimento. A promoção e a divulgação das festas estavam intimamente ligadas à construção da imagem dos líderes, os quais necessitavam de aparições grandiosas para demonstrar a onipotência do Estado Novo. Além desse ponto, serviam para impressionar e convencer um dos mais importantes elementos da vida política no século passado: a opinião pública. O sentido da espetacularização dos eventos ligou-se ao intuito de educar das massas por outras vias além da educação escolar – cinema, teatro, diversão, esportes. Objetivaram torná-las coesas com os objetivos do Estado, receptivas com o modelo de sociedade cultivado pelas autoridades do regime e divulgada por meio dos eventos.

Segundo Souza Neto, apesar da propaganda oficial veicular que as comemorações festivas aconteciam espontaneamente de acordo com ações das massas, todas não passavam de “confeções de uma linha de montagem imaterial”. Além de serem controladas e patrocinadas pelo governo, as comemorações contavam com uma rede de instituições que eram responsabilizadas pela convocação e mobilização da população para participar das festas.

A pesquisa de Souza Neto direcionou nosso olhar para a compreensão de como a Interventoria pernambucana, dirigida por Agamenon Magalhães, construiu uma série de atividades e mecanismos para a persuasão da população, criando novas tradições na tentativa de convencer e “seduzir” quem participava de seus eventos. As festividades promovidas pelo governo foram momentos de reafirmação

---

<sup>221</sup> SOUZA NETO, *op. cit.*, p. 11.

dos princípios estimados pelo regime, que não desperdiçou nenhuma oportunidade e nenhuma data para mostrar a sua grandiosidade.

Mas, e o carnaval? Qual era o significado dessa festividade, ainda nos dias atuais, caracterizada como uma das maiores representações culturais do estado de Pernambuco e mesmo do país? Além das festas promovidas pelo regime para sua reafirmação, houve também a tentativa de controle das festas tradicionais da cultura popular, como o carnaval.

Lucas Victor Silva, em sua tese “*O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*”<sup>222</sup>, fazendo uso da literatura, música e imprensa da época, discutiu as formas usadas pela elite intelectual na produção discursiva do carnaval recifense, buscando compreender como a imagem carnavalesca foi cristalizada “enquanto tempo e espaço de manifestação da identidade nacional e regional”<sup>223</sup>.

Segundo o autor, as práticas culturais e suas tradições também estiveram dentro das preocupações de controle social do regime varguista. Nessa perspectiva, o carnaval ganhou um delineamento estratégico. A consequência disso, no estado, foi a criação da Federação Carnavalesca Pernambucana, em 1935, cujo objetivo foi o controle e a disciplinarização das atividades carnavalescas realizadas por organizações populares. Esta federação constituiu-se como uma das instituições aliadas às autoridades políticas e policiais no manejo das classes populares no carnaval, “momento oportuno para o controle das reivindicações políticas”<sup>224</sup>.

Entre as funções da Federação, estavam: o controle das licenças para os desfiles, o registro dos estatutos e dos nomes dos responsáveis pelas diretorias das agremiações, o controle dos temas das fantasias e das formas de arrecadação financeira para o custeio dos grupos<sup>225</sup>. Além disso, estavam entre suas preocupações a transmissão ao público dos sentidos, imagens, da história e dos ritmos da festa, destacando, entre outros, o papel do Estado, dos intelectuais e das

---

<sup>222</sup> SILVA, Lucas Victor. **O carnaval a cadência dos sentidos: uma História sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940**. 2009. 386 f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História. Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

<sup>223</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 36.

<sup>224</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 284.

<sup>225</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 357.

indústrias coordenando o evento e relacionando sua produção ao progresso do regime. Portanto, a Federação também foi criada para instruir educativamente as massas, articulando-as no consumo e aceitação dos discursos nacionalista e trabalhista.

Vivendo aquele momento, os funcionários aproveitaram a oportunidade para solicitar o pagamento de seus salários com antecedência, justificando sua participação num evento promovido pelo próprio governo e, de acordo com as pesquisas da área, tão importante quanto outras datas do calendário comemorativo.

Revertendo e usando o discurso oficial, os 16 funcionários públicos tomaram uma iniciativa que nos leva a refletir sobre o “corajoso” modo de justificar o pedido, uma afoiteza, no mínimo, estranha para um período autoritário, para uma ditadura.

Na “terra do carnaval” e na época de invenção do trabalhismo, trabalhadores pernambucanos escreveram ao governador aproveitando brilho do período para reivindicar sua participação nas festas populares, justificadas como “escape” para a precariedade que diziam sofrer em suas funções. A condição material para participar daquele momento, com suas famílias, foi usada como consequência daquilo que o próprio regime, na sua ânsia de controle, provocou.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu a partir da localização das cartas enviadas por populares ao interventor pernambucano Agamenon Magalhães, entre os anos de 1937 e 1939. Diante desse conjunto, dedicamos nosso estudo a evidenciar o uso das cartas como meio de diálogo e participação das pessoas vinculadas às práticas formais de educação dentro de um regime ditatorial que elegeu o sistema educacional como um de seus eixos para a construção de cidadãos confluentes com sua ideologia. Como os dois campos – do trabalho e da educação – tão discutidos, propagados e priorizados nos programas políticos do Estado Novo foram representados e cobrados pela escrita dos sujeitos que os viveram? Sabendo das práticas que envolviam as relações de reciprocidade, quais táticas foram percorridas por esses indivíduos em suas escritas para terem seus dilemas lidos e, quem sabe, resolvidos?

No segundo capítulo, inicialmente, apresentamos as pesquisas realizadas no país que fizeram o uso de cartas de pessoas comuns enviadas aos governantes do período estadonovista. Junto aos trabalhos, nossa pesquisa encontra-se como a terceira no país em relação a análise das correspondências enviadas aos interventores e a única no estado de Pernambuco a privilegiar as relações entre Agamenon Magalhães e os trabalhadores através dessa documentação.

A partir de um levantamento estatístico, vimos que a maioria das cartas (60,2%) foram enviadas para tratarem de assuntos de trabalho. Entre as correspondências, notamos que nem sempre Agamenon Magalhães era o destinatário, mas também o seu Secretário Arnóbio Tenório. Esse ponto nos fez pensar a respeito do espaço da carta mais como um meio oportuno para quem escrevia alcançar seus objetivos, do que um espaço somente para estabelecer elos fraternos ou para expressarem seus elogios ao novo governante. A figura do receptor foi decisiva na escolha argumentativa e das formalidades usadas.

Uma outra observação foi a respeito do conjunto documental cortar somente os anos iniciais do regime (1937, 1938 e 1939) e essa característica ser determinante para algumas escolhas táticas dos trabalhadores. Houve um aproveitamento do

momento de transição do governo para escolherem contar os fatos, supostamente, desconhecidos pelo novo gestor, e para aproveitarem a reorganização dos quadros de funcionários e pleitearem uma oportunidade de se inserir.

Dentre essas correspondências, elegemos algumas missivas representativas de um conjunto de cartas, ou que se destacavam por suas peculiaridades diante das demais. Nessa perspectiva, apresentamos algumas cartas as quais os trabalhadores fizeram a mesma escolha tática para fins diferentes: estimular a rivalidade entre Agamenon Magalhães e o ex-interventor Carlos de Lima Cavalcanti.

Para terem seus objetivos alcançados, as correspondências não poderiam ser escritas de qualquer forma. Um discurso bem arrumado era quase obrigatório para demonstrar o compromisso de seus remetentes com os princípios do Estado Novo. Mas nem todas foram assim. Nesse sentido, apresentamos a carta do operário Egydio José de Moura, que apresentou inúmeras dificuldades na escrita. A grande maioria das cartas trazem uma escrita cheia de elogios, sinal de que seus remetentes sabiam os meios burocráticos formais por onde chegar à sua conquista, contudo, esse caso nos fez considerar a participação também da população mais pobre na prática de enviar cartas, de seu esforço para estabelecer uma comunicação e, mais, em se apresentar como um trabalhador, um profissional, solicitante de um meio digno para se sustentar.

Além dos que escolhiam percorrer o caminho da súplica e da reverência, houve também quem deixou isso de lado e abriu diálogo com Agamenon Magalhães baseado na lei. A recorrência dos termos “justiça” e “direitos” nos fez refletir a respeito do cumprimento dessas prerrogativas, pois a utilização dessas palavras podem ser encontradas em quase todas as missivas. Provavelmente, era um sinal de não estarem sendo cumpridas. Através dos documentos, notamos que, naquele contexto, a luta dos trabalhadores extrapolava o objetivo da criação de leis, ela ia em direção ao cumprimento e fiscalização de seus direitos.

Do total das cartas, 12,2% tiveram como assunto principal o mundo da educação. A partir disso, criamos categorias definidas a partir dos assuntos ou do lugar social em comum de quem escreveu. Na primeira delas, analisamos as cartas enviadas por funcionários da escola Ginásio Pernambucano e do Ginásio de Vitória,

verificando as perspectivas do ensino secundário, os interesses da descentralização deste e a organização administrativa desses centros de ensino a partir da ótica de seus funcionários.

Sobre o G.P., vimos que as queixas salariais foram comuns aos bedéis, João Ferreira Monte Silva e Antônio Pereira de Lima, e a disparidade entre os salários dos funcionários remetentes. Além disso, as escolhas discursivas distintas pelos funcionários de uma mesma escola e com o mesmo cargo, ao passo que um relatou as dificuldades passadas pela família pelo baixo salário, questionando o governador a respeito do valor recebido, o outro buscou evidenciar a dureza e a enorme contribuição de seu trabalho de conservação para o crescimento da instituição escolar, e, conseqüentemente, para o patrimônio do estado. O caso dos bedéis e de alguns outros missivistas, nos mostraram que o pertencimento a uma categoria profissional não equivalia a uma igualdade salarial

Sobre a administração da escola, a partir da carta do amanuense recentemente demitido, Braulio Tavares, identificamos um relato de denúncia a respeito da má administração da gestão escolar, feita pelo funcionário para se defender de uma acusação de roubo. O caminho da denúncia foi comum entre os trabalhadores que queriam se defender de possíveis acusações, ou quando queriam tirar proveito de algum mecanismo de regulação oficial (como a legislação e as políticas administrativas) para resolverem problemas pessoais. Esse foi o posicionamento escolhido pelo amanuense. Ao direcionar suas reclamações para a figura do diretor, demonstrando a inconstância, desobediência e indisciplina da instituição, o caso nos fez refletir a respeito da subversão do discurso oficial de ordem e disciplina, feita pelo trabalhador para se livrar das penalidades do roubo cometido.

Ao descrever a situação transgressora da gestão do G.P., colocamos sob questionamento a construção da imagem da instituição ao longo dos tempos como uma escola modelo no quesito rigidez e pela excelência de seu funcionamento regimental. Enfatizamos a necessidade de relativizar essa afirmativa.

Sobre a instituição escolar do Ginásio de Vitória, a partir do pedido de inspeção preliminar (fiscalização realizada pelo Ministério da Educação e Saúde

Pública para conceder a oficialização do ensino secundário nas escolas do país) e do intuito de regulamentação da escola pela carta de seu diretor, José de Aragão Bezerra Cavalcanti, vimos o interesse sobre a descentralização do ensino secundário para uma cidade distante da capital, trazendo o questionamento a respeito do mantimento dos poderes das oligarquias regionais ainda nesse período, muito caracterizado por suas políticas centralizadoras.

Falando sobre a inspeção preliminar, sendo esta nossa segunda categoria, apresentamos dois casos de trabalhadores que se valeram do princípio de reciprocidade, da denominada “ideologia da outorga”, defendida por Angela de Castro Gomes<sup>226</sup>, para manter relações com o interventor. Os missivistas recorriam ao governador com o objetivo de obter o auxílio dele junto ao responsável por determinar as inspeções preliminares no país, o Ministro Gustavo Capanema. Para alcançar o pretendiam, argumentavam para Agamenon as consequências que a falta das escolas poderiam gerar à sua própria gestão, assim, estabeleciam o princípio da troca: eles se responsabilizavam por dar amparo educacional ao povo, enquanto o interventor intercediam para regularizar as escolas.

A profissão docente, a terceira categoria, trouxemos o caso do professor Manoel Damasceno Lima para discutir sobre a afirmativa de que esses profissionais foram meros reprodutores dos Programas oficiais, e agiam como instrumento para exemplificar e estimular a cidadania e o patriotismo dos alunos. Através da pesquisa de Aline Ramos<sup>227</sup>, vimos o quanto esses Programas eram importantes na inculcação dos princípios do regime, e o docente em questão foi descrito como infrator desses princípios, esse quesito pode ser um indicativo dessa desobediência ser algo comum no período, pois, mesmo sendo acusado da violação, ele não se intimidou em dialogar com o interventor sobre seu caso.

Em represália às indisciplinas, o professor Manoel fora transferido do centro da cidade pelo prefeito, o mesmo aconteceu com a professora Maria do Carmo Pugliesi. No entanto, esta professora não só reclamou de seu afastamento, mas da diminuição de seu salário ordenada pelo prefeito, fazendo-a receber menos, inclusive, do que outras professoras. Assim como Maria do Carmo, outro caso que

---

<sup>226</sup> GOMES, *op. cit.*

<sup>227</sup> RAMOS, *op. cit.*

evidenciou as dificuldades salariais enfrentadas pelos docentes foi a professora Irene de Mélo Pajuaba. A professora mostrou a situação de pobreza na qual lecionava, denominando o próprio salário de “esmola”, quando este era pago pelos comerciantes da localidade na qual trabalhava. Novamente, assim como os bedéis do G. P., pertencer a uma determinada profissão não significava igualdade de salários, ou esses poderiam ser definidos de acordo com a relação que os trabalhadores mantinham com quem detinha o poder para decretar tais atos.

Além de serem ouvidos pelos poderes públicos ao caracterizarem os chefes municipais como inimigos internos do governo, os professores Manoel Damasceno e Maria do Carmo foram vítimas da política de afastamento por indisciplina, política essa indicada por Maria das Graças Almeida<sup>228</sup> em sua tese. Frente aos casos, notamos que havia o conhecimento dos meios repressivos, dos atos disciplinares, dos afastamentos, demissões, etc. Mas isso não significou resignação por parte dos funcionários, pois eles procuraram formas de reclamar. Não somente buscaram meios, mas burocracias legais pra isso. Agora não era somente bradar a luta pela palavra ou pelo diálogo, esta era somente mais um componente da briga, a procura por direitos era judicial, extrapolava a impessoalidade em direção à oficialidade dos fatos.

A partir do caso da professora Maria Candida Ribeiro Campos, verificamos também a existência ainda nesse período da legislação das entrâncias como mecanismo regulador da atividade docente. A partir do trabalho de Dayana Lima<sup>229</sup>, entendemos o surgimento das entrâncias, em 1873, e a utilização delas na mobilidade docente entre as cidades do estado. Com a abolição da legislação em 1891, encontramos no texto da Reforma Carneiro Leão uma menção às leis em funcionamento em anos anteriores à 1929, além da criação de uma nova entrância, algo que reconfigurou o quadro inaugurado no século XIX.

Para subir de cargo, a docente recorreu à intercessão de um “parente”, aparentemente, alguém com influência política para escrever a carta com o pedido. Nesse sentido, passados mais de meio século desde a criação da legislação, observamos que seu funcionamento ainda estava subjugado à relações de

---

<sup>228</sup> ALMEIDA, *op. cit.*

<sup>229</sup> LIMA, *op. cit.*

apadrinhamentos, sendo a quebra das relações clientelistas nas promoções dos professores um de seus principais objetivos. Pelo visto, ele ainda não tinha sido alcançado.

Através do relato da professora Cacilda Montenegro, nos deparamos com uma caracterização da profissão docente definida enquanto heroísmo, ato de bravura e com os professores vencendo batalhas diárias para o sustento familiar. Sua descrição, como vimos, tinha a intenção de obter ajuda do governo para a escola da sua família, já que essa estava ameaçada pela concorrência de dois outros centros de ensino. Contudo, esse fator não anula a possibilidade dessas dificuldades serem uma realidade no cotidiano dos docentes. Acreditamos que o enfoque, o exagero comum nas cartas era mais uma ferramenta para se destacar em meio a tantas correspondências, do que uma fala mentirosa, construída sem nenhum fundo de experiência. A manipulação das palavras não significava enganação, mas escolha estratégica.

Como já afirmamos durante toda a pesquisa, as cartas não são retratos do real, mas mostram, sutilmente, um cenário da vida trabalhadora nesse período. Evidentemente, as descrições devem ser relativizadas sempre, pois interesses pessoais estavam em jogo.

Sabendo da importância dos trabalhadores para o próprio regime tentar “construir” os cidadãos “ideais”, por meio das cartas dos professores, questionamos se essa importância era refletida em suas condições de trabalho e de salário? Algumas demandas foram apresentadas por mais de um professor, outras eram peculiares, mas nessa categoria vimos reclamações trabalhistas, a busca pelo reconhecimento magisterial e a cobrança do compromisso governamental em lhes auxiliar. Embora tenha existido essa briga com o poder público e a participação dos professores em cobrar isso, não vimos reclamações pela profissão como um todo. Pelas cartas, não identificamos uma espécie de “consciência de classe” ou de unidade da categoria, pois as demandas eram individuais. Contudo, não descartamos a possibilidade da ênfase nesta ausência ter sido uma escolha dos missivistas. Lembremos que vivia-se num estado de controle das manifestações de

representações políticas coletivas e as cartas eram apresentadas como um veículo de aproximação entre o governo e o povo.

Além dos professores e funcionários, a participação dos pais também foi ativa dentro do setor educacional. Mostramos isso através do abaixo-assinado enviado pelos pais de alunos, quando escreveram ao interventor para solicitar auxílio para a escola da cidade de Petrolina, demonstrando a autonomia que tinham sobre o centro de ensino e o tom de cobrança, quando diziam a ajuda ser somente um reflexo do que a própria cidade produzia aos cofres públicos.

Algumas cartas trouxeram demandas exclusivas se comparadas às demais cartas das categorias criadas sobre educação formal. Com elas aprendemos que o acesso ao interventor por carta poderia significar um avanço em seus processos, como foi o caso do Delegado de ensino Joaquim Ribeiro da Rocha, que solicitou uma colocação num cargo municipal ou sua aposentadoria após ter sido demitido, segundo suas palavras, injustamente. Esse trabalhador não só pediu por piedade ou apelou à “benevolência” do governador, mas relatou seu merecimento legal da solicitação.

Outro foi o caso do diretor da Escola Profissional Masculina, Manuel de Almeida Grothe Leão, que enviou sua correspondência esclarecendo sua situação profissional na ocupação de dois cargos, dos quais ele fez questão de exaltar seus feitos e o reflexo positivo deles. Tudo com a intenção de se proteger de possíveis acusações do Secretário do Interior, descrito como rival e o acusando das relações clientelistas que este mantinha ao exercer o cargo. Dessa forma, enviar uma carta ao interventor também era um meio de prevenir possíveis perseguições.

No último capítulo, apresentamos o abaixo-assinado enviado por 16 funcionários públicos requerendo um pagamento antecipado dos seus salários para participarem da festividade do carnaval. Pelas pesquisas de José Maria Souza Neto<sup>230</sup> e Lucas Silva<sup>231</sup> vimos a importância para o regime do calendário festivo, e isso não só incluía datas como o sete de setembro, o dia do trabalhador ou os aniversários dos governantes, mas também as datas pertencentes às manifestações da cultura popular. Todas eram importantes dentro da perspectiva de controle social

---

<sup>230</sup> SOUZA NETO, *op. cit.*

<sup>231</sup> SILVA, *op. cit.*

e enquanto mecanismo propagandístico do regime, não sendo garantido, evidentemente, o consumo de tal discurso. O estímulo à participação nos eventos fora algo feito pelo regime e, nesse caso, aproveitado pelos trabalhadores em forma de subversão discursiva, quando ousaram reivindicar as suas participações na festa brincante.

As cartas dos trabalhadores, por serem representações de experiências vividas, colocam em nossas mentes algumas respostas, mas também muitos questionamentos. Acredito ser esse o gozo da pesquisa historiográfica: é sempre a dúvida o que nos move. Nosso trunfo foi o encontro desse fundo documental tão rico em Pernambuco, e é do nosso desejo apresentar esse trabalho, humildemente, como uma das portas de entrada e com indicativos sobre o funcionamento e as vivências daqueles envolvidos nas práticas educativas formais e em tantos outros cotidianos. Deixamos nossas considerações em aberto aos pesquisadores interessados. O historiador não pode crer num fim ou em uma verdade inquestionável para nada, muito menos para sua pesquisa, mas sempre em [re]começos.

## 6. FONTES CITADAS NO TEXTO

### Fontes Manuscritas:

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)

Fundo da Secretaria de Governo:

- PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 764. Gabinete do Governador.

Fundo da Interventoria:

- PERNAMBUCO. Ofícios e Cartas. Volume 153. Gabinete do Governador.

### Fontes impressas:

APEJE

Fundo da Interventoria:

- PERNAMBUCO. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis. Recife: Imprensa Oficial, 1941.
- PERNAMBUCO. Livros de atos e decretos do governo do estado. Palácio do Governador do Estado de Pernambuco. Recife, 1938.
- PERNAMBUCO. Livros de atos e decretos do governo do estado. Palácio do Governador do Estado de Pernambuco. Recife, 1939.

Biblioteca Pública de Pernambuco:

- PERNAMBUCO. Organização da Educação. Justificação, lei orgânica, explicações e comentários, opinião de associações e imprensa. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

INTERNET:

- BRASIL, Constituições Brasileiras: 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)  
Acessado em: 10 de jan. de 2016.

- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/saude/955-consumo.html>> Acessado em: 06 de jun. de 2016.
- Dicionário Michelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>> Acessado em: 27 de set. de 2016.
- Dicionário Priberam. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/DLPO/>> Acessado em: 27 de set. de 2016.

## 7. REFERÊNCIAS

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes. O caderno de recortes sobre educação do "Diário Oficial do Estado de São Paulo": indícios de cultura material na escola rimária "Dr. Jorge Tibiriçá" (1930-1947). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, vol.24, nº 48, p.171-188, 2004.

ABREU, Luciano Aronne de. Elites políticas regionais: o caso das Interventorias gaúchas. **Rev. Sociol. Polit.**, Paraná, vol.16, nº 30, p.187-197, jun. 2008.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um Espetáculo Político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. 2012. 396 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

ALMEIDA FILHO, Edgard Patrício. **A voz do Ceará: comunicação e educação na trajetória da Ceará Rádio Clube de 1934 a 1948**. 2006. 227 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

ALMEIDA, Wania Manso de Almeida. **A institucionalização do ensino industrial no Estado Novo português e no Estado Novo brasileiro: aproximações e distanciamentos**. 2010. 222 f. Tese. (Doutorado em Educação) - Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALVES, Claudia. O educador e sua relação com o passado. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte vol.28, nº 3, p.205-217, set. 2012.

ALVES, Vera Marques. "A poesia dos simples": arte popular e nação no Estado Novo. **Etnográfica**, Portugal, vol.11, nº1, p.63-89, maio 2007.

ARÊAS, Luciana Barbosa. **Consentimento e Resistência: Um estudo sobre as relações entre trabalhadores e estado no Rio de Janeiro – (1930-1945)**. 2000. 343 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ASSIS, Raimunda Alves Moreira de Assis. **As políticas públicas de educação no município de Itabuna (Bahia): 1930 – 1945**. 2008. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BILHÃO, Isabel. "Trabalhadores do Brasil!": as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, vol.31, nº 62, p.71-92, dez. 2011.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. *In: História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, v 11, sob a direção de Boris Fausto. São Paulo: DIFEL, 1984.

BRAGA, Paulo Drumond. Os Ministros da Educação Nacional (1936-1974): Sociologia de uma Função. *Rev. Lusófona de Educação*, Portugal, nº16, p.23-38, 2010.

BRITO, Silvia Helena Andrade. **A educação no projeto varguista do primeiro governo Vargas (1930-1945)**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_101.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html)> Acessado em: 18 de out. de 2014.

BRUSANTIN. Beatriz de Miranda. **Anauê paulista**: um estudo sobre a prática política na primeira 'Cidade Integralista' do Estado de São Paulo (1932-1943). 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. *In: PANDOLFI. Dulce. Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 137 – 166.

BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, vol.27, nº 54, p.177-196, dez. 2007.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da Violência**: repressão e Estado Policial na Era Vargas (1930/1945). 1991. 468 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CARONE, Edgard. **Brasil anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Ática, 1991.

CARVALHO, Jose Murilo de Carvalho. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Jose Murilo de Carvalho. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. Artesãos da subversão. **Os trabalhadores gráficos e o DEOPS**: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945). 2010.150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CHACON, Vamireh. **Estado e o povo no Brasil**: as experiências do Estado Novo e da democracia populista: 1937-1964. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

CODATO, Adriano. A Sociologia Política brasileira em análise: quatro visões sobre o funcionamento administrativo do Estado Novo. **Rev. Sociol. Polit.**, Paraná, vol.19, nº 40, out. 2011.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **Algumas questões metodológico-educativas da extrema direita.** Disponível em: <[www.histedbr.fr.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_045.html](http://www.histedbr.fr.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_045.html)> Acessado em: 18 de out. de 2014.

COSTA, Patrícia Coelho. **Educadores do rádio: concepção, realização e recepção de programas educacionais radiofônicos (1935-1950).** 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Simone da Silva. **Mulheres em defesa da ordem: um estudo do núcleo noelista da Paraíba (1930 a 1945) nos anos de 1930 a 1945.** 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

CUNHA, C. da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo.** São Paulo: Cortez, 1981.

CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, vol.22, n.44, p.393-423, 2012

DEZEMONE, Marcus. Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. **Estud. hist.**, Rio de Janeiro, vol.21, n.42, p.220-240, dez. 2008.

DE CERTAU, Michel. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994.

DUCATTI, Ivan. **A hanseníase no Brasil na Era Vargas e a profilaxia do isolamento compulsório: estudos sobre o discurso científico legitimador.** 2008. 199 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DUARTE, Adriano Luiz. Moralidade pública e cidadania: a educação nos anos 30 e 40. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.21, no.73, p.165-181, dez. 2000.

EVANGELISTA, Olinda. Formar o mestre na universidade: a experiência paulista nos anos de 1930. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, vol.27, no.2, p.247-259, jul. 2001.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. **Rev. Bras. Educ.**, Campinas, vol.11, no.32, p.328-339, ago. 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, vol.24, no.1, p.141-159, jan. 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, vol.30, no.1, p.139-159, abr. 2004.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC/UNIVALI, 2005.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. A história da educação na relação com os saberes histórico e pedagógico. **Rev. Bras. Educ.**, Campinas, vol.13, no.39, p.483-501, dez. 2008.

FERNANDES, Fabiana Silva and KUHLMANN Júnior, Moysés Análise de periódicos na história da educação: princípios e procedimentos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, vol.42, no.146, p.562-585, ago. 2012.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra and Monteiro, Sérgio Marley Modesto. Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, vol.59, no.2, p.215-243, jun. 2005.

FORTES, Alexandre. **Nos do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. 2001. 602 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)**. 2000. 537 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

GANDINI, R. P. C. **Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. **Rio Claro e as Oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: Trabalho e Vida Operária – 1930-1940**. 1992. 235 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

GEORGE, Michael. A educação e o Estado Novo: a ratificação da ordem dominante e a construção do imaginário político brasileiro. **Periódico de Divulgação Científica da FALS**, Praia Grande, vol. 1, nº 2, 2008.

GIL, Natália. Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, vol.38, no.134, p.479-502, ago. 2008.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma aprendizagem crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1997.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 3º Ed., 2005.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMIDE, Angela Galizzi Vieira; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas**. Disponível

em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93\\_159.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf)>

Acessado em: 18 de out. de 2014.

GROPPO, Alejandro. La construcción de la identidad política en los orígenes del peronismo en Argentina y del varguismo en Brasil: Un análisis desde la teoría del discurso político. **Pap.polit.**, Colômbia, vol.14, no.1, p.55-80, jun. 2009.

HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra**. 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

HAYASHI, Carlos Roberto Massao and FERREIRA JUNIOR, Amarílio O campo da história da educação no Brasil: um estudo baseado nos grupos de pesquisa. **Avaliação**, Campinas, vol.15, no.3, p.167-184, 2010.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini et al. História da educação brasileira: a produção científica na biblioteca eletrônica SCIELO. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.29, no.102, p.181-211, abr. 2008.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado Populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. In: Revista Brasileira de Educação, Campinas, n.1, p. 9-44, 2001.

KELLI, Celso. **Política da Educação**. Rio de Janeiro: Reper, s.d.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o estado novo no Rio Grande do Sul: Um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. 2006. 344 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LEÃO, Karl Schurster V. de Souza. **A guerra como metáfora**: aspectos da propaganda do Estado Novo em Pernambuco (1942-1945). 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**. História de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1976.

LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Editora Papirus; Editora da Unicamp, 1986.

LEVINE, R. **O regime Vargas**: os anos críticos (1934-1938). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. **Sinais do 'desconforto' no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1880)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

LIMA FILHO, Andrade. **China gordo**: Agamenon Magalhães e sua época. Recife: UFPE, 1976.

LIMA, Felipe Victor. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores**: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945). 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOVISON, Orivaldo Aparecido. **Política Educacional Paulista de 1937 a 1945**. 2010. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

LOPES, Sonia de Castro. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, vol.39, no.137, p.597-619, ago. 2009.

LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, vol.31, nº 61, p.271-296, 2011.

LUMBARO, Cátia Wanderley. **Bairro do Recife**. Entre o corpo santo e o marco zero. Recife: Cepe, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

LUCENA, Maria de Lurdes Almeida e Silva. **Imprensa e educação**: um estudo sobre o pensamento educacional no Triângulo Mineiro (1930 – 1945). 2011. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e divisão social do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1989.

MAGALHÃES, Marinolde Dias Brepohl de. **Alemanha Mãe Pátria Distante: Utopia Pangermanista no Sul do Brasil**. 1993. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

MARQUES, Antonio Francisco. A educação escolar e o resgate da identidade cultural das classes populares. **Ciênc. educ.**, Bauru, vol.6, no.1, p.66-73, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. **Revista Diálogos**. DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 2 e 3, 2008. p. 209-235.

MCCULLOCHh, Gary. História da educação e formação de professores. **Rev. Bras. Educ.**, Campinas, vol.17, no.49, p.121-132, abr. 2012.

MEDEIROS, J. **Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MELO, Salania Maria Barbosa. **A construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930 – 1945)**. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do estado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, vol.34, no.3, p.449-463, dez. 2008.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. **Da progressão do ensino elementar ao ensino secundário (1931-1945): crítica do exame de admissão ao ginásio**. 2007. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAIS, C.C.; PORTES, E.A.; ARRUDA, M.A. **A história da educação: ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MOTA, André. Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantan em 1930. **Interface**, Botucatu, vol.14, no.32, p.09-22, mar. 2010.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil. 1920-1945**. São Paulo: Difel, 1984.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. **Missão educacional alemã no Brasil: Irmãs Franciscanas – de Dillingen para a Baixada Fluminense**: Duque de Caxias e São

João de Meriti – RJ (1937-1956). 2012. 454 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

NAIFF, Denis Giovani Monteiro, SÁ, Celso Pereira de and NAIFF, Luciene Alves Miguez. A memória social do estado novo em duas gerações. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília - DF, vol.28, no.1, p.110-121, 2008.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. História intelectual e história da educação. **Rev. Bras. Educ.**, Campinas, vol.11, no.32, p.340-345, ago. 2006.

NUNES, Clarice. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, vol.24, no.1, p.105-125, jan. 1998.

NUNES, Clarice. A escola reinventa a cidade. *In*: HERSCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Massangana, 1984.

PARADA, M. **Educando corpos e criando a nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2009.

PARDINI, Melina Nobrega Miranda. **A narrativa da ordem e a voz da multidão**: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945). 2010. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PEDRO, Lênia; PINTASSILGO, Joaquim. Formação de professores e “escola ativa”: reflexões em torno de uma “tradição de inovação”. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.46, p. 3-23, jun. 2012.

PEREA, Pe. Romeu. **Diálogos com Agamenon Magalhães**. Recife: Imprensa Oficial, 1977.

PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães**. Uma evocação pessoal. Recife: Taperoá, 1974.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, vol.19, nº 38, p.165-198, 1999.

PEREIRA, Marcelo. **Cinema e Estado Novo**: Trabalho e Nacionalismo em Marcha. 2002. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PRADO, Adonia Antunes. **Os conceitos de Homem e de Educação no período do Estado Novo (1937-1945)**. 1995. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

PRADO, Adonia Antunes. **Intelectuais e Educação no Estado Novo (1937/1945):** o debate sobre a formação do professor primário rural. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/17/19>> Acessado em: 18 de out. de 2014.

QUADROS, Claudemir de and STEPHANOU, Maria. Reforma educacional e produção de modos de ser e pensar: A experiência do Rio Grande do Sul nos anos 30 a 50 do século 20. **Rev. Lusófona de Educação**, Portugal, no.18, p.97-110, 2011

RAMOS, Aline Cristina Pereira de Araújo. **O homem “novo” para um novo Pernambuco:** as práticas educacionais na construção do Estado Novo em Pernambuco (1937-1945). 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

REIS, José Roberto Franco. **“Não existem intermediários entre o governo e o povo”:** correspondência a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). 2002. 310 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

RIBEIRO, Daisy Serra. **Campinas no Estado Novo:** política de habitação popular na formação da cidade industrial. 2007. 192 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, no.4, p.15-30, jul. 1993.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. **A roça y la campana:** a questão agrária sob o varguismo e o peronismo em perspectiva comparada. 2006. 249 f. Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2006.

RIOS, Gilma Maria. **Muitos fios e poucas opções:** a profissão docente em Araguari no Estado Novo. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/05-%20HISTORIA%20DA%20PROFISSAO%20DOCENTE/MUITOS%20FIOS%20E%20POUCAS%20OPCOES.pdf>> Acessado em: 18 de out. de 2014.

RODRIGUES, Andréa Gabriel Francelino. **Educar para o lar, educar para a vida:** cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945). 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SANTANA, Wesley Espinosa. **O governo de Accacio no exílio de Heitor:** As correspondências de Washington Luís e seus correligionários acerca do governo Vargas e dos direitos e dos direitos políticos e civis (1930-1947). 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, Ângela Bretas Gomes dos Santos. **Nem só de pão vive o homem:** criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Rio de Janeiro: Apicuri Faperj, 2007.

SANTOS, Rogerio Dultra dos. Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.50, nº 2, p.281-323, 2007.

SCHEIBE, Leda; VALLE, Ione Ribeiro. **A formação dos professores no Brasil e em Santa Catarina:** do normalista ao diplomado na educação superior. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-16.pdf>> Acessado em: 18 de out. de 2014.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Maria Helena Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Fátima Aparecida. **A Frente Negra Pernambucana e sua proposta de educação para a população negra na ótica de um dos seus fundadores:** José Vicente Lima-Década de 1930. 2008. 125 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SILVA, Lucas Victor. **O carnaval na cadência dos sentidos:** uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940. 2009. 381 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Maria Goretti Lopes Pereira. **A Escola Normal do Ceará nos Anos de 1930 a 1950:** palco de debates políticos e pedagógicos no calor das reformas. 2009. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”, Campina Grande:** modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945). 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, Vandrê Aparecido Teotônio da. **“Notícias do Rio”:** a intervenção no jornal O Estado de S. Paulo e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945). 2012. 350 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve!:** festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, Vânia Cristina da, AGUIAR, Shirley Cardoso Gonçalves de. **História, ensino e radiofusão: o projeto educacional Varguista**. Fortaleza: XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

SOUZA, Giane Maria de. **A educação dos trabalhadores de Joinville no Estado Novo (1937-1945)**, por meio da propaganda. Um estudo de caso: DNP – Departamento Nacional de Propaganda. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_042.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_042.html)> Acesso em 18 de out. de 2014.

SOUZA NETO, José Maria Gomes. **Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano**. 2005. 286 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, nº 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, vol. 24, nº 1, p.126-140, jan. 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **Brasília: Estudos RBEP**, Brasília – DF, vol. 88, nº 219, p. 291-309, 2007.

WOLF, Joel. “Pai dos pobres” ou “mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: **Revista Brasileira de História** – Brasil, 1954-1964. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994. P. 27-60.